

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO**

ANA CAROLINA MELO PARISE

PAUTANDO O PRECONCEITO:

Uma análise das notícias da *Folha de S.Paulo* sobre casos de violência contra a comunidade LGBTQ+

Porto Alegre

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

ANA CAROLINA MELO PARISE

PAUTANDO O PRECONCEITO:

Uma análise das notícias da *Folha de S.Paulo* sobre casos de violência contra a comunidade LGBTQ+

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

Porto Alegre

2021

ANA CAROLINA MELO PARISE

PAUTANDO O PRECONCEITO:

Uma análise das notícias da *Folha de S.Paulo* sobre casos de violência contra a comunidade LGBT+

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em jornalismo.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Virginia Pradelina da Silveira Fonseca
Orientadora

Profa. Dra. Thais Helena Furtado
Examinadora

Profa. Ms. Taís Severo Casagrande
Examinadora

Para todas as Dandaras que inspiram (r)existência.

AGRADECIMENTOS

Impossível começar a falar e não agradecer primeiramente aos meus pais, Marisa e João, por terem, antes de tudo, me colocado no mundo. Obrigada por sempre terem investido muito na minha educação. Eu sei o quanto vocês sacrificaram para eu poder estar aqui hoje escrevendo isso, inclusive. Obrigada também por terem me deixado voar e decidir sozinha o que eu queria para minha vida. Apesar dos tropeços, o apoio de vocês sempre foi essencial. O meu muito obrigada e amor eterno por vocês.

Agradeço também à minha afilhada, Ananda, que desde pequeninha sabe o que dizer e o que fazer para me animar. Tu és uma estrela na minha vida e ser a tua inspiração me inspira a dar sempre o melhor de mim na minha melhor versão.

Não posso deixar de agradecer a todos e todas que estiveram ao meu lado ao longo de todo esse caminho na graduação. Entretanto, agradeço especialmente ao Fernando, Gabi Gil, Andrielle, Bianca, Kevin, Raíssa, Jefferson, Xandy, Carol Inês, Thuanny, Glauber, Samara, Giulia Reis, Monique, Isabel e Lidiana. Vocês são a família que eu escolhi e a vida ao lado de vocês é muito mais leve e bonita. Obrigada a cada um por terem sido presentes nesses anos e espero do fundo do meu coração que essas lindas amizades sigam florescendo daqui pra frente. Reforço ainda o meu muito obrigada à Gabi e ao Fernando, que acompanharam essa jornada do trabalho de conclusão de curso mais de pertinho e sempre estiveram ali com um colinho (mesmo que virtual) e conselhos que foram essenciais para eu chegar até aqui.

Agradeço também à minha parceira de vida, meu amor e amiga, Marina. Obrigada por ter segurado firme a minha mão em todo esse processo, por não me deixar desistir e por acreditar em mim. Te ter ao meu lado foi fundamental. Obrigada por ter aguentado as patadas e as crises de choro, por virar noites acordada comigo enquanto eu terminava algum capítulo, por sempre ter uma palavra reconfortante para me animar e por se apegar a essa pesquisa como se fosse tua. Obrigada também por ter sido minha cozinheira particular nos últimos quatro meses, prometo que vou te recompensar! Eu te amo com todo meu coração. Aproveito para agradecer também a presença da nossa família de pets, que sempre esteve disponível para uma conchinha nas horas vagas. Obrigada também à minha sogra,

Silvia, que me deu total apoio para concluir este trabalho, através de conversas e muita, mas muita escuta.

Agradeço à Virginia, minha orientadora, que acreditou em mim e no meu trabalho e aceitou entrar nessa empreitada junto comigo. Obrigada por todo apoio, acolhimento e confiança em todos os momentos. Aprender contigo e ter a tua orientação na construção dessa monografia foi um privilégio.

Deixo aqui também o meu muito obrigada à Pró-reitoria de Planejamento e Controladoria da UFRGS, à LS8 Consultoria e à EPTC. Os aprendizados adquiridos com todas essas equipes incríveis contribuíram demais com a profissional que está saindo hoje da faculdade.

Por fim, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialmente à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, pelos últimos cinco anos e meio. Foi na UFRGS que eu me descobri e me redescobri como pessoa e como profissional. Obrigada por todo acolhimento, por toda a liberdade e por todo o aprendizado. Obrigada por ter me transformado, por ter me dado o prazer de ser quem sou. A verdade é que a FABICO foi a minha maior companheira nessa jornada. Saio da UFRGS outra pessoa e tenho certeza que uma versão muito melhor. Espero poder reencontrar vocês algum dia. Por agora, deixo um até logo!

*Um novo tempo há de vencer
Pra que a gente possa florescer
E, baby, amar, amar sem temer
Eles não vão vencer
Baby, nada há de ser em vão*

Johnny Hooker (part. Liniker)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a forma como a *Folha de S.Paulo*, em sua edição impressa, noticiou casos de violência contra a comunidade LGBTQ+ no ano de 2019. Para isso, parte-se dos estudos dos movimentos feministas e das teorias de gênero para entender os conceitos de identidade de gênero e sexualidade, necessários para compreender os padrões heteronormativos dominantes na sociedade. Também no plano teórico, discute-se o jornalismo como forma de conhecimento e os critérios de noticiabilidade que orientam a produção de notícias. Para atingir o objetivo, utiliza-se a Análise de Conteúdo (AC). Analisou-se um *corpus* formado por 17 notícias de caráter informativo retiradas de 365 edições impressas da *Folha de S.Paulo* no ano de 2019, que tratam especificamente da temática da violência contra pessoas LGBTQ+. A partir dessa metodologia, foi possível ver a forma como esses casos foram noticiados no jornal, levando em consideração desde o perfil das vítimas e o tipo de violência até os valores-notícia que motivaram os relatos. Conclui-se que a *Folha de S.Paulo* dá espaço editorial a esses casos de violência e explicita em seus textos a provável motivação dos crimes. Porém, os resultados também mostram que essa cobertura é insuficiente, porque apenas no ano analisado foram registradas 329 mortes de pessoas LGBTQ+, segundo do Grupo Gay da Bahia (GGB). Entende-se que o jornalismo deve ter um olhar mais inclusivo e plural ao pautar a violência decorrente do preconceito contra identidade de gênero e orientação sexual, justamente por se tratar de um problema socialmente naturalizado.

Palavras-chave: homofobia; preconceito; LGBTQ; jornalismo; valores-notícia; sexualidade; identidade de gênero.

ABSTRACT

This research has the general objective of analyzing the way *Folha de S.Paulo*, in its printed edition, reported cases of violence against the LGBT+ community in 2019. To do so, it starts from the studies of feminist movements and gender theories to understand the concepts of gender identity and sexuality, necessary to understand the dominant heteronormative patterns in society. Also at the theoretical level, we discuss journalism as a form of knowledge and the criteria of noticiability that guide the production of news. To achieve the goal, we use Content Analysis (CA). A corpus formed by 17 news of informative character taken from 365 printed editions of *Folha de S.Paulo* in the year 2019, which deal specifically with the theme of violence against LGBT+ people, was analyzed. From this methodology, it was possible to see how these cases were reported in the newspaper, taking into consideration from the profile of the victims and the type of violence to the news-values that motivated the reports. We conclude that *Folha de S.Paulo* gives editorial space to these cases of violence and makes explicit in its texts the probable motivation of the crimes. However, the results also show that this coverage is insufficient, because in the year analyzed 329 deaths of LGBT+ people were registered, according to the Grupo Gay da Bahia (GGB). It is understood that journalism should have a more inclusive and plural look when reporting on violence resulting from prejudice against gender identity and sexual orientation, precisely because it is a socially naturalized problem.

Keywords: homophobia; prejudice; LGBT; journalism; news-values; sexuality; gender identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Time LGBT diz ter sido alvo de discriminação	68
Figura 2 – Matheusa foi morta ao tirar arma de traficante	69
Figura 3 – Na BA, alvo de tiros por homofobia diz ter medo de sair de casa	69
Figura 4 – Banco do Brasil terá de indenizar mãe de trans	77
Figura 5 – Advogado faz fala homofóbica durante julgamento em SP	77
Figura 6 – Ataque homofóbico violento em PE deixa jovem com sequelas	78
Figura 7 – Exemplo meia página	79
Figura 8 – Exemplo ¼ da página	80
Figura 9 – Exemplo de uma a duas colunas	81
Figura 10 – Brasileira se recusa a depilar trans e é acusada de discriminação no Canadá	82
Figura 11 – Ataque homofóbico violento em PE deixa jovem com sequelas	84
Figura 12 – Laudo comprova lesões graves em youtuber	84
Figura 13 – Exemplo de notícia com estatísticas	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Notícias analisadas	60
Tabela 2 – Códigos e categorias	62
Tabela 3 – Perfil da vítima de acordo com a identidade de gênero e sexualidade	66
Tabela 4 – Perfil da vítima por raça e etnia	68
Tabela 5 – Perfil da vítima por idade	70
Tabela 6 – Região em que ocorreu a violência	71
Tabela 7 – Relação da vítima com o/a agressor/a	71
Tabela 8 – Tipo de violência	72
Tabela 9 – Motivação da violência	74
Tabela 10 – Presença da motivação da violência no título	76
Tabela 11 – Presença de subtítulo na notícia	77
Tabela 12 – Posição da notícia na página	78
Tabela 13 – Notícias ilustradas com imagens	83
Tabela 14 – Presença dos valores-notícia de construção	85

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 (DES)CONSTRUINDO O CONCEITO DE GÊNERO	19
2.1 Os estudos feministas	20
2.2 Questões de gênero e sexualidade	23
3 “CONSIDERAMOS JUSTA TODA FORMA DE AMOR”: A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO LGBT+ NO BRASIL	30
3.1 Desmistificando a sigla LGBT+	31
3.2 O movimento LGBT+ brasileiro	33
3.3 Mapa da violência contra a comunidade LGBT+ em 2019	39
4 O PAPEL DO JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO DAS NOTÍCIAS	45
4.1 Jornalismo como forma de conhecimento	45
4.2 Os valores-notícia no jornalismo	49
5 OBJETO DE PESQUISA E METODOLOGIA	53
5.1 O objeto de pesquisa: <i>Folha de S.Paulo</i>	53
5.2 A metodologia: Análise de Conteúdo	56
5.3 Constituição do <i>corpus</i> e hipóteses	58
5.4 Procedimentos adotados para a análise	59
6 LGBTFOBIA EM PAUTA: ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DA FOLHA DE S.PAULO	65
6.1 Quem é relevante?	65
6.2 Por dentro da notícia	73
6.3 A presença dos valores-notícia	84

6.4 Confirmando a hipótese	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	95
ANEXOS	111

1 INTRODUÇÃO

O foco desta pesquisa surge em razão de uma inquietação pessoal, que vai para além da estudante de jornalismo. Sempre observadora, me pus a avaliar com um olhar mais atento como pessoas LGBTQ+, entendidos aqui como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais eram representadas em notícias da grande mídia, seja na televisão, rádio, meio impresso ou digital. E mais: elas eram representadas, de fato? Como mulher lésbica, procuro dar a este olhar maior nitidez: como *eu* sou vista pela sociedade através da imagem formada pelo jornalismo? Esse interesse particular, portanto, me trouxe até aqui.

O Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQ+ no mundo. Segundo dados levantados pelo Grupo Gay da Bahia¹, no Brasil, a cada 26 horas uma pessoa LGBTQ+ morre vítima de homicídio ou suicídio por conta da LGBTQfobia – preconceito contra um indivíduo em razão da sua orientação sexual e identidade de gênero. Em um cenário onde o atual presidente² reproduz concepções homofóbicas, machistas e racistas, e até instiga o preconceito, se torna crucial a discussão sobre o lugar que a comunidade LGBTQ+ ocupa no país e também ao que ela está sujeita. Ao especular sobre o que viria a constituir o *corpus* da pesquisa, lembrei-me imediatamente do caso Dandara. Travesti, Dandara dos Santos foi brutalmente assassinada em 15 de fevereiro de 2017, morta a tiros depois de ser espancada em Fortaleza, no Ceará. O crime só se tornou público dias depois, quando vídeos da vítima sendo torturada foram divulgados nas redes sociais. As imagens mostravam uma Dandara já muito machucada, enquanto pessoas pediam para que ela apanhasse ainda mais, revelando de fato a motivação maior para o crime: o preconceito.

Mesmo que atualmente a pauta LGBTQ+ tenha ganhado maior visibilidade, ainda falta muito para que a sociedade alcance o nível de respeito necessário e acolha todos aqueles que fogem do padrão heteronormativo imposto até então, que determina o que é certo e errado, e que, por conta disso, exclui e leva à extermínio dos “desviantes”. Exemplo disso, apenas em junho de 2019 a LGBTQfobia se tornou crime no país. A partir desses fatos e conclusões, a minha

¹ Relatório disponível em <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti>>. Acesso em maio de 2020.

² Presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018 com 55,13% dos votos.

inquietação acerca da visibilidade que a comunidade ganha em notícias nos grandes meios de comunicação se fez cada vez mais presente – e necessária.

O jornalismo é um dos grandes formadores de opinião na sociedade. Além de manter a população informada, os profissionais da área também selecionam o que é relevante para ser informado ou não, a partir dos critérios de noticiabilidade que definem os valores-notícia dos acontecimentos. Em 2019, 329 pessoas LGBTQ+ morreram no Brasil vítimas da LGBTQfobia, sendo 297 (90,3%) homicídios e 32 (9,7%) suicídios. Vivendo em uma sociedade que segue padrões heteronormativos, na qual gênero é definido a partir da divisão binária homem/mulher, classificada de acordo com o sexo designado no nascimento dos indivíduos e na qual o relacionamento aceitável é o que gera a reprodução da espécie, qual a relevância dessas 329 vítimas que foram mortas em todo o território nacional, país que, contraditoriamente, promove a maior parada LGBTQ+ do mundo? É a partir do seguinte **problema de pesquisa**, então, que irei construir este trabalho: como a *Folha de S.Paulo* noticia os casos de LGBTQfobia?

Dada a impossibilidade de realizar um levantamento geral de notícias veiculadas em todos os principais meios de comunicação do país, o **objetivo geral** deste trabalho é analisar como a *Folha de S.Paulo* noticia casos de violência contra a comunidade LGBTQ+. Trata-se do jornal de maior circulação no país, com 340.511 exemplares, incluindo as assinaturas digitais, de acordo com dados levantados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC) em 2020. A edição impressa da *Folha*, como popularmente é chamada, é publicada diariamente, dividida em nove seções: Opinião, Poder, Mundo, Mercado, Cotidiano, Esporte, Ciência/Ambiente/Saúde, Folha Corrida e Ilustrada. Além disso, o jornal também possui outras seções que são incluídas semanalmente em dias específicos, como Turismo e Ilustríssima. A escolha desse objeto se dá em razão de o jornal ser editado em São Paulo, estado que registrou o maior número de casos de LGBTQfobia no país em 2019, com 50 vítimas, segundo relatório de mortes violentas do Grupo Gay da Bahia. Para atingir o objetivo geral, procuro a consecução dos seguintes **objetivos específicos**:

- 1) Identificar as identidades de gênero que compõem a comunidade LGBTQ+ e problematizar a violência sofrida por elas;

- 2) Identificar e classificar os valores-notícia manifestos nas publicações da *Folha de S. Paulo* em casos de violência contra a comunidade LGBT+;
- 3) Refletir sobre o papel do jornalismo na construção da narrativa da comunidade LGBT+ e como pode influenciar sua percepção pela sociedade em geral.

No decorrer desta pesquisa, trabalho apenas com notícias que dizem respeito a pessoas que possam ser incluídas na sigla LGBT, que corresponde a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, uma vez que, de acordo com os dados do Grupo Gay da Bahia, essas são as maiores vítimas de preconceito no país. Além disso, compartilho o conceito de “identidade de gênero” na perspectiva de que gênero não se define pelo binômio feminino x masculino, baseado em padrões heteronormativos atrelados ao sexo designado no nascimento; o ser homem ou mulher não pode ser definido tendo como base apenas o órgão genital dos indivíduos. Parto também do princípio de que não necessariamente precise existir uma coerência entre o sexo, orientação sexual e gênero. A identidade de gênero diz respeito a pessoas que desviam desses padrões, os quais trazem consigo a ideia de que ser mulher é uma condição de inferioridade “natural” em relação aos homens, entendido também pelo aspecto genital que a pessoa carrega ao nascer. Essas normas negam a possibilidade de existência de outras perspectivas, que podem modificar a compreensão de sexualidade, gênero e posição na sociedade sem ter como base o sexo. A quebra desses padrões desafia o patriarcado e o domínio de uma parcela da sociedade, e é por conta disso que pessoas LGBT+, apenas por existirem, são estigmatizadas como “desviantes”, despertando preconceito muitas vezes expresso através da violência.

Para a análise, tomo por base o relatório de 2019 de casos de mortes violentas de pessoas LGBT+ do Grupo Gay da Bahia, uma das principais organizações não-governamentais que apura e divulga esses dados sobre violência no Brasil. O *corpus* da pesquisa é constituído por todas as notícias sobre o tema publicadas na edição impressa da *Folha de S. Paulo* em todo o ano de 2019, período pós-eleições presidenciais que resultaram na vitória do atual presidente e momento em que posicionamentos conservadores e preconceituosos voltaram a ganhar força no país. De acordo com os dados do relatório, 2019 registrou uma queda de 22% nos casos de LGBTfobia em relação a 2018, que teve 420 mortes. De qualquer forma, o

número segue sendo alarmante e denunciando um grande problema social, tendo em vista que foi, praticamente, uma morte por dia naquele ano.

Como recursos metodológicos, utilizo, primeiramente, pesquisa bibliográfica sobre identidade, gênero e sexualidade, além de teorias sobre o jornalismo a fim de problematizar a construção das notícias pela *Folha de S.Paulo* sobre os casos de LGBTfobia.

Após o aprofundamento teórico necessário para realizar a análise do objeto em estudo, faço uma Análise de Conteúdo (AC) das notícias da *Folha* publicadas no ano de 2019. A Análise de Conteúdo permite a classificação e sistematização das notícias dos casos de violência contra a comunidade LGBTQ+ por categoria, o que permite ver e analisar o destaque recebido na edição, a seção em que foi publicada, o tipo de abordagem, a construção do texto, os termos utilizados, o perfil da vítima, entre outros critérios. Além disso, a AC também possibilita discutir a questão da identidade de gênero na sociedade e como o tema aparece na mídia, e também analisar o tipo de conteúdo que é disseminado para um público amplo como os leitores da *Folha de S.Paulo*.

A monografia está estruturada em sete partes. Após esta apresentação, o segundo capítulo contextualiza as perspectivas teóricas sobre identidade de gênero adotadas para a construção da pesquisa. Este capítulo conta com uma revisão bibliográfica sobre os estudos feministas e teorias de gênero e sexualidade dos principais teóricos do tema, a fim de delinear o caminho seguido durante a análise do objeto. No terceiro capítulo eu apresento um resumo histórico sobre o movimento LGBTQ+ no Brasil, desde o seu início no final dos anos 70 até atualmente. Neste capítulo também faço uma breve identificação sobre as identidades que compõem a sigla LGBTQ+ e, por fim, apresento os dados de 2019 sobre violência contra essas minorias sexuais, no intuito de reforçar a importância da pesquisa. No quarto capítulo, faço uma revisão sobre o jornalismo como forma de conhecimento, assim como sobre o conceito de critérios de noticiabilidade que define, até hoje, a relevância do que é publicado ou não nos jornais. Já no quinto capítulo são apresentados o objeto da pesquisa e a metodologia, no qual também descrevo os procedimentos adotados para constituir essa pesquisa, enquanto no sexto capítulo realizo a análise. Neste processo são considerados: o perfil das vítimas de acordo

com sua identidade de gênero e sexualidade, raça e etnia e idade; local da ocorrência; tipo de violência; relação da vítima com o/a agressor/a; motivação da violência; motivação da violência no título; presença de subtítulo; utilização ou não de imagens; o destaque recebido na página; e a presença dos valores-notícia de construção. Ao longo de toda análise, é investigado a forma que o jornal posiciona esses casos na mídia a partir dos valores-notícia tradicionais, se expõe a motivação da violência cometida, se são respeitadas as identidades das vítimas, entre outros fatores. Por fim, as considerações finais apresentam a reflexão acerca dos resultados gerais obtidos, abordando as principais conclusões que o trabalho permitiu chegar e levantando novas possibilidades de investigação.

2 (DES)CONSTRUINDO O CONCEITO DE GÊNERO

Os questionamentos e tensionamentos acerca da forma como a sociedade se organiza e exclui severamente os indivíduos que não se enquadram nas normas preestabelecidas por processos histórico-culturais têm ganhado espaço de discussão em diversas camadas da sociedade nos últimos anos. Sujeitos fora do padrão heteronormativo sempre existiram, mas foi só a partir da década de 1960 que suas existências passaram a se tornar pauta nas discussões sobre gênero e sexualidade.

O movimento feminista tem grande importância nesse processo, pois foi quem intensificou o debate sobre os conceitos de gênero e sexualidade. Foi através da compreensão e do combate à opressão vivida pelas mulheres na sociedade que indivíduos fora do padrão heteronormativo e falocêntrico ganham visibilidade. Por conta disso, neste capítulo, faço uma breve contextualização histórica sobre o feminismo e como o movimento contribuiu para a ampliação das discussões sobre gênero e sexualidade e as problematizações relacionadas à supremacia masculina.

No capítulo também apresento as teorias de gênero e sexualidade trabalhadas ao longo de toda a pesquisa e que servem de base para a análise do objeto de estudo. Essas teorias consistem em apontamentos feitos a partir de trabalhos feministas e *queer*³. Por meio dessas teorias problematizo a forma como as identidades de gênero e as práticas sexuais são construídas, sendo o gênero e a sexualidade dois marcadores sociais que qualificam os sujeitos. Tensiono também o sistema binário que divide os sujeitos entre feminino e masculino, visando ordenar a sociedade, ao mesmo tempo em que incita uma homogeneidade que exclui diversas pessoas que não vivem o seu gênero e sexualidade dentro das normas preestabelecidas. Por fim, explico que a construção das identidades de gênero e sexualidade são vistas através da concepção da performatividade, trabalhada pela teórica norte-americana Judith Butler.

Portanto, meu ponto de partida para o desenvolvimento do presente trabalho é um breve resgate histórico dos estudos feministas, para, na sequência, debruçar-me sobre os conceitos teóricos de gênero e sexualidade, que posteriormente são acionados no desenvolvimento da análise do objeto da pesquisa.

³ O termo *queer* era comumente utilizado de forma pejorativa, com o propósito de ofender os sujeitos. Dentro da Teoria *Queer*, a proposta é ressignificá-lo como uma prática de vida que se posiciona contra as normas sociais hegemônicas.

2.1 Os estudos feministas

Antes de falar sobre questões de gênero e sexualidade, precisamos falar sobre feminismo. No entanto, é importante destacar que, ao falar de feminismo, estaremos falando, na verdade, sobre feminismos, uma vez que o movimento possui diferentes vertentes e perspectivas, que se expressam de diferentes maneiras nas mais diversas partes do mundo. Por isso, em razão do momento em que este trabalho é desenvolvido, o feminismo abordado ao longo da pesquisa é o feminismo que surgiu no continente Europeu e nos Estados Unidos, que inspiram os movimentos desenvolvidos no Brasil.

Além disso, em vez de falarmos de ondas, como faz boa parte da bibliografia sobre o tema, falo de momentos, os momentos do(s) feminismo(s). Opto por não classificá-los como ondas porque essa poderia ser uma forma de reduzir os mais variados efeitos e conquistas que o movimento tem ao redor do mundo, visto que ele tem uma atuação em cada lugar que pode se dar de diferentes maneiras e em diferentes épocas. Adquiri essa visão através de uma palestra da Mestra Paula Coruja da Fonseca, em uma aula na graduação. Por isso, escolho por retomar momentos. Nas palavras de bell hooks (2020), “feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (HOOKS, 2020, p. 17). Scott (1995) também sinaliza a história do pensamento feminista como “uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, em seus contextos específicos, e uma tentativa para reverter ou deslocar suas operações” (SCOTT, 1995, p. 84).

Segundo a bibliografia consultada para este capítulo, o primeiro momento do feminismo ganhou força no final do século XIX e início do século XX, quando as mulheres se uniram de forma organizada para reivindicar igualdade no casamento, acesso à educação e direito ao voto. Era um feminismo que pregava a igualdade (perante os direitos do homem branco de elite). Por conta disso, nesse primeiro momento, o movimento, conhecido como *sufragismo*, reivindicava as necessidades das mulheres brancas de classe média e alta, sendo um movimento extremamente elitista. Pautas sobre raça, classe, orientação sexual ou identidade de gênero ainda não tinham espaço nesse conjunto de reivindicações.

No Brasil especificamente, o movimento também pode ser visto como elitista e com um caráter mais conservador. Teve como marco a conquista do voto das mulheres, em 1932, menos de 100 anos atrás, que ocorreu devido a uma brecha na

Constituição de 1891 e após muita pressão quanto às restrições preestabelecidas para o direito ao voto feminino (primeiramente, a proposta era que apenas as mulheres que pudessem comprovar renda própria, tanto casadas quanto solteiras). A conquista desses direitos resultou em certa acomodação do movimento (LOURO, 1997, p. 15). Essas conquistas ainda não englobavam as questões relacionadas a todos os “tipos de mulheres”, e, nessa época, as lideranças do movimento ainda eram formadas por mulheres brancas da elite. Assim, não houve luta – que tenha sido visibilizada – por outras pautas. Como observa a teórica feminista bell hooks em seu livro *O feminismo é para todo mundo*, “o patriarcado convencional reforçou a ideia de que as preocupações das mulheres de grupos com privilégio de classe eram as únicas dignas de atenção” (HOOKS, 2020, p. 69). Desde este primeiro momento já existiam mulheres negras feministas que se posicionavam levando em consideração o prisma do racismo, porém, suas lutas não tinham visibilidade suficiente.

O segundo momento do feminismo se dá mais à frente, no final da década de 1960. Nesse período, o movimento ganha novas vertentes e se expande com novas perspectivas. É o momento em que as mulheres começam a ocupar os espaços acadêmicos, quando surgem os *estudos da mulher*. Nesse período, “o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas” (LOURO, 1997, p. 15). As teóricas feministas da época passaram a escrever sobre as mulheres, recolher dados, denunciar a desigualdade entre homens e mulheres e a tensionar as normas que as colocam como inferiores na sociedade, além de denunciar a invisibilidade feminina em campos como a ciência e artes. Sobre esses primeiros estudos,

Eles tiveram o mérito de transformar as até então esparsas referências às mulheres – as quais eram usualmente apresentadas como a exceção, a nota de rodapé, o desvio da regra masculina – em tema central (LOURO, 1997, p.19).

A maior característica dos estudos feministas era o fato de que eles não tinham a intenção de serem neutros; o seu caráter era político. No Brasil, ainda, esse segundo momento se dá durante a ditadura militar, o que fez com que o movimento feminista assumisse uma posição de luta contra o regime. É nesse período, também, que é engendrado e problematizado o conceito de gênero, não

mais ligado à perspectiva essencialista que tinha como base a anatomia corporal dos indivíduos para justificar a desigualdade.

Nesse segundo momento começam a ganhar espaço também as demandas de classe e de raça. Surge, então, em meados de 1980, o feminismo negro, que coloca em pauta as reivindicações das mulheres negras e não-brancas, excluídas do movimento até então. Como pontua bell hooks,

Sabíamos que não poderia haver verdadeira sororidade entre mulheres brancas e mulheres não brancas se as brancas não fossem capazes de abrir mão da supremacia branca, se o movimento feminista não fosse fundamentalmente antirracista (HOOKS, 2020, p. 92).

A autora ainda explica que mesmo com um posicionamento equivocado no passado, o desejo de mudança por parte das mulheres feministas “permanece mais forte do que a necessidade de se segurar a crenças e pressupostos errados” (HOOKS, 2020, p. 93). Essa nova perspectiva escancara o fato de que, para discutir gênero, não há como não envolver questões de raça e de classe.

Nessa época as pautas das mulheres lésbicas e bissexuais também começam a ganhar mais espaço nas discussões feministas. Como pontua Guacira Lopes Louro, o segundo momento do feminismo apresenta

Diferentes grupos que, de muitos modos, expressam sua inconformidade e desencanto em relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos, às grandes teorias universais, ao vazio formalismo acadêmico, à discriminação, à segregação e ao silenciamento (LOURO, 1997, p. 16).

Ainda sobre a importância dessas novas perspectivas, Louro afirma:

A diferença entre as mulheres, reclamada, num primeiro momento, pelas mulheres de cor foi, por sua vez, desencadeadora de debates e rupturas no interior do movimento feminista. Com o acréscimo dos questionamentos trazidos pelas mulheres lésbicas, os debates tornaram-se ainda mais complexos, acentuando a diversidade de histórias, de experiências e de reivindicações das muitas (e diferentes) mulheres (LOURO, 1997, p. 45).

Esses primeiros momentos tinham como foco visibilizar as mulheres, que foram historicamente excluídas tanto da vida em sociedade como da ciência. Contudo, é preciso registrar que, por ser um movimento originalmente elitista, muitas mulheres fora desse núcleo já vinham quebrando essa invisibilidade por conta das condições em que estavam submetidas:

É preciso notar que essa invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o “verdadeiro” universo da mulher, já vinha sendo gradativamente rompida por algumas mulheres. Sem dúvida, desde há muito tempo, as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas, e nas lavouras. Gradativamente, essas e outras mulheres passaram a ocupar também escritórios, lojas, escolas e hospitais. Suas atividades, no entanto, eram quase sempre (como são ainda hoje, em boa parte) rigidamente controladas e dirigidas por homens (LOURO, 1997, p. 17).

O problema, até então, era conceber a categoria “mulheres” como uma unidade que representava um lugar comum para todas, como se todas as mulheres enfrentassem os mesmos tipos de dificuldade: “há o problema político que o feminismo encontra na suposição de que o termo *mulheres* denote uma identidade comum” (BUTLER, 2015, p. 20). Diferentemente do início do movimento feminista, há agora o reconhecimento da existência de vários “tipos de mulheres”, e questões como classe, raça, sexualidade e, ainda, o rompimento com a noção biológica de sexo passam a ser atravessamentos essenciais para a construção de um movimento interseccional e amplo, que inclua de fato todas as mulheres e indivíduos oprimidos em razão da predominância do sistema heteronormativo, patriarcal e elitista que rege a sociedade. Como diz a teórica norte-americana Judith Butler,

A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação” (BUTLER, 2015, p. 20).

Assim, podemos dizer que o terceiro momento do feminismo se dá juntamente com o avanço da tecnologia, que coloca ainda mais mulheres em contato com as ideias feministas e escancara todo esse sistema histórico-cultural de opressão.

2.2 Questões de gênero e sexualidade

Vivemos em uma sociedade em que a ordem social é mantida através das relações de poder entre os indivíduos. Essa ordem é construída a partir de sistemas classificatórios, conforme assinala Tomaz Tadeu da Silva:

É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. Há, entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. Esses sistemas partilhados de

significação são, na verdade, o que se entende por “cultura” (SILVA, 2000, p. 42).

Conforme o autor, cada indivíduo é posicionado (e se posiciona) por meio de sua identidade. Essas identidades não são dadas, são construídas a partir do contexto histórico e cultural em que estamos inseridos. Justamente por depender do contexto, essas identidades não são fixas e estáveis, elas estão sempre em constante transformação e se apresentam de diferentes maneiras nas mais diversas partes do mundo, visto que “diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais” (SILVA, 2000, p. 31).

As feministas anglo-saxãs intensificaram a distinção entre *gender* e *sex*, e no Brasil foi a partir dos anos 1980 que as feministas passaram a utilizar o termo. Gênero é um dos marcadores sociais que organizam a sociedade, tal como raça e classe. Conforme Scott (1995), “o termo gênero torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75). Ele é construído socialmente através de uma visão falocêntrica mantida pelo que as teorias de gênero e sexualidade chamam de “lei paterna” ou “lei do pai”, na qual o homem é quem estabelece a norma. Nas discussões sobre identidade e diferença, sabemos que, para existirmos, precisamos de um outro, um oposto. A marcação da diferença é crucial no processo de construção das posições de identidade (SILVA, 2000, p. 40):

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença (SILVA, 2000, p. 40).

Em relação a gênero, a mulher é o "outro" do homem. Porém, em sociedade, ela não é vista como uma oposição, mas como um adendo, um ser subalterno ao homem. Nessa relação do eu e do outro, um dos sujeitos sempre será mais privilegiado – neste caso, o homem é o ser superior e a mulher, o inferior.

Apesar de não serem fixas, há uma série de normas que asseguram as identidades de gênero para garantir o funcionamento da ordem social. As construções do “ser mulher” e do “ser homem”, “se fazem, também, através de práticas e relações que *instituem* gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas

de falar e de agir, condutas e posturas *apropriadas* (e, usualmente, diversas)” (LOURO, 1997, p. 41). Desde antes do nascimento, os indivíduos são submetidos a diversas expectativas sobre o que eles deverão ser e como deverão se comportar em sociedade, baseadas em seu sexo e gênero atribuído no nascimento. “Todo contexto ou campo cultural tem seus controles e suas expectativas, bem como seu “imaginário”, isto é, suas promessas de prazer e realização” (SILVA, 2000, p. 33). A definição “é menina” ou “é menino” posiciona esses indivíduos em seus “papéis”: o corpo com vagina vai vestir rosa, brincar de boneca e se dedicar à maternidade; enquanto o sujeito com pênis vai usar azul e se dedicar ao sustento da família, vai ser o “homem” da casa.

Esse processo de enquadramento em uma das categorias de gênero está ligado à visão essencialista na qual o “ser mulher” e o “ser homem” se dá através da natureza, do sexo designado no nascimento. ““Tornar-se” um gênero é um laborioso processo de tornar-se *naturalizado*, processo que requer uma diferenciação de prazeres e de partes corporais, com base em significados com características de gênero” (BUTLER, 2015, p. 127). Essas “unidades de gênero” são consequência de práticas reguladoras que visam padronizar as identidades através de uma linha invisível de coerência, como aponta Judith Butler em *Problemas de Gênero*:

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só são concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas casuais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (BUTLER, 2015, p. 43).

É importante ressaltar que essas construções não são fixas para todos, elas variam de acordo com cada cultura. Em nossa sociedade, por exemplo, os homens que detém o poder em sua maioria são os brancos de classe alta e média alta, enquanto as mulheres mais oprimidas são as negras. É por conta dessas variações que os movimentos sociais, como o feminismo, não devem dispensar possíveis aliados na luta pelo fim da opressão. Nas palavras da teórica bell hooks,

Um homem despojado de privilégios masculinos, que aderiu às políticas feministas, é um companheiro valioso de luta, e de maneira alguma é ameaça ao feminismo; enquanto uma mulher que se mantém apegada ao pensamento e comportamento sexistas, infiltrando o movimento feminista, é uma perigosa ameaça (HOOKS, 2020, p. 31).

Os sujeitos que não seguem as normas e o padrão de expressão de gênero preestabelecidos são vistos como desviantes, como errados. Como aponta Silva

A produção de categorias pelas quais os indivíduos que transgridem são relegados ao status de “forasteiros”, de acordo com o sistema social vigente, garante certo controle social. A classificação simbólica está, assim, intimamente relacionada à ordem social (SILVA, 2000, p. 47).

A qualificação de “desviante” é criada por conta da perspectiva essencialista que define as identidades de gênero como algo natural e fixo, baseado na anatomia corporal. Como pontua Guacira Lopes Louro, “a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender – e *justificar* – a desigualdade social” (LOURO, 1997, p. 21). Porém, nem todo indivíduo com pênis se identificará como homem e nem todo indivíduo com vagina se identificará como mulher, visto que “*homem e masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulheres e feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino” (BUTLER, 2015, p. 26). Portanto, não há como definir esses “papéis de gênero” visto que cada sujeito vive o seu gênero de uma forma diferente. Essa é a significação da identidade de gênero: a forma como a pessoa se enxerga e como vive o seu gênero em sociedade. “Ser um homem ou uma mulher, então, não é um estado predeterminado. É um tornar-se; é uma condição ativamente em construção” (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 38). Conforme Scott (1995), “o uso de “gênero” enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1995, p. 76). Essas identificações múltiplas e “fora da lei” contestam a fixidez das posições feminina e masculina em relação à *lei do pai*.

Uma vez que cada sujeito vive o seu gênero de uma forma, não há como simplificar a questão de gênero num sistema binário de vagina-mulher-feminino e pênis-homem-masculino. Como observa Berenice Bento:

O sistema binário (masculino versus feminino) produz e reproduz a ideia de que o gênero reflete, espelha o sexo e que todas as outras esferas constitutivas dos sujeitos estão amarradas a essa

determinação inicial: a natureza constrói a sexualidade e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais” (BENTO, 2008, p. 17).

Além disso, esses dois pólos – feminino e masculino – são internamente fragmentados e divididos: “não existe *a mulher*, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras” (LOURO, 1997, p. 32).

Essas dicotomias que estruturam a sociedade são patriarcais e excludentes, e tem como ponto de referência perspectivas machistas que punem e excluem quem está fora da norma. Conforme Louro,

A concepção dos gêneros como se produzindo dentro de uma lógica dicotômica implica um pólo que se contrapõe a outro (portanto uma ideia *singular* de masculinidade e de feminilidade), e isso supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se “enquadram” em uma dessas formas” (LOURO, 1997, p. 34).

O dualismo de gênero, dividido entre feminino e masculino, perde-se ao longo do tempo e através do surgimento de novas identidades de gênero, de forma que o ser mulher e o ser homem não é uma questão simples e não depende apenas da genitália:

A transexualidade é uma das múltiplas expressões identitárias que emergiram como uma resposta inevitável a um sistema que organiza a vida social fundamentada na produção de sujeitos “normais/anormais” e que localiza a verdade das identidades em estruturas corporais (BENTO, 2008, p. 25).

Atualmente, além do feminino e do masculino inserido num contexto cisgênero (em que os indivíduos se identificam com o gênero designado em seu nascimento), vemos a emergência de novas identidades, como a transexualidade, as travestis, e também a negação ou a aceitação de todos os gêneros, abraçados pelos indivíduos não-binários. A ruptura com a dicotomia de gênero permite a existência e tira da angústia do não pertencimento diversos indivíduos que não são contemplados pela norma do sistema binário heterossexual.

Da mesma forma que gênero, a sexualidade também está inserida em um sistema de construção a partir do contexto social em que os indivíduos estão inseridos. Gênero e sexualidade são conceitos complementares. Ao se tratar da sexualidade, as expectativas às quais os indivíduos são submetidos existem por conta da heteronormatividade. Conforme Berenice Bento, “por heteronormatividade

entende-se a capacidade da heterossexualidade apresentar-se como norma, a lei que regula e determina a impossibilidade de vida fora dos seus marcos” (BENTO, 2008, p. 51). A heteronormatividade estabelece como “correto” e “natural” o estilo de vida heterossexual – o desejo e a prática sexual devem ser exercidos apenas com o gênero oposto. Sexualidade trata da orientação sexual dos sujeitos, a atração sexual ou romântica pelo outro. Louro (1997) esclarece:

Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc.). O que importa considerar é – tanto da dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre construídas, elas não são dadas acabadas num determinado momento (LOURO, 1997, p. 27).

Ter a heterossexualidade como norma exclui as mais diversas performances de sexualidade: bissexual, homossexual, assexual, entre outros. Assim como os desvios de gênero, os desviantes na sexualidade também são excluídos e punidos de acordo com a forma como vivem a sua sexualidade. O sistema binário-heterossexual deslegitima a existência de diversas identidades sexuais e de gênero. “Mulheres, lésbicas e gays não podem assumir a posição de sujeito falante no interior do sistema linguístico da heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2015, p. 201).

A partir dos estudos *queer* da teórica norte-americana Judith Butler (2015), passamos a entender a construção de gênero e sexualidade com uma nova perspectiva. A Teoria *Queer* trabalhada pela filósofa fala sobre o caráter *performativo* do gênero. Segundo Butler, o gênero é construído a partir da *repetições* de normas, discursos, atos e rituais que sustentam e reforçam as identidades hegemônicas. Por isso, o gênero é performativo, a identidade dos sujeitos é o resultado dessas repetições. O gênero, portanto, não é predeterminado pela natureza, mas “praticável”.

Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo *performativo* sugere que ele não tem *status* ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade (BUTLER, 2015, p. 235).

A Teoria *Queer*, diferente de alguns movimentos identitários, não tem como foco uma população específica, mas sim as normas e a sua desconstrução. Esse modo performativo em que o gênero se constitui através da repetição, que reforça as normas divididas na categoria do feminino e do masculino, também permite o surgimento das repetições *deslocadas*, as quais dão origem às identidades de gênero fora da concepção essencialista, heteronormativa e patriarcal. Judith Butler observa:

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante *performances* sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter *performativo* do gênero e as possibilidades *performativas* de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2015, p. 244).

Tendo em vista todas essas tensões que os estudos feministas, de gênero e sexualidade apresentam em relação à forma como os indivíduos se relacionam e como se dá a ordem social no coletivo, fica evidente a necessidade de desconstruir as antigas normas que excluem diversos sujeitos e construir novas formas de viver e respeitar as identidades vividas pelas pessoas em sociedade. Ou seja,

Ao chamar a atenção para o caráter cultural e construído do gênero e da sexualidade, as teorias feministas e a teoria queer contribuem, de forma decisiva, para o questionamento das oposições binárias – masculino/feminino, heterossexual/homossexual – nas quais se baseia o processo de fixação das identidades de gênero e das identidades individuais (SILVA, 2000, p. 89).

Portanto, é o sujeito desviante que nos dá uma maneira de compreender o mundo “fixo” da categorização sexual como um mundo construído, e que certamente poderia ser construído diferentemente (BUTLER, 2015, p. 191). É preciso ver além do binarismo de gênero e de heteronormatividade para reformular a estrutura da sociedade. Assim, a conquista da liberdade de viver as identidades da forma que seja mais coerente para cada indivíduo se dará através da subversão total, ou da que seja possível, desses modelos limitantes.

3 “CONSIDERAMOS JUSTA TODA FORMA DE AMOR”: A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO LGBT+ NO BRASIL

A sociedade brasileira é regulada através das diretrizes da heteronormatividade, as quais estabelecem as formas como os indivíduos devem viver suas identidades sexuais e de gênero. O movimento LGBT+ surge no Brasil quase uma década depois da emblemática Revolta de Stonewall⁴, nos Estados Unidos, numa sociedade abalada pelos efeitos da ditadura militar instalada em 1964, e que luta pela redemocratização do país depois de anos de repressão e falta de direitos.

Neste capítulo, dedico-me ao estudo do movimento LGBT+ brasileiro, sua origem como movimento organizado politicamente, o nascimento dos grupos de militância, assim como a discorrer sobre a importância da imprensa alternativa para a comunidade. Além disso, debruço-me também sobre os desafios enfrentados pela população LGBT+ durante a eclosão da epidemia de HIV-Aids no país, e as grandes mudanças que aconteceram no movimento e no Brasil após o surgimento da doença. Ainda neste capítulo, faço uma aproximação do movimento LGBT+ atual para discutir o futuro da comunidade e refletir sobre a trajetória trilhada até aqui.

Antes de discutir o caráter histórico do movimento, faço um breve desmembramento da sigla LGBT+, para esclarecer as diferenças de cada identidade sexual e de gênero na comunidade, entender as suas jornadas e também suas demandas específicas.

Por fim, apresento dados provenientes do Relatório Anual de Mortes Violentas de LGBT no Brasil, do Grupo Gay da Bahia (GGB), o grupo LGBT+ em atividade mais antigo do país, para entender e debater a questão da violência contra a comunidade, suas nuances, motivações e formas de enfrentamento. Neste momento, também aproveito para inserir ao trabalho o relatório, que será o guia para a análise do objeto desta pesquisa.

⁴ A Revolta de Stonewall é considerada um marco na história mundial da comunidade LGBT+. Em 28 de junho de 1969, a polícia invadiu violentamente o bar Stonewall Inn, em Nova York, ponto de encontro de pessoas LGBT+, agredindo e detendo frequentadores. A ação da polícia despertou revolta nas pessoas que estavam no local e na vizinhança, e durante dias o estabelecimento foi palco de luta por direitos e respeito à comunidade LGBT+. Hoje, o dia 28 de junho é considerado o Dia do Orgulho LGBT+.

3.1 Desmistificando a sigla LGBT+

Antes de LGBT, a primeira sigla representativa do movimento no Brasil foi GLS: Gays, Lésbicas e Simpatizantes, criada na década de 1990. Porém, tal denominação foi logo substituída visto que excluía diversas identidades sexuais e de gênero.

Desde 2008, a sigla usada para denominar lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais é LGBT. Ao longo dos anos, no entanto, foram incluídas novas letras e sinais na intenção de incluir outras identidades sexuais e de gênero para além das cinco destacadas. Atualmente, a sigla mais utilizada é a LGBTQ+ (sendo o “+” a sinalização de que há mais identidades incluídas), mas podem ser encontradas outras variações da sigla, como LGBTQIA+, LGBTQIAPN, LGBTQIAP+, e por aí vai. Ao longo deste trabalho, a sigla utilizada é LGBT+, visto que estes são os grupos do foco da pesquisa.

Para entendermos as letras da sigla e seus sentidos, precisamos também compreender outros termos que integram o vocabulário do movimento. Cisgêneras, por exemplo, são as pessoas que se identificam com o gênero biológico designado no nascimento, enquanto pessoas transgêneras são aquelas cuja identidade de gênero não corresponde ao que convencionalmente é associado ao sexo atribuído no nascimento. Isso significa que alguém nascido com o sexo masculino, por exemplo, é do gênero feminino, ou vice-versa. Transgênero é o termo “guarda-chuva” utilizado para englobar todas as pessoas que não se identificam com o gênero atribuído, mas é importante ressaltar que nem todos esses indivíduos trans sentem vontade de realizar alguma transição.

Pessoas não-binárias são aquelas que, em sua expressão de gênero, não se enquadram nas categorias de feminino e masculino, se posicionando fora do eixo binário. Uma pessoa não-binária não necessariamente é transexual. As letras da sigla LGBT+ visam incluir todas as identidades sexuais e de gênero existentes, como bissexuais, assexuais, pansexuais, etc. Como vimos no capítulo anterior, da mesma forma que na questão de gênero, a sexualidade não se divide pelo binarismo heterossexual/homossexual, mas tem um leque de possibilidades de vivenciar a sexualidade e o desejo.

O entendimento da construção do movimento LGBTQ+ no Brasil está interligado também com a compreensão de todas as identidades que estão abarcadas dentro do movimento. A sigla LGBTQ+ se divide entre as designações de orientação sexual e as designações relacionadas ao gênero. O “L” e o “G”, de lésbica e gay, representam os indivíduos que se relacionam com pessoas do mesmo gênero, sexual e afetivamente. No caso das lésbicas, mulheres que se relacionam com mulheres, e no caso dos gays, homens que se envolvem com homens. O “B” é de bissexual, pessoas que se sentem atraídas por ambos os gêneros. Já a letra “T” engloba travestis e transexuais. Transexuais são pessoas a princípio binárias cujo gênero não corresponde ao sexo designado no nascimento, e que normalmente desejam realizar a transição completa para o gênero condizente, através de intervenções no corpo e mudança de identidade, por exemplo. Já travestis, muitas vezes consideradas um terceiro gênero por excelência, referem-se às pessoas com órgão sexual masculino, mas com apresentação de gênero feminina; não são nem homens, nem mulheres, e essa pode ser uma condição provisória, não necessariamente incorporada pelo sujeito todo o tempo. Dessa forma, cumpre ressaltar que travesti não é o mesmo que transexual, são duas identidades de gênero diferentes.

Para além da sigla utilizada ao longo desta pesquisa, é fundamental também termos conhecimento de outras identidades: a letra “Q” representa *queer*, sujeitos que não se identificam com os padrões de gênero (feminino e masculino) vigentes na sociedade, e assim transitam entre os gêneros. O “I” é de intersexo, e trata das pessoas que nascem com variações nos cromossomos ou nos órgãos genitais, antigamente conhecidos como hermafroditas. Os indivíduos intersexos podem se identificar como cisgênero ou transgênero, a depender da sua jornada pessoal e suas vivências. A letra “A” representa os assexuais, sujeitos que não sentem atração sexual por outras pessoas. Apesar disso, pessoas assexuais podem se envolver com outras de forma afetiva. Já a letra “P” refere-se à pansexualidade, muitas vezes confundida com bissexualidade. Pessoas pansexuais são aquelas que sentem atração sexual ou afetiva por qualquer identidade de gênero e sexo. A distinção em relação à bissexualidade é que, a princípio, pessoas bissexuais têm atração apenas por pessoas cisgênero, o que exclui identidades de gênero como trans e travestis. No entanto, essa visão tem sido discutida dentro da comunidade atualmente.

A sigla segue em processo de construção, portanto. Sabemos que a sociedade está vivendo um processo de descobrimento e rupturas com antigos paradigmas e, por conta disso, novas identidades de gênero e sexuais ainda podem surgir. É de se esperar que, ao longo do tempo, a “sopa de letrinhas” que representa o movimento LGBTQ+ siga se expandindo.

3.2 O movimento LGBTQ+ brasileiro

Como movimento organizado politicamente, o movimento LGBTQ+ no Brasil surgiu no final da década de 1970. O país ainda estava sob a ditadura militar, período de grande censura e repressão. Nessa fase, o país passava por um momento de lenta distensão, em que as forças políticas visavam uma saída para pôr fim ao regime militar. Assim, grupos militantes de esquerda e representantes de minorias oprimidas ocupavam espaços a fim de restaurar a democracia e conquistar direitos, liberdade e cidadania. Seguindo o fluxo dessa oposição, “grupos de militância homossexual trouxeram à cena pública o anseio de que toda forma de amor e desejo pudesse ser vivida com dignidade e exaltada sem restrições” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 22). É importante ressaltar que a homossexualidade não era considerada crime no Código Penal; no entanto, a repressão policial se dava apoiada nas leis contra a “vadiagem”, perturbação da ordem pública e prática de atos obscenos em público.

No início, a luta da comunidade LGBTQ+ era predominantemente composta por homens, segundo Simões e Facchini (2009). Atualmente, considera-se marco inicial da luta do movimento LGBTQ+ no Brasil, na época denominado de Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), a criação do grupo Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, de São Paulo, em 1978, que apresenta a homossexualidade como questão política pela primeira vez. De início, o Somos era formado exclusivamente por homens gays. De acordo com Simões e Facchini (2009),

A primeira aparição pública do grupo ocorreu com uma carta endereçada ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, protestando contra o tratamento preconceituoso dado à homossexualidade pela grande imprensa, notadamente pelos jornais destinados ao consumo popular (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 96).

Nessa carta, o grupo se denominava Núcleo de Ação Pelos Direitos dos Homossexuais. Ao longo de 1979, o Somos cresceu progressivamente, admitindo

novos integrantes, incluindo as mulheres, que posteriormente formaram o GALF – Grupo de Ação Lésbico-Feminista, em vista das demandas das suas próprias vivências, que muitas vezes não eram contempladas no grupo, e também pelo machismo proveniente dos homens gays que faziam parte do grupo.

A criação do Somos suscitou o nascimento de vários grupos de militância homossexual pelo território nacional. Em dezembro de 1979 aconteceu o Encontro de Homossexuais Militantes, no Rio de Janeiro, que reuniu entidades como Somos-SP, Eros-SP, Somos/Sorocaba-SP, Libertos/Garulhos-SP, Somos-RJ, Auê-RJ, Beijo Livre/Brasília-DF, Grupo de Afirmação Gay/Caxias-RJ e Grupo 3° Ato/Belo Horizonte-MG. De acordo com Simões e Facchini, “o encontro tomou a resolução de reivindicar a inclusão na Constituição Federal do respeito à “opção sexual” e lutar para retirar para tirar a homossexualidade da lista das doenças mentais” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 104).

O crescimento do Somos e sua popularidade resultou em rachaduras no grupo, principalmente por questões ideológicas. Enquanto alguns integrantes queriam unir a luta homossexual, das minorias, a uma luta “maior”, liderada principalmente por organizações de esquerda, outros não queriam misturar as pautas. Essas rupturas ficaram visíveis em 1° de maio de 1980, quando seus integrantes não chegaram a um consenso em relação ao apoio à manifestação dos trabalhadores em greve do ABC paulista. Na ocasião, apenas uma parte do grupo compareceu à manifestação. Foi na reunião geral de 1980 que aconteceu a separação formal:

Sob a alegação de que o Somos estava com sua autonomia comprometida em virtude da atuação de membros ligados a organizações-políticas partidárias, nove membros anunciaram seu desligamento e a formação de um novo Grupo de Ação Homossexualista, posteriormente rebatizado de “Outra Coisa” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 108).

Além do Somos, outra referência para a primeira fase de mobilização política dos homossexuais brasileiros é o surgimento do jornal alternativo *Lampião da Esquina*. O jornal era em formato tabloide, com periodicidade mensal, e sua primeira edição, em caráter experimental, com circulação restrita, ocorreu em abril de 1978. Conforme Flávia Péret, o *Lampião* foi o primeiro jornal gay de circulação nacional:

“Ao contrário das publicações da década de 1960, distribuídas de maneira clandestina e quase sempre gratuitamente, era vendido em bancas de jornal de várias cidades do país” (PÉRET, 2011, p. 51). Nomes como João Antonio Mascarenhas, Aguinaldo Silva, Darcy Penteado, Gasparito Damata, João Silvério Trevisan e Peter Fry compunham a sua redação, reunindo um grupo de escritores, jornalistas e intelectuais reconhecidos na cena brasileira. Segundo Péret (2011), “o jornal diferenciava-se da imprensa gay que o precedeu pelo enfoque político que dava ao tema da homossexualidade” (PÉRET, 2011, p. 49).

Em termos de abordagem e conteúdo, o *Lampião* se diferenciava pelo seu combate à imagem de “homossexuais como criaturas destroçadas por causa do seu desejo, incapazes de realização pessoal e com tendências a rejeitar a própria sexualidade” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 85). O jornal não se limitava a discutir questões acerca da homossexualidade, mas incluía também em suas publicações pautas relacionadas a outras minorias e movimentos, como o feminismo, a população negra, a transexualidade e temas sobre a prostituição: “a visão política do *Lampião* orientava-se para uma alternativa libertária, que desafiava convenções e convicções políticas expressas na época tanto no campo conservador quanto na esquerda” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 86). O *Lampião*, assim como outros diversos jornais alternativos de oposição à ditadura, sofreu a repressão proveniente dos poderes jurídicos e da polícia. Em novembro de 1978, sofreu inquérito policial por ofensa à moral e aos bons costumes.

O *Lampião da Esquina* durou três anos, publicando 36 edições. O jornal vivenciou uma crise financeira para se manter, além de problemas operacionais e divergências dentro da equipe. Em junho de 1981, foi lançada a sua última edição. O fim do mensário dificultou a circulação de ideias e atividades dos grupos de luta homossexual no país, visto que o era um dos seus principais meios de comunicação, funcionando como um articulador. Assim como pontuam Simões e Facchini, “o jornal tinha sido importante para a mobilização homossexual do período, assim como para o debate de muitos temas relacionados à politização da sexualidade e ao reconhecimento social das chamadas “minorias”” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 110). Os autores ainda dizem que “o encerramento das atividades do *Lampião* antecipou o final de um ciclo que, como a redemocratização,

liquidou com a imprensa alternativa e permitiu que seus temas fossem reabsorvidos pela grande imprensa” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 110). Conforme Péret,

Ao colocar em pauta a homossexualidade, reivindicando, com base na pluralidade de visões e opiniões, um olhar mais atencioso e crítico para a questão, o jornal ampliou o debate acerca dos direitos gays no país e se firmou como importante marco da imprensa alternativa no período da ditadura militar (PÉRET, 2011, p. 60).

Ainda em relação à imprensa alternativa, o boletim *Chanacomchana* também teve grande importância na jornada do movimento LGBTQ+ brasileiro, principalmente para o universo lésbico. O *Chanacomchana* circulou durante a década de 1980 e tinha periodicidade instável, podendo ser trimestral ou quadrimestral. As integrantes do GALF se ocupavam de distribuir o boletim, e um dos momentos mais emblemáticos dessas ações aconteceu em 19 de agosto de 1983, quando o grupo foi expulso do Ferro's Bar, em São Paulo, enquanto tentavam distribuir o boletim no local. Após o ocorrido, a data passou a ser reconhecida pelo movimento como o “Dia do Orgulho Lésbico”.

Segundo Simões e Facchini (2009), durante os anos 80 ocorreu uma significativa redução no número de grupos organizados no país. De acordo com James N. Green, “no auge do movimento, em 81, 20 grupos existiam no país. Em 84, somente sete sobreviveram, e apenas cinco participaram do Segundo Encontro de Homossexuais Organizados, que se realizou em Salvador” (GREEN, 2000, p. 283). Okita (2007) aponta que essa acentuada redução no número de grupos se dá não apenas por conta da epidemia da HIV-Aids, mas também em razão de diferenças ideológicas.

Ainda na década de 1980, o movimento homossexual brasileiro encontra seu principal desafio, durante a redemocratização do país: a epidemia do HIV-Aids. Miskolci (2011) afirma que “a epidemia inicial de HIV/Aids teve o efeito de repatologizar a homossexualidade em novos termos, contribuindo para que certas identidades, vistas como perigo para saúde pública, passassem por um processo de politização controlada” (MISKOLCI; COLLING, 2011, p. 40). Disseminada como “peste gay” pela grande imprensa brasileira, o HIV-Aids escancarou a necessidade de um movimento homossexual unido e organizado, tendo como foco o combate à discriminação da comunidade. Simões e Facchini (2009) destacam:

É possível observar o desenvolvimento de um estilo de militância de ação mais pragmática, mais preocupada com aspectos formais de organização institucional e voltada para garantia dos direitos civis e contra a discriminação e a violência dirigidas aos homossexuais. São exemplos desse ativismo o Triângulo Rosa e o Grupo Gay da Bahia (GGB) (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 61).

O Grupo Gay da Bahia (GGB), hoje o mais antigo grupo de luta LGBT+ em atividade no país, foi o primeiro a lançar oficialmente a campanha pela retirada da homossexualidade da lista de doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), feito conquistado em 1985. Nesse mesmo período, “adotou-se e se fez disseminar a ideia de ‘orientação sexual’ e houve um intenso debate acerca da inclusão da garantia de não-discriminação por ‘orientação sexual’ na Constituição Brasileira” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 61). Apesar da previsível ligação negativa entre HIV-Aids e comunidade LGBT+, a epidemia desencadeou uma maior visibilidade para esses grupos, para o movimento de luta, e ainda despertou um olhar mais atento do governo brasileiro para a necessidade da criação de políticas públicas para a população LGBT+, principalmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade, como travestis e transexuais. Simões e Facchini (2009) argumentam:

A Aids surpreendeu o universo do ativismo homossexual brasileiro numa situação paradoxal. Enquanto grande parte dos grupos organizados existentes se desestruturava, acontecia uma expansão publicitária do espetáculo gay, fazendo aumentar inclusive a visibilidade das travestis, não só nas ruas das cidades, mas também na grande mídia, para além do carnaval (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 129).

A classificação dos grupos de risco da Aids, que incluía os homossexuais, apesar da raiz preconceituosa, tornou-se justificativa para a necessidade de atender as demandas dessa população:

Se a Aids propiciou uma expansão do poder médico, apoiado na ressonância da mídia, também jogou luz sobre práticas e circunstâncias ligadas ao exercício e à expressão da sexualidade, que deixaram a clandestinidade para adentrar o debate público” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 135).

A partir de 1990, o movimento homossexual brasileiro foi retomando suas características ativistas, incluindo novas identidades de gênero e sexuais, agora

focados na conquista de direitos para a comunidade, após algumas conquistas relacionadas à área da saúde por conta da Aids. Miskolci (2011) aponta que

Devido ao relativo sucesso das políticas públicas voltadas para as DST/Aids, as demandas sociais, felizmente, não se voltam mais apenas para a área de saúde e ganham cada vez mais espaço em políticas na área da educação, cultura e, por fim, mas não por menos, nas demandas de reconhecimento de direitos (MISKOLCI, 2011, p. 42).

A partir da década de 1990, os grupos de militância homossexual passaram a se aproximar do modelo das organizações não-governamentais, a fim de conseguir financiamentos, infraestrutura, além de construir uma boa relação com os governos, com o mercado de consumo e também com a mídia, para acabar com a antiga visão da comunidade ligada a “guetos” e falta de articulação. Esses grupos também pararam de focar apenas na pauta gay, e assim se fragmentaram entre as mais diversas identidades de gênero e sexualidade que vinham surgindo, sendo os itinerários dos transexuais, travestis e das lésbicas ganhando ainda mais espaços e construindo suas próprias lutas. Em 1995 aconteceu o VII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, em Curitiba, pela primeira vez financiado pelo Ministério da Saúde, e com a presença de 84 grupos, um recorde. Durante o evento, foi fundada a ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos. No mesmo ano aconteceu a 17ª Conferência Internacional da International Lesbian and Gay Association (ILGA), no Rio de Janeiro, quando ocorreu a primeira Parada do Orgulho LGBT no Brasil. Em 29 de agosto de 1996 foi realizado o primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), e por isso a data é considerada como o “Dia Nacional da Visibilidade Lésbica”. No ano de 2001 foi criada a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (Antra). Já em 2005 ocorreu o XII Encontro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, em Brasília, quando a sigla LGBT passou a vigorar e foi definido que o “T” contemplaria travestis, transexuais e transgêneros.

As Paradas do Orgulho LGBT se tornaram um marco no movimento brasileiro. Todos os anos, milhares de pessoas LGBTQ+ vão às ruas para celebrar suas vivências e seu direito de existir. O Brasil, inclusive, tem a maior Parada do Orgulho LGBT do mundo. A de São Paulo teve cerca de três milhões de pessoas presentes na sua última edição, em 2019, segundo os organizadores do evento. Simões e Facchini (2009) afirmam que:

As paradas, como manifestações de visibilidade de massa, marcam a expressão social e política do movimento LGBT dos últimos anos e são, também, um terreno privilegiado para se apreciar o cruzamento das diversas conexões do movimento com o mercado e o Estado (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 150).

Para os autores, “grande parte dos progressos obtidos pelo movimento LGBT deveu-se ao seu processo recente de institucionalização” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 157). O movimento LGBT+ brasileiro segue em constante construção, visto que agora o movimento abarca novas identidades, o que acarreta novas demandas e agendas. Direitos foram conquistados, como a possibilidade do casamento civil entre pessoas do mesmo gênero, e a criminalização da LGBTfobia.

Não há como negar que a comunidade LGBT+ tem hoje muito mais espaço e visibilidade do que antigamente. Porém, essa visibilidade também coloca em foco essas pessoas, o que resulta em muitos casos de violência por LGBTfobia, principalmente contra identidade mais vulneráveis, como travestis e transexuais. Como aponta Miskolci,

Sair do armário se revelou não uma escolha, antes um privilégio daqueles/as que têm condições materiais e simbólicas para isso. Também ficou perceptível que assumir uma identidade sexual socialmente rechaçada não traz apenas vantagens, muito menos para pessoas em contextos morais rígidos e violentos (MISKOLCI; COLLING, 2011, p. 50).

A violência contra a comunidade LGBT+ só se tornou crime em junho de 2019⁵, mais de 40 anos depois do início da mobilização política do movimento. Essa violência é alavancada pelo enraizamento da estrutura heteronormativa vigente na sociedade, que mesmo com mais acesso à informação e vivências da população LGBT+, segue determinando quem tem direito de amar e de existir no país, como veremos a seguir.

3.3 Mapa da violência contra a comunidade LGBT+ em 2019

Estima-se que existam 20 milhões de gays, 12 milhões de lésbicas e um milhão de transexuais no Brasil nestas duas primeiras décadas do século XXI. Desde a década de 1980, o Grupo Gay da Bahia (GGB) coleta informações sobre

⁵ A LGBTfobia foi enquadrada na legislação já existente que define o crime de racismo, sendo o crime inafiançável e imprescritível.

mortes e violência na comunidade LGBTQ+ e divulga em seu Relatório Anual de Mortes Violentas de LGBTQ no Brasil.

LGBTfobia, apesar do sufixo “fobia”, não se trata de um medo psicológico, mas da expressão de um ódio direcionado a um grupo específico de indivíduos. A cada 26 horas, uma pessoa LGBTQ+ é assassinada ou se suicida no país em razão do preconceito. O Brasil é um dos países que mais mata pessoas LGBTQ+ no mundo, ficando à frente até mesmo de países do Oriente Médio e África, onde há pena de morte. Desde o início dos anos 2000, segundo o GGB, o ano com o maior número de casos de violência contra a população LGBTQ+ foi 2017, quando foram registradas 445 mortes. O século XXI começou com 130 vítimas, e a cada ano, mesmo oscilando com reduções, o número cresce.

Em 2019, ano que corresponde à análise desta pesquisa, 329 pessoas LGBTQ+ (aqui englobado lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tiveram morte violenta no país: 297 homicídios e 32 suicídios. Do total, 174 mortes são de gays, 118 são de travestis e transexuais, 32 de lésbicas e 5 de bissexuais. Este número apresenta uma redução de 21,6% em relação ao ano anterior, que registrou 420 mortes. De acordo com o relatório organizado por Oliveira e Mott (2020),

Apesar dessa redução observada nos dois últimos anos, devemos pontuar que tais mortes cresceram incontrolavelmente nas duas últimas décadas: de 130 homicídios em média em 2000, saltou para 260 em 2010, subindo para 398 nos últimos três anos. Durante os governos de FHC mataram-se em média 127 LGBTQ por ano; na presidência de Lula 163 e no governo Dilma 296, sendo que nos dois anos e 4 meses de Temer, foram documentadas uma média de 407 mortes anuais, caindo para 329 no primeiro ano do governo Bolsonaro (OLIVEIRA; MOTT, 2020, p. 13-14).

Apesar da redução em relação aos anos anteriores ser um dado animador, o Grupo Gay da Bahia aponta que não se sabe ao certo quais são as questões que levaram a isso. Vários fatores podem ser relacionados, como uma maior cautela em se expor publicamente por parte da população LGBTQ+, visando à sua proteção, uma vez que há uma nova “onda” de normas conservadoras ganhando visibilidade no país, muito graças ao incentivo do próprio presidente da república.

No levantamento de 2019, ocorreram crimes contra a comunidade LGBTQ+ em todas as regiões do país. O Nordeste é a região com maior ocorrência, acumulando

117 mortes (35,56%), seguido do Sudeste, com 98 (29,79%). O estado de São Paulo, em cuja capital acontece a maior Parada do Orgulho LGBTQ+ do mundo, lidera o ranking, com 50 vítimas. Apesar disso, o estado registrou uma redução de oito casos em comparação com o ano anterior, 2018. A faixa etária da maioria das vítimas está entre 20 e 24 anos, mas é importante ressaltar que, em 2019, duas vítimas tinham entre 10 e 14 anos, e 11 delas tinham mais de 60 anos. Essas estatísticas são importantes porque, mesmo que os jovens sejam as maiores vítimas, a violência contra a comunidade LGBTQ+ não se concentra apenas nesse núcleo. Em relação à cor das vítimas, há um tipo de estabilidade: 122 delas, cerca de 37% do total, são pretas ou pardas, e 121, brancas. No grupo em que a cor não foi identificada, os crimes ficaram em 26,14%, quantidade significativa para o levantamento.

O relatório aponta também a profissão das vítimas. Foram categorizadas mais de 60 profissões, mas a maioria das vítimas era de profissionais do sexo. Esse dado escancara o nível de exclusão do mercado de trabalho vivenciado por parte da comunidade LGBTQ+, principalmente travestis e transexuais:

As dificuldades de acesso a oportunidades de trabalho e renda, especialmente no mercado formal, constitui obstáculo para a construção de projetos de vida mais sólidos e, em certa medida por empurrar as pessoas as condições para o subemprego e até estratégias marginais de sobrevivência e, uma vez expostas a tais situações pode ser vítima de violência e morte” (OLIVEIRA; MOTT, 2020, p. 56).

O relatório relaciona também os tipos de armas utilizadas na hora do crime. Os crimes praticados com arma branca (faca, facão, punhal, tesoura, entre outras), que é uma das formas mais comuns em casos de LGBTQfobia, são a maioria, englobando 30,39% das mortes. O Grupo Gay da Bahia afirma, ainda, que “foram registrados homicídios perpetrados com 13, 15, 17 e 20 golpes” (OLIVEIRA; MOTT, 2020, p. 61). Do total de 297 homicídios, 15 deles foram cometidos de forma extremamente cruel, como afogamento, decapitação, esquartejamento, martelada e tortura, inclusive com caco de vidro. “São mortes cruéis, muitas vezes, sem a menor chance da vítima se defender e, mesmo depois de morto, o agressor ainda massacra o corpo, como prova de sua homotransfobia” (OLIVEIRA; MOTT, 2020, p. 66).

De acordo com o relatório, a maior parte dos LGBT+ vítimas de morte violenta foram assassinados em sua residência, 33,74% dos casos, seguindo uma tendência que vinha de anos anteriores. O levantamento ainda mostra que, muitas vezes, as vítimas foram encontradas em suas casas amarradas e amordaçadas, com sinais de tortura, o que evidencia um ódio perverso por parte dos assassinos. Em alguns outros casos, o corpo só é encontrado em estado avançado de decomposição, quando começa a chamar a atenção da vizinhança:

A crueldade dessas execuções transparece nos detalhes da boca amordaçada, mãos e pés amarrados, rosto desfigurado, além de hematomas por todo o corpo, alguns sendo carbonizados, num gesto extremo de demonstração de aniquilação total (OLIVEIRA; MOTT, 2020, p. 82).

As mortes também ocorrem em locais de entretenimento e prostituição, como bares, boates e casa de show. Segundo o Grupo Gay da Bahia, há casos envolvendo brigas, bullying, cobrança de dívida e mortes por ciúmes: “alguns LGBT são enterrados em cova rasa no quintal, mangue, vala, esgoto” (OLIVEIRA; MOTT, p. 83). O GGB ainda ressalta que:

Consideramos que mesmo quando algum LGBT foi assassinado com suposto envolvimento com ilícitos, sobretudo como usuário ou pequeno traficante de drogas, com certeza sua condição de ser “viado, traveca, sapatão ou gilete” foi fator agravante na execução, posto que no imaginário coletivo, ser LGBT implica em bagunça, covardia, fragilidade física e vulnerabilidade social, sem vizinhos, polícia ou familiares que osem tomar sua defesa em situações adversas (OLIVEIRA; MOTT, 2020, p. 83-84).

O Grupo Gay da Bahia analisa o perfil dos agressores também. Em relação a 2019, é importante destacar que, até este momento, é o ano que registrou o maior número de agressores presos em flagrante ou dias depois: 65 casos (19,76%) foram desvendados logo após o crime. A faixa etária dos assassinos está entre 17 e 38 anos, e segundo os registros do GGB, são indivíduos sem profissão definida ou desempregados, com baixa escolaridade. Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu equiparar a LGBTfobia a crime de racismo.

Do total de 32 suicídios, 12 vítimas (37,5%) eram gays, 9 (31,25%), transexuais, 7 (21,87%), lésbicas e 3 (9,38%), travestis. Nestes casos, a faixa etária de maior ocorrência se dá entre 14 e 29 anos, 40,62% da totalidade dos casos,

sendo a maioria, estudantes. A maior parte das mortes ocorreu da mesma maneira, por enforcamento.

Sobre a cobertura midiática, o relatório aponta que os 329 casos de mortes violentas de LGBTQ+ foram noticiados pelo menos uma vez por 243 veículos de comunicação, muitos da grande mídia, como jornais impressos, telejornais e rádios, além de portais de notícia de pequeno porte e sites e blogs. Em relação à abordagem jornalística empregada, o Grupo Gay da Bahia aponta:

É comum veiculação de fotos de LGBTQ+ mortos e omissão do nome social: em 16 casos divulgou-se o nome civil masculino de vítima travestis ou transexuais, ainda se faz uso de sensacionalismo nas manchetes, sobretudo em jornais locais, blogs e sites populares (OLIVEIRA; MOTT, 2020, p. 101).

Analisando-se os dados levantados e divulgados pelo Grupo Gay da Bahia, não restam dúvidas de que as políticas públicas voltadas à comunidade LGBTQ+ são essenciais para o combate à discriminação. Mesmo que, ao longo dos seus pouco mais de 40 anos de luta, o movimento tenha conquistado direitos e espaços de visibilidade, a caminhada não está nem próxima do fim. O número de mortes violentas ainda é grande quando pensamos na jornada deste grupo desde o seu início. É importante pontuar também que há diversas subnotificações quando se tratam de casos de LGBTQfobia: esses números de violência contra a comunidade podem ser muito maiores do que o que é informado pelo relatório. Além do que, mesmo com os avanços nos debates sobre gênero e sexualidade, tanto na esfera política quanto social, percebemos um retrocesso nessas pautas quando ainda vemos estereótipos sendo retratados em programas de televisão, piadas homofóbicas em programas de rádio, manchetes sensacionalistas e degradantes em grandes jornais impressos e, ainda, o próprio presidente do país manifestando-se abertamente de forma homofóbica. A redução no número de vítimas LGBTQ+ em 2019 evidencia uma dúvida sobre qual o lugar da comunidade LGBTQ+ atualmente no Brasil.

A importância dos meios de comunicação para dar a devida importância aos casos de morte violenta de pessoas LGBTQ+ é evidente e podemos acompanhar isso ao longo da trajetória do movimento no Brasil. Para além da questão informativa, o jornalismo é um dos principais formadores de opinião em uma sociedade, e em uma sociedade heteronormativa e machista como a que vivemos, é imprescindível que

cumpra seu papel de promover a visibilidade e a dignidade das minorias historicamente oprimidas. O papel social do jornalismo como forma de conhecimento é crucial na construção dos itinerários da população LGBTQ+ na sociedade, e é este ponto que iremos discutir no próximo capítulo.

4 O PAPEL DO JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO DAS NOTÍCIAS

Neste capítulo busco compreender o jornalismo como forma de conhecimento e de que maneira esse papel é desempenhado no contexto social. Além disso, através do entendimento de que o campo jornalístico acompanha as transformações da sociedade, apresento o conceito de critérios de noticiabilidade utilizados pelo jornalismo contemporâneo tradicional segundo as concepções de Nelson Traquina, assim como o de valores-notícia, para entender o significado deles no processo de produção de notícias. Por fim, faço uma reflexão também sobre como esses critérios podem colocar o jornalismo em um papel mais plural e pedagógico em relação às normas hegemônicas que ordenam a sociedade.

4.1 Jornalismo como forma de conhecimento

Entendo que o jornalismo, desde pelo menos o século XIX, tem como função principal manter a população informada sobre os acontecimentos de atualidade mais relevantes. Essa informação se dá através da busca da verdade, obtida a partir dos ângulos escolhidos para o relato dos acontecimentos, mas que, de alguma forma, consegue ser coerente para um bom número de pessoas. Além disso, percebe-se que o jornalismo também evoluiu até chegar a um patamar educativo, em que é considerado uma forma de conhecimento. É através dele que, além de se informar, os indivíduos também buscam se orientar socialmente. Portanto, hoje, pode-se dizer que o jornalismo assume um papel de “educador”.

Eduardo Meditsch (1997) examina que existem três abordagens que permitem uma aproximação à ideia do jornalismo como forma de conhecimento. A primeira delas trata da valorização da ciência, do método científico e conseqüentemente da negação de qualquer outro conhecimento que não seja adquirido pela ciência e a partir de estudos e confirmações reais, o que, neste caso, nega ao jornalismo o caráter de conhecimento.

A segunda abordagem concebe o jornalismo como forma de conhecimento em uma escala menor do que a ciência, mas ainda assim, produtor de saberes para a sociedade. Nessa perspectiva, o jornalismo é tido como uma forma de conhecimento que se situa em algum ponto entre o senso comum e a ciência. O pioneiro nessa elaboração é o sociólogo Robert Park, que, a partir de William

James, analisa o papel das notícias em 1940. Nesse estudo, Park divide o conhecimento em dois tipos: “conhecimento de” e “conhecimento sobre”. O primeiro tipo, “conhecimento de”, trata da sabedoria adquirida por meio das vivências do cotidiano e das relações sociais. Pode ser entendido como o senso comum, como explica Elias Machado:

Poderia se considerar que se trata do conhecimento por excelência que sustenta o senso comum na sociedade. Apesar de que são características que os indivíduos adquirem de modo inconsciente como resultado de suas experiências, a partir do momento em que são adquiridas, como afirma Park, tendem a se tornar atributos individuais e pessoais (MACHADO, 2005, p. 26).

O segundo tipo, o “conhecimento sobre”, refere-se ao conhecimento científico, adquirido através de estudos e análises com determinadas características que fazem com que esse conhecimento nem sempre seja acessível a todos. Conforme Elias Machado,

Em contraste com o conhecimento adquirido pela experiência empírica, estaria o conhecimento acerca de ou sobre algo que seria formal, racional, sistemático e resultaria da observação de fatos postos à prova e classificados em conformidade com os objetivos e pontos de vista de uma determinada metodologia científica (MACHADO, 2005, p. 26).

Neste sentido, o “conhecimento sobre”, mais difícil de ser comunicado, poderia se tornar comunicável tendo em vista que “seus problemas e soluções não são expostos apenas em termos lógicos e inteligíveis, mas porque estas formas podem ser provadas por experimentos ou por referência à realidade empírica descrita dos conceitos” (MACHADO, 2005, p. 27).

Sobre isso, Eduardo Meditsch (1997) entende que

Ao utilizar a distinção entre “conhecimento de” e “conhecimento sobre”, o primeiro sintético e intuitivo, o segundo sistemático e analítico, dentro da tradição do pragmatismo, Robert Park observa que o jornalismo realiza para o público as mesmas funções que a percepção realiza para os indivíduos (MEDITSCH, 1997, p. 6).

O conhecimento proveniente do jornalismo seria mais acessível do que o da ciência. O jornalismo, inclusive, seria muitas vezes o mediador para a chegada do saber científico aos indivíduos:

O jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras

instituições sociais. A hipótese de que ocorra uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do jornalismo no processo de cognição social” (MEDITSCH, 1997, p. 3).

Em relação ao produto do jornalismo, as notícias, Adelmo Genro Filho (1987) aponta que “como forma de conhecimento, a notícia, segundo Park, não cuida essencialmente nem do passado nem do futuro, mas do presente” (GENRO FILHO, 1987, p 46). Portanto, a notícia, além de informar as pessoas, ela também as orienta, da mesma forma que a percepção na visão parkiana. Porém, Adelmo Genro Filho (1987) pontua que não há uma igualdade nas duas ações, mas uma simulação. O jornalismo simularia o papel da percepção para os indivíduos. Conforme Marocco e Berger (online):

Muito mais do que informar o público, as notícias tendem a orientá-lo, à semelhança do que ocorre com a percepção a nível individual. Cada indivíduo interpretará a notícia, de acordo com os seus próprios interesses, preconceitos e predileções, dando a sequência a um jogo comunicativo com a interpretação alheia da mesma notícia (MAROCCO; BERGER, online, p. 9).

A terceira abordagem examinada por Eduardo Meditsch (1997) para se entender o jornalismo trata do que ele tem de original e não de semelhante ao conhecimento comum ou à ciência. Diz o autor que o jornalismo, por retratar a realidade com dever de verdade – verdade que não é absoluta – revela-a de uma forma diferente. “Ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar” (MEDITSCH, 1997, p. 3). Ao falar de verdade, é importante entender que ela está fadada a sofrer a interferência histórica, social e cultural do contexto em que está inserida, como adverte Meditsch:

Como toda outra forma de conhecimento, aquela que é produzida pelo jornalismo será sempre condicionada histórica e culturalmente por seu contexto e subjetivamente por aqueles que participam desta produção. Estará também condicionada pela maneira particular como é produzida (MEDITSCH, 1997, p. 10).

Por conta disso, o jornalismo é atravessado por diversas contradições, uma vez que nenhuma verdade enunciada esgota toda a realidade. Genro Filho (1987) aponta que a significação produzida pelo jornalismo se encontra entre duas variáveis: as relações objetivas do evento em relação à totalidade social considerada e as relações que são constituídas no ato de sua produção e comunicação (GENRO

FILHO, 1987, p. 54). Segundo o autor, na visão de Park, é por isso que a especificidade das notícias não consiste apenas em sua temática, mas à forma como o tema é tratado e as funções sociais que cumpre.

Para conseguir orientar os indivíduos sobre as rápidas transformações que passa a sociedade moderna, o jornalismo precisa estabelecer critérios e procedimentos para exercer o seu papel. Conforme Machado (2005), “a imediata relevância das notícias para as ações das pessoas transformou as empresas jornalísticas em fontes essenciais e isso, sustentava Park, as obriga a definir procedimentos para a busca, processamento e disseminação dos eventos” (MACHADO, 2005, p. 29). No entanto, da mesma forma que a sociedade se modifica, esses valores e princípios também necessitam se adequar, para que as demandas sejam atendidas:

A institucionalização do jornalismo pressupõe uma contínua mudança nestes valores como mecanismo de adequação entre as demandas que são apresentadas pela sociedade e as funções do jornalismo como instituição e o modo como estas demandas são materializadas pelas organizações jornalísticas de cada lugar (MACHADO, 2005, p. 31).

Robert Park foi, assim, o primeiro autor a identificar o papel do jornalismo como produtor de conhecimento. O jornalismo é uma referência para as pessoas, e por conta disso o seu papel educativo tem que estar alinhado com essas transformações socioculturais. Como diz Meditsch (1997),

A manipulação do sistema democrático, a disparidade crescente entre o topo e a base das sociedades, a disseminação dos preconceitos, estereótipos e ideologias dos poderosos não são criações do jornalismo, embora ele eventualmente participe de tudo isso. Como produto social, o jornalismo reproduz a sociedade em que está inserido, suas desigualdades e suas contradições. Nenhum modo de conhecimento disponível está completamente imune a isto (MEDITSCH, 1997, p. 11).

Por essa razão, os critérios contemporâneos que regem a condução do jornalismo nos processos de seleção dos acontecimentos, cobertura do fato noticioso e a construção do texto jornalístico das notícias devem considerar também o poder do jornalismo em relação à manutenção ou à transformação das estruturas sociais e suas respectivas normas e valores. As notícias não são neutras e são produzidas a partir de diferentes visões de mundo, e é dentro desse espectro que o jornalismo atua como construtor social da realidade.

4.2 Os valores-notícia no jornalismo

Assim como pontuado por Traquina (2005), jornalismo é vida. O Jornalismo relata a “realidade”, a “verdade” e os acontecimentos mais relevantes, que têm maior impacto para a sociedade como um todo. Já sabemos que essa realidade é apenas um aspecto da totalidade e que essa verdade pode ser interpretada de diferentes maneiras se vista de outros ângulos, mas em geral, o jornalismo faz uma representação da realidade e da vida.

Conforme Claudia Lago, “o campo jornalístico sustenta entre seu arcabouço conceitos como o da responsabilidade social, interesse público, compromisso com os valores democráticos e com a cidadania” (LAGO, 2010, p. 175). Esses conceitos são executados a partir de princípios como imparcialidade e objetividade. A produção das notícias é um processo de significação do que acontece de relevante no mundo. Mas como definir o que é relevante? Ao entendermos que notícia é uma construção social, o campo jornalístico utiliza diversos elementos essenciais para fazer a seleção dos fatos que serão noticiáveis, para que os acontecimentos ganhem o *status* de notícia. Segundo Traquina (2005), “o jornalista relata, capta, reproduz ou retransmite o acontecimento” (TRAQUINA, 2005, p. 62). A ideia de “o que é notícia” se modifica ao longo do tempo conforme as transformações da sociedade também. Tradicionalmente, há um padrão que é invocado na construção dessas notícias, padrão esse formulado através de critérios de noticiabilidade:

Os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável (TRAQUINA, 2005, p. 63).

Traquina (2005), a partir das concepções de Wolf, divide os valores-notícia em dois grupos: de seleção e de construção. Os valores-notícia de seleção são aqueles aos quais os jornalistas recorrem no processo de escolher o fato que será transformado em notícia. Esses valores ainda se dividem em duas categorias: os critérios substantivos (importância e interesse do fato para se tornar notícia) e critérios contextuais (relacionados ao processo de construção da notícia).

Como critérios substantivos dos valores-notícia de seleção, Traquina (2005) aponta a morte, porque, segundo ele, “onde há morte, há jornalistas” (TRAQUINA, 2005, p. 79). Também são considerados critérios substantivos a notoriedade (a

importância dos envolvidos no ato), a proximidade, seja ela geográfica ou cultural, a novidade e, claro, a relevância. Neste caso, a relevância tem como ponto principal o impacto que tal fato terá sobre a vida da maioria das pessoas. Também são critérios substantivos o tempo e a notabilidade, que é a capacidade de o acontecimento ser tangível. Neste cenário, Traquina explica que “o valor-notícia da notabilidade alerta-nos para a forma como o campo jornalístico está mais virado para a cobertura de acontecimentos e não problemáticas” (TRAQUINA, 2005, p. 82). Podemos entender, então, que a notabilidade está intimamente ligada ao princípio do jornalismo de ser imparcial, informativo, e não a expor uma visão de mundo, mesmo que o próprio, apesar das tentativas de imparcialidade, seja construído através de uma perspectiva específica. Outros valores-notícia substantivos de seleção são o inesperado, o conflito e a controvérsia, que podem ser entendidos como a violência, e é por isso que a infração também é reconhecida como um valor-notícia.

Em relação aos critérios contextuais dentro dos valores-notícia de seleção, Traquina (2005) pontua a disponibilidade, que é a capacidade de o jornalista ou o meio de comunicação realizar a cobertura do fato; equilíbrio, que diz respeito à quantidade de vezes que uma temática vai ser noticiada em certo período de tempo; visualidade (capacidade de ilustrar o ocorrido); a concorrência; e também o “dia noticioso”, visto que, segundo Traquina (2005), “há dias ricos em acontecimentos com valor-notícia e outros dias pobres em acontecimentos com valor-notícia” (TRAQUINA, 2005, p. 90).

Além dos valores-notícia de seleção, a comunidade jornalística também trabalha com os critérios de noticiabilidade conforme a construção. De acordo com Traquina (2005), “por valores-notícia de construção entendem-se os critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia” (TRAQUINA, 2005, p. 91). Segundo o autor, há seis valores-notícia de construção: simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância. A simplificação trata da complexidade inserida no texto – quanto mais simples, melhor. A amplificação fala da possibilidade de o fato ser notado pelo maior número de pessoas, seja pelo tamanho do próprio ato ou até das suas consequências. A relevância refere-se à forma como o jornalista dá sentido ao acontecimento noticiado, como atribui significado àquilo. Outro valor-notícia de construção que, segundo Traquina (2005), se dá por conta do discurso jornalístico, é

a personalização. Em casos de notícias com personalização, o texto acentua o fator “pessoa”, valoriza os indivíduos envolvidos. Já a dramatização abrange a questão do apelo emocional, utiliza recursos discursivos para realçar a sensibilidade das pessoas quanto ao assunto. A lógica da consonância tem a ver com continuidade, se a notícia pode ser inserida em uma narrativa já construída em um contexto anterior.

O campo jornalístico, portanto, possui um padrão disponível que serve como guia para a execução da construção do que é informado à sociedade. Contudo, “os valores-notícia não são imutáveis, com mudanças de uma época histórica para outra, com sensibilidades diversas de uma localidade para outra, com destaques diversos de uma empresa jornalística para outra” (TRAQUINA, 2005, p. 95). Baseado nas concepções de Daniel Hallin (1986), Traquina ainda explica que o campo jornalístico tradicional se divide em três esferas: do consenso, da controvérsia e do desvio. Dentro da esfera do consenso, os jornalistas atuam em um papel mais conservador, onde se encontram as normas da sociedade. Na esfera da controvérsia, a objetividade e a neutralidade são o foco, enquanto na esfera do desvio, essa posição neutra perde espaço para um papel mais de interferência, expondo fatos que violam os valores da esfera do consenso, por exemplo.

A partir desses valores-notícia que definem a óptica que o jornalista seguirá desde a seleção do fato até a sua construção como texto jornalístico, a “realidade” é então veiculada em forma de notícia para um grande número de pessoas que a utilizam como referência para adquirir conhecimento. Não há maneira de separar o jornalismo da construção social e cultural da história. Através dos valores-notícia, o jornalismo define o que será noticiado e de que forma será noticiado, podendo, assim, colocar luz ou excluir diversas temáticas. Se colocado em prática por meio de uma compreensão da sociedade como um consenso e firme no princípio da imparcialidade, esse padrão preestabelecido para a construção do discurso jornalístico se torna um mecanismo de fortalecimento das normas e valores hegemônicos que excluem e colocam à margem diversos indivíduos vistos como o “outro”. Beatriz Marocco e Christa Berger explicam que a notícia pode servir

como um instrumento de exclusão social, graças à objetivação da periculosidade de certos indivíduos e das estratégias conjuntas, adotadas entre o jornalismo e outras instituições, para controlá-los. A

notícia insinua-se, neste quadro, como um instrumento de controle social que pode gerar a coesão social em torno da norma (que marginaliza o outro infrator) ou dar conta dos procedimentos técnicos de coação dos corpos dos mais perigosos, incluindo-os no discurso para visibilizar a sua exclusão da sociedade (MAROCCO; BERGER, online, p. 4)

Assim como pontua Claudia Lago (2010), “a responsabilidade social do jornalismo e a defesa do interesse público não podem se resumir a fornecer as informações que supostamente interessam ao público” (LAGO, 2010, p. 166). Tendo em vista que os valores-notícia não são imutáveis e que a sociedade está em constante transformação, o jornalismo também tem a possibilidade de se modificar em conjunto com a realidade e se tornar cada vez mais plural. Lago diz que

No caso de aplicarmos ao jornalismo, o esforço seria no sentido de descentrar o olhar constituído, torna-lo permeável a pontos de vista, ângulos, vivências, à possibilidade de ser afetado pelo Outro, em vez de tentar percebê-lo pelas atuais gramáticas normativas que figuram nos manuais e dentro das redações (LAGO, 2010, p. 175).

A partir dessa concepção de jornalismo, como modo de conhecimento, e operacionalizando conceitos como os de valores-notícia no processo de construção dos textos jornalísticos, além da reflexão sobre a responsabilidade social do jornalismo, faço uma análise da construção das notícias sobre a violência contra a população LGBT+ no jornal de maior circulação do país, a Folha de S.Paulo, durante o ano de 2019.

No próximo capítulo faço uma breve apresentação do objeto analisado e dos métodos utilizados para atingir o objetivo desta pesquisa.

5 OBJETO DE PESQUISA E METODOLOGIA

O presente capítulo visa apresentar o objeto que será submetido à análise e o método adotado para alcançar os objetivos da pesquisa. Para isso, faço um breve histórico da *Folha de S.Paulo*, descrevo como é construída a sua edição impressa e apresento resumidamente o seu projeto editorial. Em seguida, explico a metodologia utilizada e os procedimentos adotados para a execução da pesquisa.

5.1 O objeto de pesquisa: *Folha de S.Paulo*

O jornal *Folha de S.Paulo*, conhecido também apenas como *Folha*, foi fundado em 1921 pelos jornalistas Olival Costa e Pedro Cunha, e inicialmente se chamava “Folha da Noite”. Após quatro anos, em 1925, é criada a “Folha da Manhã”, versão matutina da Folha da Noite. Depois de 24 anos, surge ainda a “Folha da Tarde”, e é apenas na década de 1960 que ocorre a fusão dos três jornais, dando origem à atual *Folha de S.Paulo*.

Atualmente, a Folha é o jornal de maior circulação do país, com mais de 340 mil exemplares mensais, incluindo assinaturas digitais, segundo dados levantados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC) em 2020. Como linha editorial, o jornal afirma buscar um jornalismo crítico, apartidário e pluralista⁶.

A edição impressa do jornal se divide em nove seções diárias, além da capa: Opinião, Poder, Mundo, Mercado, Cotidiano, Esporte, Ciência/Ambiente/Saúde, Folha Corrida e Ilustrada. Semanalmente, as edições ainda contam com as seções de Turismo, Ilustríssima, Sobre Tudo e o Guia da Folha, além de outras pequenas seções que são incluídas em dias específicos e alternados, como a “folhainvest” e “agrofolha” em Mercado, “equilíbrio” em Saúde, e “entrevista da 2ª” em Mundo. O site afirma ainda que o jornalismo praticado pela Folha concentra-se em temas de informação geral e de interesse público, traduzidos em conteúdo útil e compreensível para o maior número de pessoas.

A seção **Opinião** é composta por artigos de colunistas (fixos e convidados), editoriais, painel do leitor e tendências/debates. **Poder** se dedica a atualizar o leitor sobre a política no país, seguindo o princípio apartidário e pluralista em relação às

⁶ Informações disponíveis em <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/linha_editorial.shtml?fill=2>. Acesso em abril de 2021.

informações. Em **Mundo** são publicadas diariamente as notícias internacionais que o jornal considera de maior relevância. Já em **Mercado**, os leitores têm acesso às atualizações sobre a economia brasileira e internacional, mercado de trabalho, negócios e outras pautas relacionadas ao tema. **Cotidiano** apresenta as informações relacionadas ao dia a dia dos leitores, com enfoque maior para pautas de interesse da população em geral, como segurança e educação. **Esporte** traz as informações sobre os esportes no Brasil e no mundo, como o nome evidencia, enquanto os cadernos de **Ciência**, **Ambiente** e **Saúde** (que podem variar entre si a cada edição) trazem as notícias mais atualizadas sobre essas temáticas. A **Folha Corrida** tem o intuito de, como a nomenclatura sugere, resumir os principais acontecimentos do momento incluindo resumos de notícias, colunas, dicas e curiosidades, que muitas vezes não estão presentes nos demais cadernos. A seção **Ilustrada** é dedicada à cobertura das áreas de cultura e entretenimento, trazendo informações sobre cinema, música, livros, entre outros.

É inegável que a *Folha de S.Paulo* atinge um público amplo, de abrangência nacional. Em relação ao perfil dos leitores, em âmbito nacional, a classe econômica que consome a edição impressa do jornal está concentrada em sua maioria nas classes B (48%) e C (32%), registrando ainda uma parcela considerável da classe A (17%)⁷. Entende-se, portanto, que os conteúdos da *Folha* são destinados às pessoas de classe média.

Em seu Projeto Editorial⁸ atual, a *Folha* relaciona os princípios seguidos para a apuração, produção e divulgação das notícias, sendo 12 no total. São eles: 1) Confirmar a veracidade de toda notícia antes de publicá-la; 2) Praticar um jornalismo que ofereça resumo criterioso e atualizado do que acontece de mais relevante em São Paulo, no Brasil e no mundo, com ênfase na obtenção de informações exclusivas; 3) Priorizar temas que, por afetarem a vida da coletividade ou de parcelas expressivas da população, sejam considerados de interesse público; 4) Promover os valores do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre-iniciativa, da equalização de oportunidades, da democracia representativa, dos

⁷ Informações disponíveis em <http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor_nacional.shtml>. Acesso em abril de 2021.

⁸ Informações disponíveis em <<http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/introducao.shtml>>. Acesso em abril de 2021.

direitos humanos e da evolução dos costumes; 5) Abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados, sem prejuízo de buscar conteúdos proveitosos ou inspiradores; 6) Cultivar a pluralidade, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões, seja ao focalizar mais de um ângulo da notícia, sobretudo quando houver antagonismo entre as partes nela envolvidas; registrar com visibilidade compatível pontos de vista diversos implicados em toda questão controvertida ou inconclusa; 7) Obrigar-se a ponderar os argumentos da parte acusada e, publicando uma acusação, garantir espaço ao contraditório; 8) Manter atitude apartidária, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão; 9) Preservar o vigor financeiro da empresa como esteio da independência editorial e garantir que a produção jornalística tenha autonomia em relação a interesses de anunciantes; assegurar, na publicação, características que permitam discernir entre conteúdo jornalístico e publicitário; 10) Estabelecer distinção visível entre material noticioso, mesmo que permeado de interpretação analítica, e opinativo; 11) Rechaçar censura e outras agressões à liberdade de expressão, reconhecendo, no caso de abuso comprovado dessa liberdade, a responsabilização posterior dos autores, nos termos da lei; e 12) Identificar e corrigir com destaque erros de informação cometidos; publicar manifestações de crítica ao próprio jornal; manter mecanismos transparentes de autocontrole e correção⁹. Os princípios editoriais do jornal darão um direcionamento para a análise da construção das notícias, tendo em vista que são a base do jornalismo exercido na *Folha*.

Em 2019, a *Folha* criou o cargo de editora de Diversidade, com o objetivo de promover diversidade nos conteúdos publicados em suas plataformas, reforçando a diversidade de gênero, origem étnica, classe social, raça, cor, crença religiosa, deficiência, orientação sexual, idade e inclinação política¹⁰ nas produções jornalísticas. O jornal ainda enfatiza que o objetivo é dar atenção especial aos grupos considerados marginalizados historicamente.

⁹ Informações disponíveis em <<http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml>>. Acesso em abril de 2021.

¹⁰ Informações disponíveis em <<http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/manual-de-redacao-conduta/politica-de-diversidade.shtml>>. Acesso em abril de 2021.

A escolha da *Folha de S.Paulo* como objeto empírico desta pesquisa deve-se à sua importância no cenário jornalístico brasileiro e à afirmação desses princípios, o que faz do jornal uma referência para o público e para os meios de comunicação de uma forma geral. Uma notícia ou uma reportagem publicada na *Folha*, ou mesmo um artigo de opinião, sempre tem impacto.

5.2 A metodologia: Análise de Conteúdo

Nas palavras de Bauer, “os textos, do mesmo modo que as falas, referem-se aos pensamentos, sentimentos, memórias, planos e discussões das pessoas, e algumas vezes nos dizem mais do que seus autores imaginam” (BAUER, 2008, p. 189). Pensando nisso, tendo como objetivo geral analisar como a *Folha de S.Paulo* noticia casos de violência contra a comunidade LGBTQ+ em sua edição impressa, considero que a Análise de Conteúdo (AC) e suas técnicas são metodologia adequada nesta pesquisa. De acordo com Laurence Bardin (1977), a AC é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Bardin (1977) afirma que a Análise de Conteúdo possui um campo muito vasto de aplicação, através de diversas técnicas. A AC possibilita que seja feita uma análise quantitativa e qualitativa, de forma a construir inferências mais coerentes e sólidas acerca do objeto analisado. O interesse da análise não está na descrição do conteúdo, mas no que pode ser revelado após o tratamento deles em relação a outras perspectivas (BARDIN, 1977, p. 38). O verdadeiro interesse da AC, conforme a autora, é provocar inferências, conclusões, a partir de um longo processo de organização dos conteúdos selecionados. Bauer complementa dizendo que “ela é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada” (BAUER, 2008, p. 191).

A Análise de Conteúdo se divide em cinco partes principais, segundo Bardin (1977): pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação. O objetivo da pré-análise é organizar as ideias iniciais, na qual é escolhido o tema, o objeto e as hipóteses. É onde ocorre também a leitura flutuante. A leitura flutuante é o primeiro contato com os materiais que serão analisados, sem

aprofundamento, pois ainda não são selecionados perante um foco, eles abrangem apenas o tema geral. Após esse processo, conforme Fonseca Junior, é que se constitui o *corpus* da pesquisa. Segundo ele, “as decisões sobre a constituição do *corpus* também condicionam a ênfase a ser dada na pesquisa (análise quantitativa ou qualitativa)” (FONSECA JUNIOR, 2009, p. 293).

A escolha dos documentos que formarão o *corpus*, segundo Bardin (1977), se dá a partir de algumas regras – como a regra da exaustividade, da representatividade, da homogeneidade e da pertinência. Ainda na pré-análise, são definidas as hipóteses, que, a princípio, serão confirmadas ou não ao longo da pesquisa, depois da análise do material.

Após a constituição do *corpus*, tem início a codificação, que integra a fase da exploração do material. Conforme Fonseca Junior,

A codificação é o processo de transformação dos dados brutos de forma sistemática, segundo regras de enumeração, agregação e classificação, visando esclarecer o analista sobre as características do material selecionado. Sua principal função é servir de elo entre o material escolhido para análise e a teoria do pesquisador (FONSECA JUNIOR, 1977, p. 294).

A codificação visa sistematizar/organizar o *corpus* para representar o conteúdo de forma mais focada e expressiva conforme o objetivo da análise. Como observa Bauer, a codificação é de extrema importância porque “embora o *corpus* esteja aberto a uma multidão de possíveis questões, a AC interpreta o texto apenas à luz do referencial de codificação” (BAUER, 2008, p. 199). É na codificação que, conforme Bardin (1977), ocorre o recorte (escolha das unidades que serão analisadas), a enumeração (regras de contagem) e a classificação e agregação (categorização das unidades). A escolha das unidades se divide em “de registro” e “de contexto”. A enumeração pontua os índices, de modo a quantificar a pesquisa; e a categorização é “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 1977, p. 117). O processo da categorização visa, por excelência, “fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos” (BARDIN, 1977, p. 119). Essa análise categorial se transforma na base da análise qualitativa dos conteúdos selecionados.

Os três passos seguintes ocorrem basicamente em conjunto: o tratamento dos resultados, as inferências e as interpretações. Fonseca Junior afirma que a inferência é o “momento mais fértil da análise de conteúdo, estando centrado nos aspectos implícitos da mensagem analisada” (FONSECA JUNIOR, 2009, p. 298). A inferência é a análise propriamente dita, na qual se busca as significações por trás dos conteúdos analisados, e podem ser classificadas como inferências específicas e gerais. Segundo Bauer (2008), o foco e o contexto das inferências são o público e a fonte. Ele complementa: “através da reconstrução de representações, os analistas de conteúdo inferem a expressão dos contextos, e o apelo através desses contextos” (BAUER, 2008, p. 192).

A análise de conteúdo possibilita a investigação do que há por trás das palavras que constituem uma mensagem. Bardin aponta: “A tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente desviar o olhar para uma outra significação” (BARDIN, 1977, p. 41). É a possibilidade de descobrir novas realidades através do desmembramento do conteúdo analisado.

Por conta disso, acredito que a Análise de Conteúdo é a metodologia pertinente para dar continuidade à pesquisa. Na próxima seção do presente capítulo, após a constituição do *corpus* e um levantamento quantitativo, parto para a codificação e análise categorial, que servirá de base para a análise qualitativa do material, tratamento dos resultados e inferências, realizados no capítulo seguinte.

5.3 Pré-análise: Constituição do *corpus* e hipóteses

Depois de estabelecido o objeto da análise, as notícias de casos de violência contra a comunidade LGBT+ da edição impressa da *Folha de S.Paulo* em 2019, fiz um levantamento quantitativo para garantir uma boa quantidade de dados para submeter à análise. Seguindo as orientações de Bardin (1977) em relação à regra da exaustividade, explorei 365 edições impressas da *Folha*, publicadas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2019. Li apenas as edições diárias, excluindo seções especiais e guias. Neste processo, identifiquei cerca de 120 notícias relacionadas à pauta LGBT+, incluindo textos opinativos, informativos e análises, e também considerei todas as identidades de gênero e orientações sexuais da sigla LGBT+.

A partir desse levantamento e da regra da representatividade, estabeleci o tamanho da amostra. Dessas notícias previamente selecionadas, foram consideradas para a análise apenas as de caráter informativo, que tratassem de casos de violência contra a comunidade LGBT+ e que abrangessem somente lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, considerando as regras da homogeneidade e da pertinência. Com essas regras estabelecidas, a hipótese levantada é a de que a *Folha de S.Paulo* segue os valores-notícia que regem o jornalismo contemporâneo e tradicional, conforme Traquina (2005), mas não cobre de forma efetiva os casos de LGBTfobia, tendo em vista o grande número de homicídios e suicídios registrados no relatório de mortes violentas do Grupo Gay da Bahia (GGB). É de se perguntar o motivo pelo qual o jornal não considera tão relevante a violência contra a população LGBT+ quando comparada a outros grupos, que recebem mais visibilidade no dia a dia das publicações da *Folha*.

Após a constituição do *corpus* e da formulação da hipótese, passo à descrição sobre os procedimentos adotados na análise, sobre os processos de codificação e sobre a categorização do material selecionado.

5.4 Procedimentos adotados para a análise

Conforme definido na fase de pré-análise, a unidade de registro da pesquisa são as notícias **informativas** sobre casos de violência contra a comunidade LGBT+ publicadas nas edições impressas da *Folha de S.Paulo* do ano de 2019. As unidades selecionadas abrangem apenas os casos referentes a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis. A partir dos requisitos estabelecidos na constituição do *corpus*, foram encontradas **17** notícias que tratam sobre o tema específico, de caráter apenas informativo, e que constituem efetivamente o *corpus* da pesquisa. Desse total, **10** são ilustradas com fotos. Nenhuma das notícias teve chamada na capa da respectiva edição.

A tabela 1 identifica as unidades de registro da pesquisa, com a identificação de cada notícia, o título e as respectivas informações que situam cada uma delas na edição em que foram publicadas.

Tabela 1 – Notícias analisadas (identificadas por título, caderno, página, edição, data de publicação e presença de imagem, que aponta se a notícia contém foto ou não).

Notícias analisadas						
Id.	Título	Caderno	Página	Edição	Data de publicação	Presença de imagem
N1	Matheusa foi morta ao tirar arma de traficante	Cotidiano	B2	32.787	08 de janeiro de 2019	Sim
N2	Time LGBT diz ter sido alvo de discriminação	Esporte	B5	32.836	26 de fevereiro de 2019	Sim
N3	PF prende suspeitos de explorar transexuais	Cotidiano	B7	32.852	14 de março de 2019	Não
N4	Diego Hypolito assume ser homossexual e fala de abusos na ginástica	Esporte	B7	32.908	09 de maio de 2019	Sim
N5	Ataque homofóbico violento em PE deixa jovem com sequelas	Cotidiano	B3	32.940	10 de junho de 2019	Sim
N6	PM que pediu namorado em casamento é ameaçado na internet	Cotidiano	B4	32.963	03 de julho de 2019	Sim
N7	Oito meses após o crime, polícia prende suspeito de ataque homofóbico em PE	Cotidiano	B3	32.997	06 de agosto de 2019	Sim
N8	Brasileira se recusa a depilar trans e é acusada de discriminação no Canadá	Mundo	A20	33.006	15 de agosto de 2019	Sim
N9	Motorista de ônibus agride rapaz após selinho	Cotidiano	B3	33.032	10 de setembro de 2019	Sim

N10	Homem leva 4 tiros após beijar namorado em BA	Cotidiano	B2	33.076	24 de outubro de 2019	Não
N11	Na BA, alvo de tiros por homofobia diz ter medo de sair de casa	Cotidiano	B5	33.087	02 de novembro de 2019	Sim
N12	Advogado faz fala homofóbica durante julgamento em SP	Cotidiano	B4	33.101	15 de novembro de 2019	Não
N13	Estudante é chamado de macaco e veado em colégio em Belém	Cotidiano	B4	33.116	27 de novembro de 2019	Não
N14	Mãe é condenada a 25 anos de prisão por morte de filho gay	Cotidiano	B12	33.118	29 de novembro de 2019	Não
N15	Banco do Brasil terá de indenizar mãe de trans	Cotidiano	B3	33.122	02 de dezembro de 2019	Não
N16	Youtuber lésbica pró-bolsonaro sofre ataque no Rio	Cotidiano	B6	33.141	18 de dezembro de 2019	Não
N17	Laudo comprova lesões graves em youtuber	Cotidiano	B4	33.142	19 de dezembro de 2019	Sim
Total						17

Para a análise das 17 unidades de registro, foram criados 12 códigos, divididos em dois módulos. O Módulo 1 trata da violência em si, considerando os dados apresentados na notícia, separados em seis códigos: 1) perfil da vítima em relação à sexualidade; 2) perfil da vítima em relação à raça e etnia; 3) perfil da vítima em relação à idade; 4) localidade do ocorrido; 5) relação vítima e agressor/a; e 6) tipo de violência. O Módulo 1 visa identificar todos os detalhes do ocorrido que foram noticiados, tendo como base para a discussão o relatório de mortes violentas do Grupo Gay da Bahia (GGB) de 2019, apresentado no capítulo 3.

O Código 1 visa identificar a identidade de gênero e sexualidade da vítima, dividido em seis categorias: lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e não especificado. O Código 2 serve para especificar o perfil da vítima em relação à raça e etnia, dividido em cinco categorias: branco, negro, indígena, não-branco, e não especificado. A categoria “negro” abarca também os casos envolvendo pessoas pardas, e a categoria “não-branco” abrange pessoas de descendência asiática. O Código 3 visa identificar a faixa etária das vítimas, através de três categorias de gerações e não especificado. O Código 4 aponta a localidade do ocorrido, sem especificação de localização exata, mas por regiões, dividido em seis categorias: Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste, Sul e exterior. O Código 5 identifica a relação e proximidade do agressor em relação a vítima, a partir de três categorias: conhecido, desconhecido e familiar. Por fim, o Código 6 identifica o tipo de violência, dividido em seis categorias: homicídio, suicídio, agressão física, agressão verbal, agressão virtual e outros.

O Módulo 2 contém seis códigos, que servem para análise da construção do texto da notícia: 1) motivação da violência; 2) presença da motivação da violência no título; 3) presença de subtítulo na notícia; 4) posição da notícia na página; 5) notícias ilustradas com imagem; e 6) presença dos valores-notícia de construção.

O Código 1 identifica a motivação da violência apontada pela notícia: homofobia, preconceito, discriminação e não especificado. O Código 2 visa identificar se a motivação está presente no título das notícias de forma explícita, implícita ou não especificado, enquanto o Código 3 mostra se há ou não há subtítulo nas notícias. O Código 4 analisa a posição da notícia na página: se ocupa uma página inteira, meia página, $\frac{1}{4}$ da página ou se o tamanho da notícia varia de uma a duas colunas. O Código 5 apenas sinaliza quantas notícias utilizam imagem, e o Código 6 visa identificar quais valores-notícia de construção estão presentes nas notícias analisadas, divididos em cinco categorias: simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância.

O debate no Módulo 2 é construído através dos valores-notícia tradicionais do jornalismo, conforme Traquina (2005), levando em consideração os princípios do projeto editorial da *Folha de S.Paulo*.

Tabela 2 – Códigos e categorias

Códigos e categorias		Identificador
Módulo 1 – violência		
Código 1:	Perfil da vítima (identidade de gênero e sexualidade)	C1
	Lésbica	1
	Gay	2
	Bissexual	3
	Travesti	4
	Transexual	5
	Não especificado	6
Código 2:	Perfil da vítima (raça e etnia)	C2
	Branco	1
	Negro	2
	Indígena	3
	Não-branco	4
	Não especificado	5
Código 3:	Perfil da vítima (idade)	C3
	De 0 a 25 anos	1
	De 26 a 50 anos	2
	Acima de 50 anos	3
	Não especificado	4
Código 4:	Região da violência	C4
	Norte	1
	Nordeste	2
	Centro-Oeste	3
	Sudeste	4
	Sul	5
	Exterior	6
Código 5:	Relação vítima e agressor/a	C5
	Conhecido	1
	Desconhecido	2
	Familiar	3
Código 6:	Tipo de violência	C6
	Homicídio	1
	Suicídio	2
	Agressão física	3
	Agressão verbal	4
	Agressão virtual	5
	Outros	6
Módulo 2 – Construção da notícia		

Código 1:	Motivação da violência				C1
	Homofobia				1
	Preconceito				2
	Discriminação				3
	Não especificado				4
Código 2:	Presença da motivação da violência no título				C2
	Explícita				1
	Implícita				2
	Não especificado				3
Código 3:	Presença de subtítulo na notícia				C3
	Possui				1
	Não possui				2
Código 4:	Posição da notícia na página				C4
	Página inteira				1
	Meia página				2
	¼ da página				3
	De uma a duas colunas				4
Código 5:	Presença de imagem				C5
	Possui				1
	Não possui				2
Código 6:	Valores-notícia de construção				C6
	Simplificação				1
	Amplificação				2
	Relevância				3
	Personalização				4
	Dramatização				5
	Consonância				6

A partir das definições dos códigos e da categorização das informações, parto para análise das notícias de casos de violência contra a comunidade LGBTQ+ na edição impressa da *Folha de S.Paulo* em 2019. O capítulo seguinte contém a análise dos dados de acordo com os procedimentos previamente estabelecidos.

6 LGBTFOBIA EM PAUTA: ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DA FOLHA DE S.PAULO

Este capítulo tem por objetivo apresentar a análise das notícias de casos de violência contra a comunidade LGBT+ da *Folha de S. Paulo* no ano de 2019. De acordo com a metodologia e os procedimentos adotados, a análise procura identificar os perfis das vítimas que viraram notícia, para, a partir disso, analisar de que forma a *Folha* noticia esses casos, levando em consideração os valores-notícia do jornalismo tradicional.

6.1 Quem é relevante?

Segundo o censo atual do IBGE, o Brasil tem mais de 200 milhões de habitantes. Desse total, de acordo com o relatório de mortes violentas do Grupo Gay da Bahia de 2019, estima-se que haja no país cerca de 20 milhões de gays, 12 milhões de lésbicas e um milhão de pessoas transexuais. Portanto, a comunidade LGBT+ representa, pelo menos, mais de 15% da população brasileira.

A sistematização do Módulo 1 visa realçar os detalhes dos casos de violência contra a comunidade LGBT+ que viraram notícia na edição impressa da *Folha de S.Paulo* em 2019, com o objetivo de entender a sua relevância. O Código 1 identifica o perfil das vítimas do caso noticiado a partir da sua sexualidade, conforme indicado na Tabela 3.

Tabela 3 – Perfil da vítima de acordo com a identidade de gênero e sexualidade

C1 – Perfil da vítima (identidade de gênero e sexualidade)	
Lésbica	3
Gay	8
Bissexual	0
Transexual	4
Travesti	0
Não especificado	2
Total	17

Das 17 notícias selecionadas, 47% tratam de casos de violência contra gays, 23,5% contra transexuais, 17,6% contra lésbicas e em 11,7% das notícias a identidade de gênero e sexualidade não foram especificadas. Travestis e bissexuais não estão em nenhuma das notícias que constituem o *corpus* da análise. As duas notícias enquadradas em “não especificado” representam duas situações diferentes.

A primeira, publicada em 26 de fevereiro, com o título “Time LGBT diz ter sido alvo de discriminação”, não abarca a violência contra apenas uma identidade de gênero ou sexual, mas de várias, conforme mostra o trecho:

As queixas de perseguição aos jogadores começaram no início deste ano, após sócias do clube Açaí, onde o Unicorns treinava vôlei, entrarem no ginásio durante a atividade do grupo, começarem a filmá-los e a dizer que os integrantes do grupo eram uma ameaça. Em um segundo episódio, de acordo com a direção do Unicorns, senhoras teriam feito ameaças e xingado uma jogadora transexual que havia usado o banheiro feminino (*Folha de S.Paulo*, fevereiro/2019, p. B5).

Por englobar mais de uma identidade, a notícia foi classificada como “não especificado”. O segundo caso, noticiado em 27 de novembro, intitulado “Estudante é chamado de macaco e veadinho em colégio em Belém”. Fica subentendido no título e ao longo do texto que “veadinho” indica discriminação contra identidade sexual, visto que o termo é utilizado de forma pejorativa para se referir a gays, mas a notícia não confirma a orientação sexual da vítima. Por não haver confirmação, preferi deixar o caso enquadrado como “não especificado”.

Neste código, é interessante observar que, assim como aponta o Relatório do GGB, em que das 329 mortes violentas ocorridas em 2019 (incluindo homicídio e suicídio) a maioria foi de gays, as 17 notícias da *Folha de S.Paulo* que relatam casos de violência contra a comunidade LGBTQ+ também indicam esse mesmo resultado: os gays foram as maiores vítimas naquele ano. Pensando historicamente na trajetória da comunidade LGBTQ+ no país, na qual os homens gays obtinham muito mais visibilidade do que as outras identidades, o que ainda se mantém, pode-se pensar, de outra perspectiva, que isso também é fator de influência para que o caso de violência se torne notícia.

O Código 2 visa identificar a raça e etnia das vítimas dos casos de violência noticiados, porque as questões de gênero e raça caminham juntas. Para a classificação, além do texto, as fotos também foram utilizadas como recurso para isso. Neste código, é importante ressaltar que a colocação de cada vítima em uma categoria foi feita através da minha percepção pessoal, podendo ser criticada e contrariada, por óbvio.

Nas 17 notícias analisadas, 41% das vítimas foram classificadas como brancas, outras 41% não foram especificadas e 17,6% foram identificadas como

negras. A partir da minha ótica, nenhuma das vítimas se enquadra nas categorias indígena e não-branco. A tabela 4 mostra a contabilização.

Tabela 4 – Perfil da vítima por raça e etnia

C2 – Perfil da vítima (raça e etnia)	
Branco	7
Negro	3
Indígena	0
Não-branco	0
Não especificado	7
Total	17

A categoria “não especificado” abrange as sete notícias em que a raça não pode ser constatada, seja por meio de especificação no texto, indícios a partir de termos ou pelas imagens. Em relação à notícia do dia 26 de fevereiro de 2019, com o título “Time LGBT diz ter sido alvo de discriminação”, a foto, que mostra uma parte da equipe, não foi considerada para a classificação porque não há indicação da raça e etnia das vítimas mencionadas no texto. Na foto, a maioria dos participantes do time são brancos, no entanto, não há como confirmar se as vítimas retratadas na notícia são as mesmas da imagem, já que o time conta com cerca de 200 atletas.

Figura 1 – Time LGBT diz ter sido alvo de discriminação



Jogadores do time Unicorns dizem ter sofrido discriminação em clube que frequentavam Karine Kander/Folhapress

Fonte: *Folha de S.Paulo*, fevereiro/2019, p. B5

Dos três casos em que as vítimas foram consideradas negras, duas notícias foram classificadas por conta da fotografia utilizada.

Figura 2 – Matheusa foi morta ao tirar arma de traficante



Matheusa participa de desfile Reprodução/Instagram

Fonte: *Folha de S.Paulo*, janeiro/2019, p. B2

Figura 3 – Na BA, alvo de tiros por homofobia diz ter medo de sair de casa



Marcelo Macedo dos Santos, 33, com os curativos após levar quatro tiros em Camaçari Arquivo pessoal

Fonte: *Folha de S.Paulo*, novembro/2019, p. B5

A terceira notícia em que a vítima foi considerada negra se deu em razão do detalhamento da violência, conforme mostra o trecho da notícia “Estudante é chamado de macaco e veado em colégio em Belém”, do dia 27 de novembro de 2019:

Machado afirma que o adolescente, “o único negro retinto, mais escurinho”, da turma do 9º ano do ensino fundamental, foi suspenso e chegou a ter seu desligamento anunciado pela direção da escola (*Folha de S.Paulo*, novembro/2019, p. B4).

Em comparação com o levantamento feito pelo Grupo Gay da Bahia, a análise das notícias se equipara tendo em vista que em quase metade das notícias não se pode definir a raça e etnia das vítimas. Das 329 mortes violentas apresentadas no relatório, 86 delas não tiveram a raça identificada também. Desconsiderando o número de unidades de registro em que não foi especificado, constata-se, então, que as vítimas classificadas como brancas ocuparam mais espaço no jornal, já que, em comparativo com o relatório, o número de vítimas brancas e negras foi quase igual, 122 e 121, respectivamente.

O Código 3 é o último a apresentar dados relacionados ao perfil da vítima, dessa vez dividido em categorias por idade. Analisando-se as 17 notícias selecionadas, em 41% dos casos as vítimas estão na faixa etária entre 0 e 25 anos e 23,5% tem entre 26 e 50 anos. Em 35% das notícias, a idade não foi especificada. Nos casos noticiados, não houve vítimas com idade acima de 50 anos, como mostra a tabela 5.

Tabela 5 – Perfil da vítima por idade

C5 – Perfil da vítima (idade)	
De 0 a 25 anos	7
De 26 a 50 anos	4
Acima de 50 anos	0
Não especificado	6
Total	17

A análise a partir da classificação do Código 5 permite concluir que as os casos noticiados também coincidem com os dados levantados sobre violência contra a comunidade LGBTQ+ daquele ano. O relatório do Grupo Gay da Bahia aponta que a maioria das vítimas tinha idade entre 20 e 24 anos.

Em relação à localidade, 70,5% das notícias apontam violências na região Sudeste (destas, 75% em São Paulo), 17,6% no Nordeste, 5,8% no Norte e a mesma porcentagem em relação a casos no exterior do país. Nenhuma notícia apontou casos no Centro-Oeste e Sul do Brasil, como demonstra a tabela 6.

Tabela 6 – Região em que ocorreu a violência

C4 – Região da violência	
Norte	1
Nordeste	3
Centro-Oeste	0
Sudeste	12
Sul	0
Exterior	1
Total	17

O compilado de regiões registrado no Código 4 é coerente com o que mostra o relatório do Grupo Gay da Bahia. Em 2019, foi constatado que Nordeste e Sudeste são as regiões com maior ocorrência de casos de violência contra a comunidade LGBTQ+. O estado de São Paulo, inclusive, mesmo registrando o maior número de vítimas, registrou uma redução naquele ano, diferentemente do Nordeste, região em que estava aumentando esse tipo de violência. Conclui-se, portanto, analisando os dados do Código 4, que a *Folha de S.Paulo* deu prioridade no período para os casos de maior proximidade, neste caso, o Sudeste, mas mesmo assim não deixa de noticiar o que está fora dessa região.

O Código 5 identifica a relação da vítima com o agressor/a, conforme a tabela 7.

Tabela 7 – Relação da vítima com o/a agressor/a

C5 – Relação vítima e agressor/a	
Conhecido	9
Desconhecido	9
Familiar	1
Total	19

Apesar de serem 17 notícias analisadas, o Código 5 possibilitou um total diferente em razão de alguns casos específicos. Em “PM que pediu namorado em casamento é ameaçado na internet”, notícia do dia 03 de julho, os agressores se encaixam tanto na categoria de desconhecido quanto de conhecido, como explicitam os trechos:

A mensagem de tom homofóbico contra Prior teria sido escrita e enviada pelas redes sociais por um colega de farda da vítima, um sargento aposentado da Polícia Militar. [...] Em uma das mensagens, um internauta escreveu: ‘Você é uma vergonha para a organização da PM. Farei de tudo para destruir sua vida dentro dela’. Em outra, um

homem desejou que o soldado fosse expulso da instituição apenas por ser gay. ‘Esse cara tem que ser expulso da corporação. Como eu conheço bem a PM, a cama dele tá pronta. É só a poeira baixar’ (*Folha de S.Paulo*, julho/2019, p. B4).

Este também é o caso da notícia do dia 29 de novembro, intitulada “Mãe é condenada a 25 anos de prisão por morte de filho gay”. Nesta situação, além de a agressora ser da família, a violência contou com a participação de outras pessoas, que entram na categoria de “conhecido”. O trecho abaixo confirma:

A investigação apontou que Tatiana armou com Victor, Miller e a então adolescente, de 16 anos, para atrair Itaberlly de volta para casa – ele estaria morando com a avó (*Folha de S.Paulo*, novembro/2019, p. B12).

A análise da relação entre vítima e agressor é desconfortante porque se torna claro que pessoas LGBTQ+ podem se tornar vítimas de qualquer pessoa, até mesmo da família, no caso de Itaberlly, por exemplo. O Código 5 escancara, ainda, como a informação é importante para desmistificar ideias conservadoras e preconceituosas, que podem acarretar a morte de alguém.

Para finalizar a coleta de dados no Módulo 1, o Código 6 identifica o tipo de violência presente em cada notícia, conforme a tabela 8.

Tabela 8 – Tipo de violência

C6 – Tipo de violência	
Homicídio	2
Suicídio	1
Agressão física	8
Agressão verbal	3
Agressão virtual	1
Outros	2
Total	17

Das 17 notícias analisadas, 47% são sobre agressão física, sendo considerados aqui ataques com arma branca, arma de fogo e luta corporal. 17,6% das notícias apontam casos de agressão verbal, 11,7% noticiam casos de homicídios, sendo a mesma quantidade para a categoria “outros”, enquanto suicídio e agressão virtual contabilizam 5,88% cada um. Apesar de saber

que apenas de mortes o Brasil contabilizou 329 no ano de 2019, a *Folha de S.Paulo* priorizou os casos de agressão física.

As duas notícias que se encaixam em “outros” se dão em razão de que os casos de violência registrados ficam de fora do padrão estabelecido na construção das categorias. Para que fosse possível obter um resultado quantitativo de qualidade, foram escolhidos apenas os tipos mais recorrentes dentro do espectro do *corpus* definido. A primeira notícia da categoria “outros”, intitulada “PF prende suspeitos de explorar transexuais no interior de SP”, de 14 de março, foi classificada dessa maneira porque reúne diversos tipos de crime, desde homicídio à exploração sexual e tortura:

No município, além de serem exploradas sexualmente e empregadas no mercado do sexo, eram obrigadas a consumir drogas. [...] Há, ainda conforme o órgão, registro de castigos físicos com pedaços de madeira com pregos e homicídios por causa de dívidas (*Folha de S.Paulo*, março/2019, p. B7).

Com o título “Brasileira se recusa a depilar trans e é acusada de discriminação no Canadá”, a notícia do dia 15 de agosto retrata a violência apenas como discriminação, visto que o caso engloba um caso de exclusão e negação de oferta de serviço por conta da identidade de gênero da vítima:

A brasileira, que vive com o marido e os filhos em Vancouver, recusou-se a depilar Jessica Yaniv, uma mulher transexual que alega ter sido vítima de preconceito e agora exige indenização que pode chegar a US\$ 15 mil (cerca de R\$ 60 mil) (*Folha de S.Paulo*, agosto/2019, p. A20).

Discriminação e preconceito não foram categorizados no Código 6 porque entende-se que todos os casos de violência contra a comunidade LGBTQ+ sejam provenientes de ideais preconceituosos e discriminatórios. A diferença entre os casos, analisando os dados disponibilizados nas 17 notícias e também levando em consideração o levantamento do Grupo Gay da Bahia, se dá quando o preconceito, além de ferir fisicamente e psicologicamente, ele também causa a morte de alguém.

A partir desses primeiros levantamentos acerca dos perfis das vítimas dos casos noticiados, levando em conta sua sexualidade, gênero, raça e etnia, idade e também a localidade do crime, a relação entre os envolvidos e o tipo de violência praticado, parto agora para a análise da construção textual das notícias, visando

identificar os valores-notícia presentes nos textos e investigar quais as significações que há por trás da sua construção.

6.2 Por dentro da notícia

A partir do compilado de informações que compõem o Módulo 1, que possibilitou uma visão mais ampla e correlacionada dos casos de violência contra a comunidade LGBT+ noticiados na *Folha de S.Paulo* em 2019, parto então para a análise de construção dos textos, através da categorização estabelecida para o Módulo 2.

Logo de início é importante refletir sobre a quantidade de notícias encontradas em um ano de publicações da *Folha de S.Paulo*. Foram lidas as 365 edições impressas da *Folha* no ano de 2019, e em todo esse acervo foram localizadas apenas 17 notícias que tratam do tema da análise. O fato é intrigante tendo em vista o número de mortes violentas de pessoas LGBT+ naquele ano. Foi quase uma morte por dia no período analisado. Por que essas mortes, classificadas como violentas, não foram consideradas suficientemente relevantes para se tornar notícia? Desse total de mortes, 50 das ocorrências com vítimas deram-se no estado de São Paulo.

Vivemos em uma sociedade estruturada por valores heteronormativos. Quem desvia da norma vagina-mulher-feminino e pênis-homem-masculino e da heterossexualidade é passível de sofrer algum tipo de punição por ser quem é. Essas punições se dão através da violência e podem ser de diferentes maneiras. As 17 notícias analisadas retratam violência contra a comunidade LGBT+. O Código 6 do Módulo 1 classificou o tipo de violência em 6 categorias, podendo ser homicídio, suicídio, agressão física, agressão verbal, agressão virtual e ainda “outros”. A partir disso, podemos ver como são relatadas as motivações desses crimes, como demonstra a tabela 9 do Código 1.

Tabela 9 – Motivação da violência

C1 - Motivação da violência	
Homofobia	11
Preconceito	2
Discriminação	2

Não especificado	2
Total	17

As três primeiras categorias do Código 1 podem ser vistas, na verdade, como sinônimas. Foram selecionadas dessa forma para registrar o modo como a *Folha de S.Paulo* define os casos de violência contra a comunidade LGBTQ+, independente do tipo. A maioria dos casos é definido como homofobia.

A categoria “não especificado” visa cobrir as notícias de casos que não necessariamente ocorreram por conta do preconceito com a identidade de gênero e sexual das vítimas. As duas notícias, coincidentemente, são sobre transexuais. Em “Matheusa foi morta ao tirar arma de traficante”, de 8 de janeiro, a notícia não aponta que o homicídio foi motivado por transfobia. De qualquer forma, por se tratar do assassinato de uma transexual, ela compõe o *corpus* da análise. Mesmo não sendo tratado como um caso de transfobia é de se pensar se o fato de envolver uma pessoa transexual não influenciou para que o crime fosse tão cruel, visto que Matheusa foi baleada, esquartejada e incinerada. Em casos como este, de tamanha brutalidade, as vítimas costumam ser travestis e transexuais. A segunda notícia, do dia 14 de março, intitulada “PF prende suspeitos de explorar transexuais no interior de São Paulo”, também se enquadra nessa categoria. Apesar de não ser definida como transfobia no texto, fica evidente que o caso em si ocorreu dado a vulnerabilidade desse grupo e a dificuldade de acesso a recursos. Analisando de outro ângulo e ampliando o conceito de transfobia, é possível entender que a motivação do fato tem origem em algum preconceito.

As vítimas eram, conforme a Polícia Federal, o MPT (Ministério Público do Trabalho) e o MPF (Ministério Público Federal), encaminhadas à cidade do interior paulista para se prostituírem, com a promessa de que teriam os corpos transformados e de que receberiam hospedagem e alimentação (*Folha de S.Paulo*, março/2019, p. B7).

Lendo as notícias, é possível observar que a *Folha* tem tendência a identificar exatamente a motivação do ocorrido, sem deixar aberta a possibilidade de outras interpretações, mesmo que o jornal tenha como princípio expresso em seu projeto editorial a imparcialidade. A motivação pode aparecer ao longo do texto, no subtítulo e explicitamente ou implicitamente no título.

Mais de 58,8% das notícias explicitam no título a motivação da violência. Em apenas 11,7% não é especificado no título, mas ao longo do texto. Já o recurso de deixar a motivação implícita no título é aplicada em 29,4% das notícias analisadas, conforme a tabela 10, que representa o Código 2:

Tabela 10 – Presença da motivação da violência no título

C2 – Presença da motivação da violência no título	
Explícita	10
Implícita	5
Não especificado	2
Total	17

Cinco notícias deixam a motivação implícita no título: “PM que pediu namorado em casamento é ameaçado na internet”; “Motorista de ônibus agride rapaz após selinho”; “Youtuber lésbica pró-Bolsonaro sofre ataque no Rio”; “Homem leva 4 tiros após beijar namorado na BA”; e “Estudante é chamado de macaco e veado em colégio em Belém”. Nestes casos, termos como “veado”, ou o destaque dado à identidade sexual em “youtuber lésbica”, e também a evidência da relação homem com homem nas notícias do pedido de casamento e do beijo no namorado, deixam subentendido para o leitor as motivações por trás da violência relatada. Podemos ver a utilização desse recurso como forma de humanizar a situação e não afastar o leitor, visto que notícias de casos de crime contra pessoas LGBTQ+ podem acabar resultando em polêmicas por conta do preconceito também de quem as lê. Já a notícia da agressão física por parte de um motorista em razão de um selinho, mesmo que não revele os envolvidos no beijo, deixa óbvia a motivação: se o selinho fosse entre um casal heterossexual cisgênero, a reação seria a mesma? Não é necessário nem ler o restante do texto para saber a resposta.

O subtítulo tem como função ser a primeira parte de uma notícia, sendo o complemento do título. Por conta disso, o Código 3 trata da presença do subtítulo nas notícias analisadas. Do total de 17, apenas cinco notícias apresentam um subtítulo, conforme demonstra a tabela 11.

Tabela 11 – Presença do subtítulo na notícia

C3 - Presença de <i>lead</i> na notícia	
Possui	5
Não possui	12
Total	17

Em duas dessas cinco notícias, o subtítulo traz o lado da vítima e do agressor. Nas outras três, o subtítulo aparece como complemento ao título, dando mais detalhes do caso. É essencial analisar a presença do subtítulo nas notícias selecionadas visto que em conjunto com o título, esse é o primeiro contato do leitor com o tema retratado, e se tratando de violência contra a comunidade LGBTQ+, o subtítulo também deve estar alinhado com o direcionamento que a *Folha de S.Paulo* dá aos textos.

Figura 4 – Banco do Brasil terá de indenizar mãe de trans

Banco do Brasil terá de indenizar mãe de trans

Justiça considerou que bullying contribuiu para suicídio de ex-funcionária; banco diz que repudia discriminação

Fonte: *Folha de S.Paulo*, dezembro/2019, p. B3

Figura 5 – Advogado faz fala homofóbica durante julgamento em SP

Advogado faz fala homofóbica durante julgamento em SP

Promotora lésbica afirma ser alvo dos comentários; defensor representa dois PMs acusados de matar suspeitos de roubo

Fonte: *Folha de S.Paulo*, novembro/2019, p. B4

Figura 6 – Ataque homofóbico violento em PE deixa jovem com sequelas

Ataque homofóbico violento em PE deixa jovem com sequelas

Família conseguiu arrecadar R\$ 123 mil em vaquinha virtual para pagar pelo tratamento de Jefferson, 22

Fonte: *Folha de S.Paulo*, p. B3

Além do subtítulo, o destaque da notícia na página do jornal também é importante para avaliar a relevância dada ao caso. Das 17 notícias analisadas, 14 (82,3%) estão na seção Cotidiano, duas (11,7%) em Esporte e uma (5,88%) em Mundo. Do total, nenhuma delas ocupa uma página inteira. Cinco podem ser consideradas meia página, enquanto outras seis, dividindo-se a página do jornal em quatro partes, elas ocupam $\frac{1}{4}$ da página. As outras cinco notícias ocupam um espaço pequeno na página, tendo de uma a duas colunas.

Tabela 12 – Posição da notícia na página

C4 – Posição da notícia na página	
Página inteira	0
Meia página	6
$\frac{1}{4}$ da página	6
De uma a duas colunas	5
Total	17

Figura 7 – Exemplo meia página

Suspeitos de chicotear garoto são indiciados

Polícia acusa segurança de supermercado de tortura, crime inafiançável; adolescente foi para abrigo após ameaças

SÃO PAULO O garoto de 17 anos torturado por assaísegurança após lutar contra chicote de uma unidade do supermercado Ritey, na zona leste de São Paulo, reconheceu os suspeitos como os responsáveis pelo sequestro.

O garoto foi levado, na tarde desta segunda (9), ao 8º DP em Vila Isabela, onde o caso é investigado. Após o trâmite, o delegado Ricardo Leite de Sousa indicou os suspeitos — que já estavam presos — pelo crime de tortura.

O segurança David, 46, foi encaminhado ao 8º DP.

Os dois tiveram prisão temporária decretada pela Justiça na quarta (11) e foram enviados ao Departamento de Polícia Ritey. Em nota, a RFP Vila Isabela informou que os dois foram encaminhados ao Instituto de Diagnóstico e Referencial Epidemiológico (IDRE) para um exame de saúde mental.

A tortura é um crime inafiançável, impedindo o réu de pagar fiança e permanecer em liberdade até o julgamento.

O Conselho Tutelar de Cidade Ademar (zona sul) também pediu o inclusão dele no Programa Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, do governo federal.

O programa, criado em 2002, é voltado a crianças ameaçadas de morte e é vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Hoje, sob o comando de Dumery Alves.

A maioria dos atendidos pelo programa são homens (75%), negros (75%), com nível fundamental incompleto e entre 12 e 17 anos.

Em depoimento à polícia, o menino disse que foi torturado numa madrugada em julho. Após ser pego com chocolates fritos, foi levado

do pelos suspeitos a um cômodo nos fundos do supermercado usado para guardar mantimentos.

No local, foi amarrado, amordaçado, espancado e chicoteado numa unidade de supermercado Ritey, localizada na Avenida Dom Bosco, 184, da Avenida Ipiranga, em Vila Isabela (zona sul).

Protestos encabeçados por entidades ligadas ao movimento negro foram realizados nas proximidades do Ritey como forma de repúdio à tortura sofrida pelo garoto.

Diego Mala

Motorista de ônibus agride rapaz após selinho

SÃO PAULO "Estou desfigurado por dentro por isso", clamou o ator Marcelo Santanna, 23, ao não se recordar mais quando para de frear o ônibus. O ator foi vítima de um assalto de capital paulista foi vítima de um assalto que lhe tirou o seu nariz e deixou o seu rosto irreconhecível.



O ator Marcelo Santanna, 23, após ter sido agredido pelo motorista de um micro-ônibus na zona leste de SP

Santanna foi agredido na manhã da última semana (3), por volta das 8h30, pelo motorista de um micro-ônibus em Cidade Líder (zona leste) após receber um selinho. Santanna lembra que o tempo sece e uma gripe mal curada ficaram o seu nariz sangrando dentro do micro-ônibus.

Foi aí que o motorista começou a agredir o ator. Ele levou um soco e sangue que escorria e dei "selinho no nariz".

Através de carinhos foi agredido e vitimado, para mostrar o poder em voz alta que ele queria que todos os passageiros descessem. Mas de repente veio o ônibus a porta e como estava perto de cair não pôde resistir, resolveu descer.

Ele saiu correndo na Avenida Maria Lúcia Americana, a primeira pessoa que não havia sido resolvido. Afinal, já estava ferido e com o nariz sangrando.

"Não lembro detalhes do soco, só do olhar de fúria dele na minha direção. Também já minha memória não me permite dizer para ele [motorista] que

uma cirurgia no nariz não poderia ser feita por ele. Foi uma cirurgia no nariz no primeiro dia, pago pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Após com DDT (registro profissional), como gesto de frieza, Santanna o obrigou de se retirar. Porém, depois de quatro dias, ele voltou e me obrigou a fazer exames fotográficos de acompanhamento".

"Eu nunca pensei que fosse entrar para as estatísticas da violência contra os gays", afirma. Inicialmente, como lesbo corporal, a investigação busca saber se a motivação para o ataque é homofóbica.

O motorista da linha não foi punido por causa de uma denúncia feita por um cidadão.

Segundo o Atlas da Violência da Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o crime de violência contra gays e lésbicas aumentou 10% em 2018 em comparação com 2017.

Em seu depoimento, o motorista afirmou que Santanna e o companheiro estavam inicialmente embriagados e estavam dançando, o que teria iniciado o conflito. A polícia, de acordo com o depoimento, descobriu que o veículo estava com o motor ligado e desceram do veículo.

A polícia afirmou que não é possível concluir que a agressão tenha sido motivada por homofobia, já que não houve nenhuma denúncia ou qualquer outra informação que permita afirmar que o motorista tenha agido por preconceito.

A Polícia Transportes disse que não tem competência para investigar casos de violência sexual. A empresa informou que vai abrir uma investigação interna para apurar os fatos. Também disponibilizará a vítima apoio psicológico e se oferecerá para custear outros casos similares.

A Polícia Transportes disse que a violência sofrida pelo passageiro e que foi relatada com as investigações como processo público da Capital. **DN**

Colaboração de Aguiar

classificados Para anunciar no seu melhor preço consulte folha.com.br/classificados

11 3224-4000

EMPREGOS

IMÓVEIS

NEGÓCIOS

ACOMPANHANTES

SÍNDICA

COTIA KM 23

Diga NÃO à concorrência desleal

Para obter substituição para a difusão de textos, fotos, fotografias e vídeos da Folha, consulte a Polígrafos, a agência de notícias do Grupo Folha.

Tel: 11 3224-1122 www.folha.com.br

SÃO PAULO GOVERNO DOCESTADO

METRO

Fonte: Folha de S.Paulo, setembro/2019, p. B3.

Figura 8 – Exemplo ¼ da página

FOLHA DE SP. PAULO ***

TERÇA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2019 B3
cotidiano

'Sincericídio' bolsonarista

Seríamos nós covardes e insinceros?

Vera Iaconelli

Escritora do best-seller 'O Mal-estar na Modernidade' e doutora em psicologia pela USP

Na nova série inglesa "Hours and Years" (horas e anos), vemos Emma Thompson interpretar o viúvo Rick, personagem sério e sério de vários países do mundo. Sua narrativa se dá a partir de falas indolentes que procuram diferentes efeitos em seus interlocutores.

Treta de conduta inexpressiva, que deveria ter suas pretensões políticas abertas para a ignorância que demonstra durante os debates. Não há lógica real e forte entre humanas. A personagem

chama a atenção do público ao dizer que não dá "a mínima" para os outros ("I don't give a shit"), para os refugiados. O oculto é a questão da subjetividade: frase tem o efeito de jogar o foco de sua incompetência para o cargo e faz com que todos queiram saber quem é esse mulher que tem a "coragem" de dizer o que pensa publicamente.

O desfecho dessa ficção é bem conhecido por nós, vencedores. Com a diferença que aqui, no Brasil, o vilão é o candidato Bolsonaro nem se dig

nao a ir nos debates, hirtificava a audiência com a farsa de que havia trocado o lugar do novo entrevistado para mal os pareceres no horário dos programas.

Dizer tudo o que vem à cabeça tem um efeito catártico sobre nós. Afinal, são atos de generalização para nos tornarmos educados uns com os outros. Para não desperdiçar não maior, mas também para não ser processado, não apunha não ser morto. Anos de educação para evitar o pior tipo de interação social

a violência. O que cada um de nós pensa dos outros é de fato muito — não contemos ser mais do que o Brasil ou Bolsonaro revelam —, mas o que cada um de nós está autorizado a expressar publicamente é uma questão ética. Você pode falar o que quiser, na condição de assumir as sanções decorrentes.

Essa é a poça que sustentou o efeito negativo que falas violentas e injúrias têm na exco

la, na família, no trabalho e no país. O que é o bullying social? "Vingança de expressões de ódio ao outro fortemente".

A luta contra o bullying não se baseia na pretensão de garantir a mudança de opiniões, mas em exigir que elas sejam devidamente questionadas para si. O "sincericídio" é o espaço de assertividade, pois cada afirmação revela a capacidade de nos implicarmos nas opiniões que emitimos.

Frases como "Tiramos para os vitimados pelo presidente" ou "decepção" ou "eles acham" — dizem pouco sobre os presidentes de Altamira e suas vítimas, mas muito sobre Jair Messias. Não importa se os vitimados presidente foram matematicamente mortos — certo é que Bolsonaro matou quem importa (aquele, entre outros, e nos seus atos inconstantes e injúrias têm na exco

nis da civilização, conquista a dura pena. Não podemos ter a fantasia de erradicar em nós mesmos nossa violência, pois ela é fruto da nossa dificuldade estrutural de lidar com a diversidade e com partes novas que desconstroem. Mas é importante que não impuemos os outros nossas limitações.

Apreveridade está em apresentar aquilo que é intrinsecamente sendo uma verdade ou sustento que não habita como sinal de coragem ou falta de personalidade, como a qual falta mais em nós mesmos, foi a política de Estalão.

É como se o vício do escudo — que, na verdade, camufla — se tornasse o direcionador mais Bolsonaro: matamos o pior em nós, mais revidamos a intenção de tirar o foco de sua incompetência específica e a presidente. E de permanecer no poder, é dura

Fonte: Antonio Pádua | Foto: Talita Amorim, Antonio Pellegrini e Mariana Mikita | Vera Iaconelli | Foto: Jéssica Sobral, Jairo Marques | Foto: Sérgio Rodrigues | Foto: Tati Bernardi | Foto: Oscar Vilhena Vieira, Luis Francisco Cavallaro F1

Oito meses após o crime, polícia prende suspeito de ataque homofóbico em PE

SÃO PAULO. A Polícia Civil de Pernambuco prendeu um suspeito de estuprar e espancar o estudante Jefferson Feijó da Cruz, 23, de Recife, há cinco meses, após o crime. O suspeito foi identificado após decisão judicial. O crime ocorreu em dezembro do Ministério Público, mas a prisão só ocorreu quatro meses após o crime.



O estudante Jefferson Feijó da Cruz, vítima de um ataque homofóbico em Pernambuco, foi preso após oito meses de investigação.

Na noite em que foi agredido, Jefferson estava na festa de dia de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Moreno. Após sair da praça onde bebia com amigos, Jefferson foi seguido pelo suspeito, que depois foi visto com um dos amigos de Jefferson. Não se sabe quanto tempo durou a sessão de tortura. A polícia chegou ao suspeito após uma investigação de um mês. O suspeito foi preso em uma casa de família em São Paulo, com a ajuda de um informante. Ele foi levado para o Centro de Detenção de Detidos em São Paulo e aguarda julgamento.

Terremoto é registrado na costa do Nordeste

SÃO PAULO. Um terremoto de 8,9 graus na escala Richter foi registrado na zona de submersão do sul do Brasil, próximo à cidade de São Paulo. O terremoto ocorreu às 19h30 de sexta-feira (1). O epicentro do terremoto foi registrado a 100 km de São Paulo. O terremoto ocorreu a 100 km de São Paulo. O terremoto ocorreu a 100 km de São Paulo.

Justiça decreta prisão preventiva de 6 suspeitos de roubo de ouro

SÃO PAULO. A Justiça decretou a prisão preventiva de seis suspeitos de roubo de ouro em São Paulo. O roubo ocorreu em dezembro de 2018, quando seis pessoas roubaram um cofre contendo ouro em um aeroporto internacional. Os suspeitos foram identificados após uma investigação de meses. A Justiça decretou a prisão preventiva dos seis suspeitos. Os suspeitos foram identificados após uma investigação de meses. A Justiça decretou a prisão preventiva dos seis suspeitos.

classificados Para anunciar agora [folha.com/classificados](#)

SAIBA COMO ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA

- 1. ANUNCIAR** Escolha o tipo de anúncio que deseja fazer.
- 2. PREENCHER** Preencha o formulário com as informações necessárias.
- 3. PAGAR** Pague o valor do anúncio de acordo com o plano escolhido.
- 4. PUBLICAR** Seu anúncio será publicado no site da Folha de S. Paulo.
- 5. MONITORAR** Acompanhe o desempenho do seu anúncio.
- 6. ATUALIZAR** Mantenha seu anúncio atualizado com as informações mais recentes.
- 7. ENCERRAR** Encerre o anúncio quando quiser.

FORMAS DE PAGAMENTO: [CARTÃO DE CRÉDITO](#) [CARTÃO DE DÉBITO](#) [DÉBITO EM BANCOS](#)

MAIS OFERTAS NO SITE [FOLHA.COM.BR/CLASSIFICADOS](#)

Acervo Folha. Os últimos 98 anos, exatamente como foram impressos, agora na tela do seu computador.

www.folha.com.br/acervo

FOLHA DE SÃO PAULO

Figura 10 – Brasileira se recusa a depilar trans e é acusada de discriminação no Canadá

Brasileira se recusa a depilar trans e é acusada de discriminação no Canadá

Outras 15 profissionais são alvo de ações movidas por Jessica Yaniv, que alega ser vítima de preconceito

Marina Dias

WASHINGTON Quando decidiu abrir uma sala de depilação em sua casa, Márcia da Silva não imaginava que seria acusada de discriminação em um tribunal de direitos humanos no Canadá. A brasileira, que vive com o marido e os filhos em Vancouver, recusou-se a depilar Jessica Yaniv, uma mulher transexual que alega ter sido vítima de preconceito e agora exige indenização que pode chegar a US\$ 15 mil (cerca de R\$ 60 mil).

Em julho, durante audiência acalorada no British Columbia Human Rights Tribunal, Yaniv associou a brasileira a neonazistas e disse que a corte inauguraria um precedente perigoso se não decidisse em seu favor.

O caso abriu discussão entre especialistas sobre até que ponto um prestador de serviço pode se recusar a atender um cliente baseado em sua identidade de gênero. Mas o debate foi além.

Feministas acusam Yaniv de se aproveitar da sensibilidade do tema para prejudicar imigrantes e ganhar dinheiro às custas de pessoas que estão no país em busca de melhores condições de vida.

Silva é uma das 16 mulheres processadas pela transexual somente neste ano. Ela diz que precisou fechar as portas de seu negócio diante da repercussão negativa do episódio.

A maioria das acusadas por Yaniv tem ascendência do Sudeste Asiático, região que abriga algumas das nações islâmicas mais populosas do mundo.

As mulheres negam qualquer tipo de comportamento discriminatório e argumentam que se recusaram a atender-las por questões de ordem religiosa e cultural.

Em sociedades que seguem interpretações conservadoras do Islã, a interação entre diferentes gêneros é tabu. Casos de transexualidade desafiam

regras sociais e são recebidos muitas vezes com rejeição.

A brasileira, por sua vez, diz não ter a técnica necessária para depilar uma virilha masculina e que não quis prestar o serviço também por questões de segurança, por que, após a recusa, Yaniv teria mandado mensagens intimidatórias a Silva.

"A posição não é sobre gênero, é sobre técnica", afirmou à Folha Jay Cameron, advogado de Silva. "Ela se recusou a fazer depilação em uma pessoa que se identificou como mulher mas tem genitália masculina. Ela não depila genitália masculina, não se sente confortável fazendo isso, e não era um serviço que ela oferecia".

O advogado é integrante do Centro de Justiça para Liberdades Constitucionais, que defende outras quatro mulheres contra Yaniv — três delas imigrantes.

"Não posso especular sobre a motivação [da transexual]. O que posso dizer é que um número significativo de pessoas contra quem ela foi ao tribunal é de estrangeiras. Muitas são pobres e só prestavam serviços no bairro. Silva precisou fechar o negócio e outras tantas estão com problemas como depressão e ansiedade".

Durante a audiência no mês passado, Yaniv disse que as esteticistas estavam "forçando suas crenças na sociedade" ao se recusarem a atender-las por justificativa cultural ou religiosa.

Sobre a brasileira, explica o advogado, a acusadora chamou de neonazistas aqueles que não prestavam serviços a pessoas que têm órgãos reprodutores masculinos mas se reconhecem como mulher. "Não foi especificamente sobre Silva, mas ela fez uma comparação, e minha cliente tinha se recusado a atendê-la nesse sentido", afirmou.

Yaniv seria o primeiro atendimento de caráter profissional da brasileira. Antes de



Jessica Yaniv acusa principalmente mulheres do Sudeste Asiático. Divulgação

“ Ela se recusou a fazer depilação em uma pessoa que se identificou como mulher mas tem genitália masculina. [...] Ela não se sente confortável fazendo isso, e não era um serviço que oferecia

Jay Cameron
advogado da brasileira acusada

abrir a sala ao público, costumava fazer o serviço apenas para amigos e familiares. No ano passado, decidiu colocar um anúncio dos atendimentos no Facebook e foi contactada pela mulher transexual que hoje a processa.

Segundo Cameron, a foto do perfil na rede social não mostrava Yaniv e, somente com a

troca de mensagens via celular, Silva percebeu que se tratava de uma pessoa biologicamente definida como homem.

"O contato inicial era de alguém que seria biologicamente mulher, mas, depois que Silva deu seu número de telefone, percebeu que a pessoa era biologicamente homem, então informou que não era um serviço que ela fazia", disse.

Ainda de acordo com o advogado, após o cancelamento da sessão, Yaniv continuou enviando mensagens para constranger a brasileira.

"Pela minha segurança, disse não [ao serviço]", afirmou Silva durante audiência em julho, no tribunal canadense.

Cameron diz esperar uma resolução para o caso até dezembro — as alegações finais serão apresentadas no tribunal em 27 de agosto.

As cortes de direitos humanos são responsáveis por revisar casos relativos a possíveis discriminações e não exigem que o reclamante pague por um advogado. Dessa forma, Yaniv pode representar a ela mesma no tribunal e levar sua mãe como testemunha, enquanto as acusadas precisam contratar um profissional para acompanhá-las.

As imigrantes têm tido dificuldade para pagar os advogados — nem todos atuam pro bono, como é o caso de Cameron — e encontrar quem aceite tratar do tema de identidade de gênero, considerado bastante delicado.

Mesmo com seus pronunciamentos nas redes sociais, Jessica Yaniv entrou na Justiça para que seu nome não fosse divulgado pela imprensa local, que poderia usar somente "Y" para se referir a ela.

Na audiência de julho, porém, um integrante do tribunal de direitos humanos citou o interesse público pelo caso e a atividade online da transexual para julgar o pedido improcedente.

Identificada com nome e sobrenome, Yaniv se define como ativista de direitos humanos e da causa LGBTQ, mas tem tido que responder a críticas quase diárias sobre uma atuação que pode ser danosa a outras minorias.

A Folha tentou entrar em contato com Yaniv por meio do endereço de email indicado em seu site, mas ela não respondeu às solicitações de entrevista.

Fonte: *Folha de S.Paulo*, agosto/2019, p. A20

Neste caso específico, a posição da vítima é colocada em questão ao longo de todo texto, visto que o espaço prioriza a visão da suposta agressora. A notícia entra no *corpus* por se tratar de uma violência a uma mulher transexual, no entanto, ela foge do padrão porque a violência em si acaba não sendo o foco. Surge, então, o questionamento: será que esse caso era válido de ser noticiado sem a versão da vítima? Já que o texto trata de um caso envolvendo uma mulher transexual, que pertence ao grupo mais marginalizado da comunidade LGBT+.

Para o jornalismo informativo, tentar ouvir ambos os lados e deixar o julgamento a cargo do leitor é uma regra básica. No entanto, às vezes, por se tratar de casos envolvendo pessoas LGBT+, dar tanto espaço para a versão do agressor

pode contribuir para a deslegitimação da versão da vítima. Os trechos da notícia do dia 26 de fevereiro, “Time LGBT diz ter sido alvo de discriminação” evidencia isso:

A administração do clube Açaí informou que todas as providências administrativas que cabiam a suas responsabilidades foram tomadas e que não encontrou indícios, durante a apuração dos fatos, de prática de homofobia dentro de suas instalações [...] Para o advogado do clube, Claudio Barbosa, 50, ‘problemas de relacionamento são normais em todos os lugares e isso nada tem a ver com orientação sexual, credo ou raça das pessoas’ (*Folha de S.Paulo*, fevereiro/2019, p. B5)

As falas que constituem o corpo da notícia são selecionadas criteriosamente pelos jornalistas que a produzem e muitas vezes ainda passam por revisão. Em mais de um momento a *Folha* escolhe dar espaço para falas preconceituosas e deslegitimadoras. O trecho da notícia “Brasileira se recusa a depilar trans e é acusada de discriminação no Canadá”, como apontado anteriormente, também reforça essa questão:

‘A posição não é sobre gênero, é sobre técnica’, afirmou à Folha Jay Cameron, advogado de Silva. ‘Ela se recusou a fazer depilação em uma pessoa que se identificou como mulher mas tem genitália masculina, não se sente confortável fazendo isso, e não era um serviço que ela oferecia’. [...] Segundo Cameron, a foto de perfil na rede social não mostrava Yaniv e, somente com a troca de mensagens via celular, Silva percebeu que se tratava de um pessoa biologicamente definida com homem” (*Folha de S.Paulo*, agosto/2019, p. A20).

Em relação às imagens, 58,8% das notícias utilizam o recurso, conforme a tabela 12, que representa o Código 4.

Tabela 13 – Notícias ilustradas com imagens

C5 – Notícias ilustradas com imagens	
Possui	10
Não possui	7
Total	17

Apenas uma das notícias possui mais de uma foto para ilustrar o ocorrido. É interessante perceber que, na maioria das notícias que utilizam o recurso, as fotos tem o papel de fortalecer a gravidade do caso e a versão da vítima, apelando para o lado emocional do leitor.

Figura 11 – Ataque homofóbico violento em PE deixa jovem com sequelas



Fonte: *Folha de S.Paulo*, junho/2019, p. B3

Figura 12 – Laudo comprova lesões graves em youtuber



A youtuber Karol Elle, que afirma ter sido alvo de ataque homofóbico na Barra da Tijuca, no Rio
Reprodução

Fonte: *Folha de S. Paulo*, dezembro/2019, p.B4

Nos casos de violência contra a comunidade LGBTQ+, a utilização de imagens se torna crucial para mostrar as consequências do preconceito. Por vezes, ao não conseguir visualizar o crime, o leitor pode acabar não fazendo nenhuma reflexão sobre o assunto. Tendo em vista que o jornalismo é uma forma de conhecimento e

tem papel de formador de opinião, é fundamental que esses casos, ao serem noticiados, ganhem destaque, para provocar uma mudança de postura em que lê.

6.3 A presença dos valores-notícia

Os valores-notícia estão presentes em todos os processos da construção de um texto jornalístico, desde a escolha dos acontecimentos até a elaboração da notícia. Tendo em vista que o *corpus* desta pesquisa são notícias já publicadas na *Folha de S.Paulo*, supõe-se que os valores-notícia de seleção – critérios substantivos e contextuais, apontados por Traquina (2005) – estão presentes em cada uma delas. Resta analisar, então, **os valores-notícia de construção**.

As 17 notícias publicadas na edição impressa da *Folha de S.Paulo* em 2019 sobre casos de violência contra a comunidade LGBTQ+ foram considerados de interesse público, pensando que o jornalismo, para selecionar o que é noticiável, leva em conta o que pode ser do interesse da maioria das pessoas. É possível que o fato de muitas delas tratarem de crimes, alguns cruéis, foi um fator determinante para a seleção como notícia. Conforme Traquina (2005):

O que confere especial atenção às ‘estórias’ de crimes é a mesma estrutura que se aplica a outras áreas noticiosas: um crime mais violento, com um maior número de vítimas, equivale a maior noticiabilidade para esse crime. Qualquer crime pode ficar com mais valor-notícia se a violência lhe estiver associada (TRAQUINA, 2005, p. 85).

Segundo o autor, violência é sempre noticiável. Após serem selecionadas, as notícias são validadas a partir de outros valores, conforme demonstra a tabela 13. O Código 5 permite analisar quais dos valores-notícia de construção, conforme Traquina (2005), estão presentes nas notícias deste *corpus*.

Tabela 14 – Presença dos valores-notícia de construção

C6 - Presença dos valores-notícia de construção						
	Simplificação	Amplificação	Relevância	Personalização	Dramatização	Consonância
N1	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
N2	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não

N3	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
N4	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
N5	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
N6	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
N7	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
N8	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
N9	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
N10	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
N11	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
N12	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
N13	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
N14	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
N15	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
N16	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
N17	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim

Todas as notícias possuem, em sua construção, pelo menos um dos valores-notícia apontados por Traquina (2005). Para a análise, entendo que 100% das notícias foram tratadas como relevantes durante a elaboração dos textos, seja pelo tipo de violência, pela notoriedade das pessoas envolvidas ou por proximidade em relação ao caso.

Em relação à **simplificação**, cerca de 70% das notícias são formuladas de um modo mais sintético e direto, conforme os critérios estabelecidos para um texto informativo. É possível inferir, a partir disso, que em alguns casos, seguir essa estrutura “dura” pode acabar por não sensibilizar o leitor e para que perceba a mensagem subliminar que todos esses casos noticiados trazem consigo: a raiz deles é o preconceito, a forma como a sociedade se organiza, excluindo quem encontra-se

fora da norma. Quando retratado de forma muito direta, mesmo pontuando a motivação da violência, o caso pode ficar no mesmo nível de outros casos violentos em uma sociedade que naturaliza a violência. Sabemos que, quando a violência é motivada pela identidade sexual, de gênero ou pela raça, ela não é apenas o que é; ela carrega junto diversos preconceitos. Um exemplo desse texto mais simplificado e que também foi enquadrado como o único que não tem **personalização** é o da notícia do dia 14 de março, que fala sobre exploração de transexuais:

Dez mandados de prisão preventiva foram cumpridos nesta quarta-feira (13) numa operação que apura um esquema de exploração sexual de transexuais em Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo) (*Folha de S.Paulo*, março/2019, p. B7).

A notícia, apesar de tratar de uma violência contra transexuais, por seguir essa estrutura mais direta, acaba por não “humanizar” as vítimas, apenas detalha o ocorrido e as motivações. As outras notícias do *corpus*, mesmo as mais simplificadas, conseguem apresentar de forma mais eficiente o fato de que se trata de uma pessoa.

Amplificação, em sua forma mais comum, está presente em duas notícias, ambas sobre o mesmo caso, em que se é enfatizada a repercussão da violência no local em que ele ocorreu:

O crime **chocou** a pequena Moreno, cidade-dormitório da região metropolitana do Recife (PE) (*Folha de S.Paulo*, junho/2019, p. B3)

O crime, em 7 de dezembro de 2018, **chocou** a cidade de Moreno, no Grande Recife (*Folha de S.Paulo*, agosto/2019, p. B3).

Foram consideradas também como amplificação as notícias que trouxeram dados estatísticos sobre a violência contra a comunidade LGBTQ+, interpretados como “consequência”. É possível inferir, a partir desses dados, que o jornalista tentou mostrar não se tratar de caso isolado.

Figura 11 – Exemplo estatísticas

Relatório do GGB (Grupo Gay da Bahia) contabilizou mais de uma morte de pessoas LGBTQ+ por dia de janeiro a maio deste ano, com 141 casos. Em 2018, no mesmo período, houve 140 mortes.

Fonte: *Folha de S.Paulo*, outubro/2019, p. B2

Em 35% das notícias analisadas é possível identificar o valor-notícia da **dramatização**. Comumente presente em notícias sensacionalistas, a dramatização não necessariamente é utilizada de forma ruim. As notícias com esse valor-notícia buscam apelar para o lado emocional do leitor. A interpretação acerca da dramatização, no caso das notícias de violência contra a comunidade LGBTQ+, pode ser a de que dessa forma o jornalista consegue gerar um desconforto no leitor, provocar uma reflexão, humanizar a vítima. Assim é a notícia do dia 10 de junho, sobre o jovem gay de 22 anos que foi estuprado e espancado numa festa.

Você quer voltar pra casa? Se sim, pisque o olho. Você ama a mainha? Se sim, pisque o olho. Está sentindo dor? Se sim, pisque o olho, por favor. São nos olhos do filho que a dona de casa Etiene Feijó de Melo, 50, guarda a esperança de se comunicar com o caçula, mas o olhar dele parece perdido. Jefferson Anderson Feijó da Cruz, 22, não anda, não fala e perdeu as funções cognitivas – não discerne fatos e nem expressa emoções. Respira com a ajuda de uma traqueostomia e se alimenta por meio de sonda (*Folha de S.Paulo*, junho/2019, p. B3).

O trecho acima é um dos exemplos do valor-notícia dramatização presente em seis notícias das 17 analisadas. É importante ressaltar que nas seis notícias identificadas, a dramatização está presente de formas diferentes, em maior ou menor nível. No caso de suicídio da mulher trans que trabalhava em uma agência do Banco do Brasil no interior paulista também é possível identificar um apelo ao emocional:

Antes de se matar, a filha de Rita escreveu em seu diário: ‘Lutem por nós... Não tenham vergonha... O Carlos era elogiado em seu trabalho por ser bom vendedor, a Rebeca não aguentou três meses de preconceito e assédio moral’. Usou, primeiro, o nome masculino que lhe deram ao nascer. Depois, a versão feminina que adotou ao se reconhecer como mulher transgênero. Ela, jovem que adorava torcer pelo Corinthians e pintar os cabelos com cores fortes, tinha 24 anos quando cometeu suicídio (*Folha de S.Paulo*, dezembro/2019, p. B3).

Já o valor-notícia **consonância**, que costura uma linha de continuidade entre as notícias, é identificado em quase 30% das unidades analisadas. Cinco notícias dão um desfecho a um caso de violência contra a comunidade LGBTQ+ que já foram noticiados em outro momento. Das cinco notícias selecionadas, três delas dão continuidade a casos noticiados no mesmo ano de 2019. Uma possível inferência que pode ser feita em relação a isso é que as três notícias consonantes são sobre

casos que apresentam violência cruel: homem baleado quatro vezes por beijar o namorado, jovem estuprado e espancado por ser gay e lésbica agredida supostamente por homofobia. Todas as três notícias consonantes também são retratadas com imagem, o que pode ser considerado um reforço à gravidade dos casos.

Ainda sobre a consonância, das cinco notícias, duas delas parecem ser sobre casos noticiados antes do período analisado. No entanto, da mesma forma, elas entregam o desfecho de dois casos brutais de violência: jovem transexual baleada, esquartejada e incinerada e jovem gay que foi morto a facadas pela própria mãe. Os trechos explicitam:

A Polícia Civil do Rio de Janeiro concluiu o inquérito da morte da estudante da Uerj Matheus Passareli Simões Vieira, 21, conhecida como Matheusa. De acordo com a investigação da Delegacia de Descoberta de Paradeiro, responsável pelo caso, Matheusa foi morta por traficantes no Morro do 18, em Água Santa, na zona norte do Rio, após tentar tirar o fuzil de um dos traficantes enquanto era julgada por um “tribunal do crime” (*Folha de S.Paulo*, janeiro/2019, p. B2).

A justiça condenou a 25 anos e oito meses de prisão Tatiana Ferreira Lozano Pereira, acusada de matar o filho, Itaberlly Lozano, 17, em Cravinhos, região de Ribeirão Preto (SP). De acordo com a Promotoria, a motivação do crime seria homofobia (*Folha de S.Paulo*, novembro/2019, p. B12).

A partir da análise e tendo como ponto de partida os valores-notícia correlacionados com os princípios do próprio jornal, é possível inferir que a Folha segue o padrão do jornalismo tradicional contemporâneo. Em alguns casos, ela mantém um certo distanciamento do ocorrido, relatando apenas o fato. No entanto, dentro desse mesmo padrão, ela também flexibiliza a estrutura e permite um texto mais emocionante e com a possibilidade de instaurar uma discussão acerca do preconceito contra a comunidade LGBTQ+. Isso pode ser interpretado através de várias perspectivas, seja pela dramatização, pela apresentação de dados estatísticos sobre a LGBTQfobia ou até pela consonância, assim como pelo uso de imagens e pelas mensagens implícitas nos títulos. Pela forma que são noticiados esses casos, é possível perceber que há uma possibilidade de eles se tornarem pautas mais recorrentes no jornal.

6.4 Confirmando a hipótese

A análise do *corpus* da pesquisa proporcionou uma visão mais ampla sobre os casos de violência contra a comunidade LGBTQ+ noticiados na *Folha de S.Paulo*. A partir da seleção das 17 notícias, conclui-se que a Folha dá espaço para a pauta da violência contra as pessoas LGBTQ+, sejam essas violências de qualquer instância. Assim, a hipótese construída na pré-análise confirma-se. No entanto, apesar de estar aberta para a divulgação de casos desse tipo, a cobertura por parte da *Folha* não é exatamente efetiva. Foram 365 edições impressas consideradas para a análise e nelas foram encontradas pouco mais de 120 notícias relacionadas à pauta LGBTQ+. Desse total, apenas 17 abordam a questão da violência, das consequências do preconceito.

Foi possível identificar a presença dos valores-notícia tradicionais do jornalismo contemporâneo ao longo das notícias analisadas, conforme a perspectiva de Traquina (2005). A *Folha de S.Paulo* se posiciona bem quanto à construção dos textos. Em todos eles foram respeitadas as identidades de gênero e sexuais das vítimas, e todas as notícias revelam o que motiva a violência. Esse posicionamento fica claro tendo em vista que um dos princípios do jornal é abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições¹¹. Uma questão ambígua, porém, é a que segue o princípio de cultivar a pluralidade, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões, seja ao focalizar mais de um ângulo da notícia, sobretudo quando houver antagonismo entre as partes nela envolvidas¹², visto que, em alguns casos, dependendo da forma que é apresentada a versão do agressor, isso pode deslegitimar – ainda mais – a violência sofrida pela população LGBTQ+. Contudo, em uma análise geral, a forma como a *Folha* noticia os casos é positiva.

Analisando-se todos os dados e levando-se em consideração a boa forma como a *Folha* noticia os casos, é impossível não admitir, no entanto, que a cobertura foi insuficiente. Somente em 2019 e apenas em relação a mortes, mais de 300 pessoas LGBTQ+ perderam a vida por conta do preconceito. Especula-se, ainda, que há muito mais casos que não foram registrados, excluindo-se as agressões verbais, físicas, virtuais e de outras instâncias que não entram no relatório do Grupo Gay da

¹¹ Informações disponíveis em < <http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml>>. Acesso em abril de 2021.

¹² Informações disponíveis em < <http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml>>. Acesso em abril de 2021.

Bahia. São muitas vidas tiradas de uma parcela significativa da população no país, mais de 15% do total, por conta de ódio. Com base apenas nesse levantamento, a pauta da violência contra a comunidade LGBTQ+ ainda pode ser considerada irrelevante?

Sendo o jornal de maior circulação nacional, e tendo como princípio priorizar temas que, por afetarem a vida da coletividade ou de parcelas expressivas da população, sejam considerados de interesse público¹³, a análise permite inferir que falta, ainda, iniciativa da *Folha de S.Paulo* de colocar luz sobre essas violências e sobre a importância de combater o que as instiga. Como jornal que tem como linha editorial a imparcialidade, dar espaço e ampliar a cobertura dos casos de violência contra a comunidade LGBTQ+ não é se tornar parcial, mas sim atender de fato às demandas de interesse público e priorizar o que acontece de relevante no país, porque vidas LGBTQ+ são relevantes. A análise mostra que ainda falta bastante visibilidade, mas também aponta que já há um caminho sendo aberto.

¹³ Informações disponíveis em < <http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml>>. Acesso em abril de 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tinha o objetivo amplo de analisar a forma como a mídia brasileira noticia casos de violência contra a comunidade LGBTQ+. Para possibilitar o alcance desse propósito, elegeu-se como objeto da pesquisa a edição impressa da *Folha de S.Paulo*, o jornal de maior circulação do país. A escolha do tema se deveu a inquietações diante da falta de visibilidade desses casos na mídia, casos que escancaram as verdadeiras consequências do preconceito, que elimina centenas de vidas todos os anos. Até a formação do *corpus* da pesquisa, tive como apoio os dados levantados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) publicados no relatório de mortes violentas da comunidade LGBTQ+ de 2019, que aponta que, apenas nesse ano, 329 pessoas perderam a vida, por homicídio ou por suicídio, por conta do ódio contra a sua identidade de gênero e sexualidade.

A partir da definição do tema da pesquisa, no primeiro capítulo me debrucei sobre os estudos das teorias feministas e teorias de gênero, tendo como base os textos de Judith Butler (2015), bell hooks (2020), Guacira Lopes Louro (1997), entre outros autores e autoras. Através de suas concepções, pude entender a importância do movimento feminista, conhecer as suas várias vertentes, para avançar e chegar às discussões de gênero e sexualidade atuais. Em ambos os casos, as ideias têm evoluído conforme a sociedade também evolui.

Estudando as questões de gênero e sexualidade, pude compreender que a sociedade se estrutura em relações de poder entre os indivíduos, e que os conceitos de gênero, sexo e sexualidade são apreendidos pelos sujeitos conforme o contexto histórico e cultural no qual estão inseridos. Gênero, assim como classe e raça, é um dos marcadores sociais que são utilizados para posicionar as pessoas em identidades que visam manter a ordem social. A sociedade, portanto, é atravessada por normas e valores conservadores que estipulam uma linha invisível entre o que é certo e o que é errado. Em se tratando de gênero e sexualidade, a norma é “heteronorma”, que impõe expectativas e regras sobre os indivíduos acerca de como eles devem se comportar – sempre de forma a confirmar uma suposta coerência entre gênero e orientação sexual, a partir da heterossexualidade compulsória e do binarismo feminino x masculino.

O primeiro capítulo desta monografia permite compreender que quem está fora desse padrão é tido como desviante e pode ser submetido a diversas formas de exclusão por conta de sua orientação e prática sexual, o que inclui a punição pela violência.

Conhecendo a forma como a sociedade se estrutura, pude então traçar uma linha histórica sobre a trajetória do movimento LGBTQ+ no Brasil, através dos estudos de Simões e Facchini (2009) e de outros autores no capítulo 2. Além disso, foram apresentados os dados sobre mortes de pessoas LGBTQ+ em 2019, ano escolhido para análise, em que é possível constatar os perfis das maiores vítimas abordando sua identidade de gênero, sexualidade, raça/etnia além de outros detalhes como a profissão das vítimas, localidade dos crimes cometidos e também o perfil dos agressores. Com essas concepções, percebi que, no Brasil, a punição às pessoas “desviantes” se através da violência, o que acentua ainda mais a inquietação que originou este trabalho: onde estão esses casos na mídia?

Para realizar a análise, precisei também consultar a bibliografia sobre jornalismo, para ter mais embasamento teórico. Para isso e para a consecução dos objetivos da pesquisa, optei por me filiar à concepção que defende ser o jornalismo uma forma de conhecimento, formulada pela primeira vez pelo sociólogo Robert Park, em 1940. Apoiada nos conceitos desse autor, complementei as referências com Elias Machado (2005), Eduardo Meditsch (1997), Adelmo Genro Filho (1987) e Beatriz Marocco e Christa Berger (online).

Considerando o jornalismo um serviço de referência para os indivíduos se manterem não apenas informados, mas orientados sobre a realidade, fui então em busca das teorias de Nelson Traquina (2005) sobre a construção das notícias, quando avalei pertinente a utilização de conceitos como critérios de noticiabilidade e valores-notícia. A partir da compreensão sobre critérios de seleção e de construção das notícias, pude analisar como foram abordadas as questões relacionadas à população LGBTQ+, o que me permitiu concluir que esses critérios, apoiados principalmente nos ideais de imparcialidade e objetividade, podem algumas vezes operar como fator de ratificação de normas e valores conservadores na sociedade, como a heteronormatividade, que exclui e coloca à margem diversos indivíduos, como observa também Claudia Lago (2010).

Por fim, no quarto capítulo apresentei o objeto empírico da pesquisa, o jornal *Folha de S.Paulo*, e também a metodologia utilizada na análise, a Análise de Conteúdo (AC), conforme proposta por Bardin (1997). A partir da AC, foi possível constituir o *corpus* da pesquisa e categorizar as unidades de análise em módulos e códigos, para compreender com mais clareza os dados resultantes. Considerando que a *Folha* é o jornal de maior circulação do país, explorei as 365 edições impressas do jornal em 2019, com o objetivo de identificar as notícias que abordavam os casos de a violência contra a comunidade LGBTQ+. O *corpus* foi constituído apenas com notícias de caráter informativo. Analisando todas as edições do ano escolhido, encontrei apenas 17 notícias que trataram especificamente do tema.

A pesquisa então consistiu em analisar as notícias em dois módulos; primeiramente, esmiuçando os detalhes da violência relatada, através do perfil da vítima, pontuando sua sexualidade, raça/etnia, idade e também a relação vítima e agressor, além da localidade e do tipo de violência cometida. Através desses dados, foi possível constatar que, das 17 notícias analisadas, a maioria envolve gays, brancos, com idade de até 25 anos. Além disso, a maioria das notícias também aborda casos ocorridos na região Sudeste, e o tipo de crime noticiado mais recorrente é a agressão física. Procurei comparar os dados obtidos na pesquisa com o relatório de mortes violentas do GGB, para efeito de comparação.

A partir dessa primeira análise, parti então para a verificação do texto jornalístico em si, com base nos conceitos de valores-notícia de construção, conforme Traquina (2005). Neste módulo, ficou evidente que a *Folha de S.Paulo* expõe as motivações da violência, seja descrita como homofobia, preconceito ou discriminação. Foi possível constatar também que de todas as 17 notícias analisadas, há casos em que o texto é construído de forma mais livre, com apelo ao emocional, trazendo dados estatísticos sobre a violência contra a comunidade LGBTQ+, o que me fez supor que é com o objetivo de provocar algum tipo de desconforto e reflexão nos leitores, assim como há casos em que o texto segue fielmente a estrutura mais “dura”, que toma como princípio a imparcialidade, a neutralidade e a objetividade. Além disso, por conta da análise dos valores-notícia,

percebe-se que a *Folha* segue critérios de noticiabilidade tradicionais, nos termos apresentados por Traquina (2005).

Com a análise desses dados, foi possível constatar então que a *Folha de S. Paulo* dá espaço às notícias de casos de violência contra a comunidade LGBTQ+, mas tendo em vista a concepção do jornalismo como forma de conhecimento, a cobertura não é suficiente. Mesmo que em seus textos o jornal pontue a motivação da violência e dê detalhes do ocorrido, a posição neutra e imparcial que impera em muitas das notícias não provoca uma reflexão sobre o que se lê. Pode soar como uma falta de comprometimento do jornal para com a pauta desse grupo. O jornalismo contemporâneo é muito mais que informar; ele também contribui para manutenção da ordem social ou para a mudança, seja fortalecendo valores conservadores ou transformando-os. Por conta disso, mesmo que haja espaço na *Folha* para esse tipo de notícias, não é efetivo, considerando o número de mortes e o fato de que em 365 edições foram encontradas apenas 17 notícias.

Sem visibilidade, não há como alcançar uma mudança nos padrões sociais. Portanto, concluo este trabalho insistindo na importância da pluralidade na mídia, no exercício do seu papel pedagógico e formador de opinião. Apesar de termos avançado no respeito para com as pessoas LGBTQ+, ainda há muito pela frente. Os números demonstram que a raiz do preconceito é muito mais funda, e a atuação do jornalismo para que esse ciclo de violência contra a comunidade LGBTQ+ se rompa, assim como para os outros tantos grupos marginalizados, é fundamental.

Quanto aos futuros caminhos possíveis de pesquisa a partir deste trabalho, acredito que possa ser produtivo analisar essas notícias de LGBTQ+fobia em outros veículos, a fim de formar uma amostra comparativa sobre a maneira que a mídia noticia esses casos de violência. Todos os jornais cedem espaço? Explicitam as motivações? Através desse levantamento, creio que será possível fazer uma problematização mais concreta sobre a forma que esses casos são noticiados, para que assim haja a possibilidade de subverter esses padrões hegemônicos também dentro do campo jornalístico. Espero, também, que esta pesquisa sirva de inspiração para futuros comunicadores estenderem o seu olhar, com maior sensibilidade, para as populações mais vulneráveis da sociedade, reconhecendo a importância que o jornalismo tem na legitimação dessas vidas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In: BUENO, Martin W.; GASKELL, George. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BENETTI, Marcia. **O jornalismo como gênero discursivo**. Revista Galáxia, São Paulo, n° 15, p. 13-28, jun. 2008. Disponível em <
<https://www.redalyc.org/pdf/3996/399641241002.pdf>> . Acesso em março de 2021.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COLLING, Leandro. **Crônicas do CUS: cultura, sexo e gênero**. Leandro Colling; Gilmaro Nogueira (orgs.). Salvador, Bahia: Editora Devires, 2017.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Relações étnico-raciais de gênero e sexualidade** [livro eletrônico]: perspectivas contemporâneas. Aparecida de Jesus Ferreira (org.). Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

FERREIRA, Vinícius; SACRAMENTO, Igor. **Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas**. In: Dossiê 40 anos do movimento LGBT no Brasil: comunicação, saúde e direitos humanos. RECIIS, v.13, n° 2, 2019. Disponível em <
<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1826>>. Acesso em fevereiro de 2021.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. **Análise de conteúdo**. In: DUARTE, Jorge. Barros, Antonio (org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2009.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** (para uma teoria marxista do jornalismo). Florianópolis, 1987. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75390>>. Acesso em março de 2021.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LAGO, Cláudia. **Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo**. Brazilian Journalism Research, v. 6, n° 1, 2010. Disponível em <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/253>>. Acesso em março de 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MACHADO, Elias. **O pioneirismo de Robert E. Park na pesquisa em Jornalismo**. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. II, n° 1, semestre de 2005.

MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa. **A notícia como forma de controle social**. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, online. Disponível em <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_840.pdf>. Acesso em março de 2021.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?**. Conferência feita nos cursos da Arrábida – Universidade de Verão, set. 1997. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>>. Acesso em março de 2021.

MISKOLCI, Richard. **Não somos, queremos – reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea**. In: COLLING, Leandro (org.). Stonewall 40 + o que no Brasil? Salvador: EDUFBA, 2011.

N. GREEN, James. **“Mais amor e mais tesão”**: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. Cadernos Pagu, n° 15, 2000, p. 271-295. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635596>>. Acesso em fevereiro de 2021.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade**: da opressão à libertação. São Paulo: editora Sundermann, 2007.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019**. Relatório do Grupo Gay da Bahia. José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott (orgs.). Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBTQ. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n° 2, jul./dez. de 1995, p. 71-99.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

VEIGA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção de notícias, 2010. 250f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

Sites

FOLHA DE S.PAULO. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o_grupo.shtml>. Acesso em abril de 2021.

PROJETO EDITORIAL – FOLHA DE S.PAULO. Disponível em <<http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/introducao.shtml>>. Acesso em abril de 2021.

Jornais

Folha de S.Paulo, n° 32.780, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.781, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.782, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.783, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.784, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.785, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.786, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.787, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.788, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.788, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.789, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.790, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.791, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.792, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.793, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.794, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.795, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.796, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.797, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.798, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.799, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.800, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.801, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.802, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, n° 32.803, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.804, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.805, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.806, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.807, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.808, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.809, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.810, Ano 99, São Paulo, Janeiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.811, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.812, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.813, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.814, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.815, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.816, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.817, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.818, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.819, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.820, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.821, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.822, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.823, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.824, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.825, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.826, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.827, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.828, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.829, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.830, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.831, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.832, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.833, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.834, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.835, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.836, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.837, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.838, Ano 99, São Paulo, Fevereiro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.839, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.840, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.841, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.842, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.843, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.844, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.845, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.846, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.847, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.848, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.849, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.850, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.851, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.852, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.853, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.854, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.855, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.856, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.857, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.858, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.859, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.860, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.861, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.862, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.863, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.864, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.865, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.866, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.867, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.868, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.869, Ano 99, São Paulo, Março/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.870, Ano 99, São Paulo, Abril/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.871, Ano 99, São Paulo, Abril/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.872, Ano 99, São Paulo, Abril/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.873, Ano 99, São Paulo, Abril/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.874, Ano 99, São Paulo, Abril/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.875, Ano 99, São Paulo, Abril/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.876, Ano 99, São Paulo, Abril/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.877, Ano 99, São Paulo, Abril/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.878, Ano 99, São Paulo, Abril/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.879, Ano 99, São Paulo, Abril/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.880, Ano 99, São Paulo, Abril/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.881, Ano 99, São Paulo, Abril/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.882, Ano 99, São Paulo, Abril/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.883, Ano 99, São Paulo, Abril/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.884, Ano 99, São Paulo, Abril/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.885, Ano 99, São Paulo, Abril/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.886, Ano 99, São Paulo, Abril/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.887, Ano 99, São Paulo, Abril/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.888, Ano 99, São Paulo, Abril/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.889, Ano 99, São Paulo, Abril/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.900, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.901, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.902, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.903, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.904, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.905, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.906, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.907, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.908, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.909, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.910, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.911, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.912, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.913, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.914, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.915, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.916, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.917, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.918, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.919, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.920, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.921, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.922, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.923, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.924, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.925, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.926, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.927, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.928, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.929, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.930, Ano 99, São Paulo, Maio/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.931, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.932, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.933, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.934, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.935, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.936, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.937, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.938, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.939, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.940, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.941, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.942, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.943, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.944, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.945, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.946, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.947, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.948, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.949, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.950, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.951, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.952, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.953, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.954, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.955, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.956, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.957, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.958, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.959, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.960, Ano 99, São Paulo, Junho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.961, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.962, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.963, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.964, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.965, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.966, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.967, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.968, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.969, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.970, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.971, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.972, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.973, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.974, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.975, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.976, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.977, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.978, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.979, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.980, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.981, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.982, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.983, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.984, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.985, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.986, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.987, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.988, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.989, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.990, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.991, Ano 99, São Paulo, Julho/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.992, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.993, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.994, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.995, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.996, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.997, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.998, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 32.999, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.000, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.001, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.002, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.003, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.004, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.005, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.006, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.007, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.008, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.009, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.010, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.011, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.012, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.013, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.014, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.015, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.016, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.017, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.018, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.019, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.020, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.021, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.022, Ano 99, São Paulo, Agosto/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.023, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.024, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.025, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.026, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.027, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.028, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.029, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.030, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.031, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.032, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.033, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.034, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.035, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.036, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.037, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.038, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.039, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.040, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.041, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.042, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.043, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.044, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.045, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.046, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.047, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.048, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.049, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.050, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.051, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.052, Ano 99, São Paulo, Setembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.053, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.054, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.055, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.056, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.057, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.058, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.059, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.060, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.061, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.062, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.063, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.064, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.065, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.066, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.067, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.068, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.069, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.070, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.071, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.072, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.073, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.074, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.075, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.076, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.077, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.079, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.081, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.082, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.083, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.084, Ano 99, São Paulo, Outubro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.085, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.087, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.088, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.089, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.090, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.091, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.092, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.093, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.095, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.096, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.097, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.098, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.099, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.100, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.101, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.103, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.104, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.105, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.106, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.107, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.108, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.109, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.111, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.112, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.114, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.115, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.116, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.117, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.118, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.120, Ano 99, São Paulo, Novembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.121, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.122, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.123, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.124, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.125, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.126, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.128, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.129, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.130, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.131, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.132, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.133, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.134, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.136, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.137, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.139, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.140, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.141, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.142, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.143, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.145, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.146, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.147, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.148, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.149, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.150, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.151, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019..

Folha de S.Paulo, nº 33.153, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.154, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.155, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

Folha de S.Paulo, nº 33.156, Ano 99, São Paulo, Dezembro/2019.

ANEXOS

Notícias/corpus da análise

B2 TERÇA-FEIRA, 8 DE JANEIRO DE 2019

FOLHA DE SÃO PAULO

cotidiano

ATMOSFERA

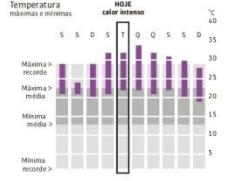
EM SÃO PAULO

1h 5h 9 11 14 17 20 22 26 29 32 35 38

maubado chuva



HOJE calor intenso



HOJE chuva moderada



NO ESTADO



CEU ABERTO EM TODO O ESTADO

Massa de ar quente sobre o Sudeste deixa tempo com sol forte e elevação de temperatura; pancadas rápidas ao longo da tarde

Table with 3 columns: City, Hoje, Amanhã, Quinta. Lists temperatures for various cities in São Paulo state.

NO BRASIL



DIA QUENTE E COM BAIXA UMIDADE

Sudeste, interior da BA, centro-norte de GO e DF têm dia quente e de baixa umidade; chance de temporais no Sul, Norte, interior do CE e do PI

Table with 3 columns: City, Hoje, Amanhã, Quinta. Lists temperatures for various cities across Brazil.

Veja dados atualizados em folha.com/tempo Fonte: Climatempo (climatempo.com.br)

Com reforço policial, ataques rumam para o interior do CE

Força Nacional está principalmente na Grande Fortaleza; 23 fogem de presídio

Marcel Rizzo

FORTALEZA O Ceará conviveu com mais uma noite e madrugada de ataques criminosos, a quinta a prédios públicos e privados, ônibus e carros. Após a chegada da Força Nacional de Segurança, no sábado (5), houve diminuição dos atentados em Fortaleza e região metropolitana, mas os criminosos se voltaram para o interior. Ao menos 17 cidades, incluindo a capital, já sofreram algum tipo de ação atribuída a membros de facções criminosas nos últimos dias.

Na madrugada de segunda, uma estação ambiental foi atacada em Icapuí, no litoral leste. Em Icó, a 360 km de Fortaleza, bandidos atiraram na sede da Câmara Municipal e em uma estação de rádio. Uma ambulância foi incendiada em Reriutaba, a 280 km ao norte de Fortaleza. Já em Chorozinho, a 90 km, ao menos três lojas tiveram as fachadas incendiadas. Em Fortaleza, houve tentativa de incendiar um supermercado na periferia, mas os seguranças da loja reprimiram a ação. Uma embarcação do Corpo de Bombeiros foi incendiada. Policiais e homens da Força de Segurança estão divididos para patrulhar locais estratégicos, como terminais e corredores de ônibus, e sedes



Patrulha em terminal de ônibus em Fortaleza José Cruz/Agência Brasil

das empresas que fornecem energia e água, além de distribuidores de combustível. Fortaleza amanheceu nesta segunda com muitas filas nos terminais de ônibus. Segundo nova data de depois de 10% circular no final de semana e de 30% na sexta (4). Policiais à paisana fariam a segurança nos coletivos. A coleta de lixo também voltou ao normal, mas com caminhões escoltados. Os 300 homens da Força Nacional estão concentrados na Grande Fortaleza, locais onde os criminosos mais atacaram nos primeiros dias. Cem policiais militares enviados pelo Governo da Bahia foram distribuídos pelo interior. O envio do reforço policial foi autorizado na sexta (4) pelo ministro da Justiça, Sérgio

Moro. No domingo (6), Moro autorizou a liberação de fofagens em presídios federais para líderes das facções cearenses que estão em presídios do estado. Ao menos 20 devem ser transferidos até o final desta semana — até o momento apenas um já deixou o Ceará. A decisão se deu após pedidos feitos pelo governador Camilo Santana (PT). Nesta segunda, de acordo com o governo estadual, mais 200 homens da Força Nacional eram esperados no Ceará. Durante a manhã, 23 presos fugiram da Cadeia Pública de Pacoti, a 127 km de Fortaleza, na manhã desta segunda, segundo a Secretaria de Administração Penitenciária. Os detentos escaparam durante o banho de sol pulando o muro da cadeia. Um reportagem aprovou que a unidade abraça presos na facção criminosa CV. Com 100.

Os ataques ocorrem depois de Santana ter anunciado que uma das prioridades de seu segundo mandato será endurecer as regras em presídios, que hoje têm unidades divididas entre facções criminosas: as três mais fortes no estado são PCC (Primeiro Comando da Capital) e GDE (Guardiões do Estado), que são aliados, e o CV (Comando Vermelho). Vinte e três presos fugiram da Cadeia Pública de Pacoti, a 127 km de Fortaleza, na manhã desta segunda, segundo a Secretaria de Administração Penitenciária. De acordo com a pasta, os detentos escaparam durante o banho de sol pulando o muro da cadeia. Um reportagem aprovou que a unidade abraça presos na facção criminosa CV. Com 100.

Matheusa foi morta ao tirar arma de traficante

Marcela Lemos

RIO DE JANEIRO A Polícia Civil do Rio de Janeiro concluiu o inquérito da morte da estudante de 19 anos Matheusa Passareli Simões Vieira, 21, conhecida como Matheusa.

De acordo com investigações da Delegacia de Descoberta de Paraleiro, responsável pelo caso, Matheusa foi morta por traficantes no Morro do 18, em Água Santa, na zona norte do Rio, após tentar tirar o fuzil de um dos traficantes enquanto a rajada por um "tribunal do crime". "No inquérito, concluiu-se que Matheusa se desentendeu com traficantes locais e tentou pegar arma de um deles, sendo alvejada e seu cor-



po, ocultado dentro da comunidade", afirma a Polícia Civil em trecho do inquérito. A estudante chegou ao Morro do 18 em 29 de abril de 2018, em surto após deixar uma festa no bairro do Encantado, a quase 2 km do acesso à favela. Ela se identificava como transsexual não binária, ou seja, não se enxergava nem como mulher nem como homem. Segundo a polícia, ela falava frases desconexas e estava sexual não binária, ou seja, não se enxergava nem como mulher nem como homem. Segundo a polícia, ela falava frases desconexas e estava sexual não binária, ou seja, não se enxergava nem como mulher nem como homem. Segundo a polícia, ela falava frases desconexas e estava sexual não binária, ou seja, não se enxergava nem como mulher nem como homem.

creta da Justiça: Genilson Pereira, o GG, e Messias Teixeira, chefe do tráfico do Morro do 18. Eles são acusados de homicídios e posse e ocupação de cadáver. Segundo a polícia, Matheusa foi baleada, espartejada e incinerada. Por isso o corpo não foi encontrado. A Polícia Civil trabalha para identificar o autor do disparo. A investigação foi concluída no final do ano passado e enviada à Justiça. Após o desaparecimento, amigos relataram que a estudante passava por dificuldades financeiras e havia ido a uma festa no Encantado para fazer uma tatuagem na antebraço, que desistiu do serviço. 100.

MORTES

Freira italiana que militou pela terra, presos e pobres

ALBERTA GIRARDI (1921-2018)

Fernanda Canofre São PAULO Certa vez, irmã Alberta se viu em meio a um conflito entre a Polícia Militar e militares do Movimento dos Sem Terra, em São Paulo. Os policiais queriam manter os camponeses em um cerco. A religiosa, de 1,50 m, não aceitou. Furo de barreira e saiu dizendo: "Pode abrir caminho que todo mundo vem comigo". Nasceu Gina Girardi em Quarto d'Altino, na Itália, no período entre guerras. Enquanto Benito Mussolini ascendia ao poder, o pai dela,

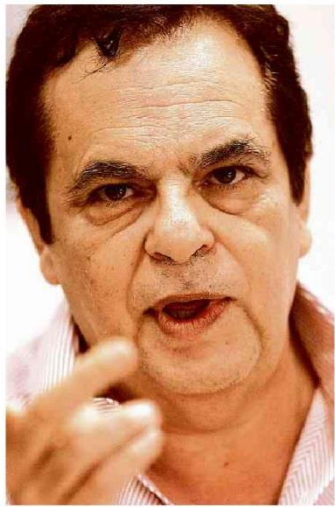
Alberto, se arriscava na militância contra o fascismo. Em 1943, entrou para a Congregação das Pequenas Irmãs da Caridade. Quando se formou recebeu o nome de Alberta, foi trabalhar em orfanatos no norte do país. Como missionária, foi enviada em 1972 ao Brasil. Viveu na cidade de Araguaína, no interior do Tocantins, trabalhando com a Pastoral da Terra e o padre Josino Moraes Alves. Os dois sofreram ataques durante anos, até que em 1986 o padre foi assassinado. A organização que ela tentou tirar irmã Alberta de lá,

Viveu na Ilha de Marajó, numa comunidade sem padre, onde fazia as vezes de vigária, fazendo batizados e casamentos, até ser trazida a São Paulo, onde trabalhou com pessoas em situação de rua e presos. Visitava regularmente Carandiru e outros presídios pelo país. "Ela perguntava se os presos tinham casas, famílias. Tinha uma fé que a impulsionava o tempo todo, um compromisso com as pessoas", diz padre Valdir, ex-coordenador da Pastoral Carcerária. Por sua dedicação, o MST resolveu batizar o único assentamento dentro da cidade de São Paulo com o nome

dele. No dia 30 de dezembro, aos 97, Alberta morreu em decorrência de uma pneumonia. Deixou uma irmã de sangue e várias de fé. Além da lição de defender a vida cívica de tudo. JOSÉ MARINO Aos 98, viuvo. Araraquara (SP). 7º DIA NAGIB DAUD Nesta terça (8) ao meio-dia, Igreja São José, Rua Dinamarca, 32, Jardim Europa. ESMERALDA MARIA LUIZA LOLLITA REZENDE Nesta quarta (9) às 19h30, Igreja Imaculada Coração de Maria (Capela da PUC), Rua Monte Alegre, 948, Perdizes.

Precisa o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3366-3800 e central 195, prefeitura.sp.gov.br/serviciofunerario. Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 8h às 20h. Sáb. e dom.: 10h às 17h. Aviso gratuito na seção folha.com/mortes. Até às 15h (até às 19h de sexta para publicação aos domingos). Envie um número de telefone para checagem das informações.

esporte



O jornalista Roberto Avallone. Flávio Florido - 15. out. 2003 / Folhapress

Dono de estilo inconfundível, Roberto Avallone morre em SP

Comentarista e apresentador, ganhou fama no jornalismo esportivo com os bordões "exclamação" e "no pique"

Alex Sabino

SÃO PAULO Foi como apresentador do "Mesa Redonda", programa dominical da TV Gazeta, que Roberto Avallone, 74, moldou sua imagem que ficou conhecida na televisão brasileira: os gestos exagerados, a (muito) mal disfarçada torcida para o Palmeiras e, principalmente, o jeito de falar.

Quando entabulava uma pergunta, fazia questão de dizer "interrogação" no final da frase. Ou se afirmava algo, "exclamação". A depender da empolgação, também poderia dizer "virgula" ou "ponto". Quando queria resposta rápida, soltava: "no pique".

Avallone morreu nesta segunda-feira (25) pela manhã em São Paulo, vítima de um ataque cardíaco.

O texto irretocável dos tempos de repórter do jornal da Tarde ("o melhor da imprensa esportiva brasileira na história", afirma o radialista e apresentador Milton Neves), onde chegou a chefe de reportagem, colidia com o temperamento difícil, de altose baixos. A última vez que viu seu antigo amigo Alberto Helena Júnior, colega de jornal da Tarde, foi diante de um juiz. Avallone o processou por causa de uma entrevista do comentarista da TV Gazeta ao UOL.

Outro momento de confronto foi a briga que teve com Milton Neves, ao vivo, em uma das edições do "Mesa Redonda". Discussão que teve jeito de debate eleitoral, com mediador, réplicas e tréplicas. Avallone e Neves logo depois fizeram as pazes.

"Foi a maior briga de dois jornalistas na história da TV brasileira. E não durou nada [a inimizade]. A gente logo se entendeu. O Avallone era difícil, via muitos fantasmas onde não existiam. Mas era uma pessoa boa", relembra Neves.

Nascido na capital paulista e formado em ciências sociais, Roberto Avallone começou no jornalismo na versão paulista do jornal Última Hora, di-

rigido por Samuel Wainer, em 1966. Ficou 23 anos no jornal da Tarde, onde recebeu duas vezes o Prêmio Esso.

Foi dele a ideia de uma das capas mais famosas da história da imprensa esportiva do país. Após o Palmeiras vencer o Flamengo no Maracanã por 4 a 1 no Brasileiro de 1979, o rival seguinte seria o Internacional, que ficaria com o título. No dia do jogo, o diário estampou na capa a pergunta: "Falcão ou Moccoça?" Falcão era o maior jogador do Brasil na época. Moccoça vivia boa fase, mas era um volante apenas esforçado. O Internacional venceu por 3 a 2 no Morumbi. Na edição seguinte, Avallone colocou na manchete a resposta para sua própria pergunta: "Falcão".

Avallone entrou para TV Gazeta em 1983 e foi no comando do programa "Mesa Redonda" que se tornou conhecido do grande público, dentro da fórmula consagrada dos programas esportivos da época: exibição dos melhores momentos dos jogos da rodada, presença de jogadores convidados e debates acalorados com os jornalistas defendendo seus times do coração sem dizê-los abertamente.

Cada vez que ouvia insinuação de ser palmeirense, o apresentador rebatia que era "jornalismo futebol clube".

Seu estilo criou seguidores, imitadores e fez a festa de programas humorísticos, o que satirizavam. Mesmo assim, ele não se irritava, considerava as imitações homenagens.

Avallone trabalhou em todas as mídias. No rádio, passou por Bandnews, Capital, Globo e Jovem Pan. Depois que saiu da Gazeta, esteve na Rede TV!, Bandeirantes e Record. Era convidado recorrente do SporTV e apresentava programa na CNT. Também era blogueiro do UOL.

Divorciado, ele deixa um filho e duas filhas. O corpo do jornalista será cremado na manhã desta terça-feira (26), em Embu das Artes.

Time LGBT diz ter sido alvo de discriminação

Jairo Marques

SÃO PAULO Quatro anos depois da sua criação, o clube Unicorns, composto apenas por jogadores LGBTs, diz ter sido perseguido e sofrido com atitudes homofóbicas durante suas práticas esportivas.

Os organizadores do grupo afirmam que tiveram de romper contrato e deixar de treinar em um ginásio que alugavam, no Brooklin, zona oeste de São Paulo. Atualmente, com cerca de 200 atletas, eles se juntam para praticar quatro modalidades desportivas: futebol, vôlei, corrida e ginástica funcional.

As queixas de perseguição aos jogadores começaram no início deste ano, após sócias do clube Açaí, onde o Unicorns treinava vôlei, entrarem no ginásio durante a atividade do grupo, começaram a filmá-los e a dizer que os integrantes do grupo eram uma ameaça.

Em um segundo episódio, de acordo com a direção do Unicorns, senhoras teriam feito ameaças e exigido uma jogadora transexual que havia usado o banheiro feminino. Os maridos dessas mulheres teriam também se aproximado dos jogadores com intuito de chamá-los para briga.

"Acusaram os meninos de atos 'inapropriados', e fala-

ram que 'veado merecia morrer'. Tudo foi levado oficialmente ao clube, mas nada foi feito. O conselho disse ainda que não poderia garantir a nossa segurança. E sugeriu que rescindíssemos o contrato", afirma Felipe Marquês, 32, um dos dirigentes do Unicorns, que pagava para usar as instalações do clube.

Um boletim de ocorrência por injúria e ameaça — não existe o crime de homofobia no Brasil, discussão sobre essa demanda está no Supremo Tribunal Federal — e um pedido de investigação por parte da Secretaria da Justiça de São Paulo foram registrados.

A administração do clube Açaí informou que todas as providências administrativas que cabiam a suas responsabilidades foram tomadas e que não encontrou indícios, durante a apuração dos fatos, de prática de homofobia dentro de suas instalações.

Para o advogado do clube, Claudio Barbosa, 50, "problemas de relacionamento são normais em todos os lugares e isso nada tem a ver com orientação sexual, credo ou raça das pessoas. Assim que foi acionada, a diretoria adotou um procedimento administrativo disciplinar e aplicou uma pena preventiva às sócias que foram denunciadas [25 dias de suspensão] e enca-

minhou o caso ao conselho".

Segundo o Açaí, sócias do clube também protocolaram queixas contra o Unicorns por infringir normas internas relativas a horário e organização do ambiente, o que foi reconhecido pela agremiação.

"O Unicorns passou a exigir do clube acesso aos vídeos e aos nome dos sócios que os gravaram, mas isso não é de nossa competência. Recomendamos que eles procurassem as autoridades. Os atletas exigiram também medidas exclusivas de segurança para eles jogarem, o que também não podemos garantir. Foram eles que resolveram romper o contrato conosco", diz Barbosa.

Ainda de acordo com o advogado, a denúncia de hostilização à atleta transexual não foi oficialmente realizada pelo Unicorns, mas, mesmo assim, foi feita uma apuração que não conseguiu encontrar provas materiais do ato.

Para os atletas, as medidas tomadas pelo clube Açaí foram apenas protocolares. Segundo eles, nada de concreto foi feito para apoiar e incentivar a permanências de les nas instalações do clube.

O Açaí, que tem cerca de 700 sócios e informa que pretende, no futuro, fazer uma ação de valorização do respeito à diversidade.

"Não vemos razão para pedir desculpas, agimos dentro dos nossos limites estatutários. Pode ser que as condutas adotadas não tenham satisfeito a eles, mas não temos de responder por todos os nossos sócios, não são nossos prepostos", disse o advogado.

Desde a saída do clube do Açaí, o Unicorns treina em outros espaços. O grupo ainda não conseguiu um local para fixo para os treinos de todas as modalidades. A equipe de vôlei, por exemplo, aluga uma quadra na Barra Funda.

Claudio Barbosa, advogado do clube Açaí



Jogadores do time Unicorns dizem ter sofrido discriminação em clube que frequentavam. Karim Xavier/Folhapress

Após comparar estádio a mulher com Aids, Rosenberg se demite

SÃO PAULO O diretor de marketing do Corinthians, Luis Paulo Rosenberg, deixou o clube. O anúncio foi feito em nota divulgada pela agremiação nesta segunda-feira (25).

Rosenberg gerou revolta na semana passada, quando, ao comentar a dificuldade do clube em vender os naming rights do Itaquerao, comparou o estádio corinthiano a uma mulher com Aids.

"O apelo da marca Corinthians é tão grande que temos quatro grandes grupos interessados em vir. E mais ou menos isto: eles se sentem na esposa de estarem vendendo a esposa perfeita, com dentes cunilários, formada com MBA no exterior, uma mãe de filhos maravilhosos, mas parece que tem um tes-

te de Aids positivo. Como é que eu encaixo a camisinha e o grande desafio", afirmou em programa da ESPN Brasil.

Depois disso, membros da oposição e grupos ligados à diretoria passaram a pedir demissão do cargo, que publicou pedido de desculpas.

"Errei. Foi uma comparação infeliz, anacrônica, que não condiz com minha prática à frente do clube, sempre incentivando mais e mais a presença e participação feminina no futebol. Lamento profundamente", disse.

A declaração não foi suficiente para acalmar os conselheiros corinthianos, que já mostravam insatisfação com a postura do dirigente e pressionavam o presidente André Sanchez a demitir-lo.

Santos encara River Plate uruguaio com portões fechados

SANTOS RIVER PLATE (URU) 19H15, no Pacaembu. Transmissão: Facebook do DAZN

SÃO PAULO Punido pela Conmebol, o Santos terá de enfrentar o River Plate (URU), nesta terça-feira (26), pela Copa Sul-Americana, no Pacaembu com portões fechados.

A punição ao clube alvinegro foi determinada após a confusão entre torcedores e a Polícia Militar no jogo de volta das oitavas de final da Libertadores, contra o Independiente, no estádio municipal.

Como empatou com o time uruguaio em 2 a 2 no jogo de ida, o time santista precisa vencer para se classificar à próxima fase da competição.

NA TV

16h45	Cardiff x Everton	Inglês, ESPN BRASIL
17h	PSG x Dijon	Copa da França, FOX SPORTS
18h30	Brasília x Fluminense	Supercopa fem. de Vôlei, SPORTV 2
19h15	Santos x River Plate	Copa Sul-Americana, DAZN
19h15	São José x Brasil-RS	Gaúcho, SPORTV
21h30	Caracas x Melgar	Libertadores, SPORTV 3
21h	Atlético-CE x Atlético-GO	Copa do Brasil, SPORTV
22h	Toronto Raptors x Boston Celtics	NBA, SPORTV 2

Memórias da milícia

Sentido atual é novidade na história da palavra, mas traz ecos do Brasil arcaico

Sérgio Rodrigues

Escritor e jornalista, autor de "O Driblé" e "Viva a Língua Brasileira"

Se a longa história da palavra tivesse a duração de uma partida de futebol, só aos 43 minutos do segundo tempo "milícia" ganharia o sentido que inunda o noticiário policial e se infiltra no político. Ao desembarcar no português do século 14, tinha a acepção que herdara do latim "militia": campanha de guerra, serviço militar. Logo surgiria uma distinção entre miliciano e militar, uma rusga no seio da família do patriarcal latino "miles" (soldado). A distinção era semântica

e de classe. Formada por cidadãos informalmente armados, não por profissionais, às vezes nem dinheiro para comprar garruchas a milícia tinha. Ficava bem abaixo dos militares na pirâmide social. Consta que o sentido de força auxiliar de segurança surgiu no século 17 no francês "militia": "tropa de cidadãos recrutados nas comunidades para reforçar o exército regular". Recrutados por quem?

Pelo Estado, claro. As milícias tiveram na Revolução Francesa e nas guerras de independência do Novo Mundo um viés libertário, mas o Estado sempre deu um jeito de se apropriar de seu ardor. Preservada em forma, aquela rebeldia original sustenta o direito às armas consagrado na Segunda Emenda à Constituição americana — relíquia do tempo do mosqueteiro na era do AR-15. Findos os tumultos de outrora, a história tendeu ao estabelecimento de Estados nacionais garantidores de ordem interna. É verdade que às vezes se dá o oposto, mas

desde então, na maioria das ocasiões, o cidadão ocidental médio tem feito escolhas políticas que acredita capazes de lhe garantir paz para tocar a vida sem precisar matar uma mosca. Assim, domesticadas no século 19 como guardas nacionais e forças auxiliares, as milícias tiveram em diversos países uma carreira oficial, ainda que subalterna. No caso brasileiro, o papel de polícia constava entre suas funções — na manutenção da "ordem pública" e na captura de

escravos fugidos, por exemplo. Quando em 1918 o sociólogo Max Weber definiu o Estado como o detentor do monopólio da violência, as milícias já vinham sendo descartadas como elementos de política de segurança em todo o mundo. Transmutaram-se em burocráticas forças policiais, do lado civil, ou foram extintas, do lado militar. Se a Segunda Emenda preservava o espírito miliciano setecentista, seu colega brasileiro do século 19 mora no título do clássico "Memórias de um Sargento de Milícias" (1854), de Manuel Antônio de Almeida. Órfão do Estado, a milícia voltou no século 20 a velhas zonas de voluntarismo e ilegalidade. Às vezes em sentido figurado, passou a designar grupos de militantes de causas variadas. Essa é a história geral. A milícia brasileira do século 21 é diferente, específica. Diz o

dicionário "Houaiss": "grupo armado de pessoas, geralmente com formação militar, paramilitar ou policial, que atua à margem da lei em algumas comunidades carentes, pretensamente para combater o crime". O dicionário informa ainda que a acepção surgiu em torno de 2007 (há registro de lá dois anos antes em reportagem de "O Globo") e que se trata de um uso carioca (hoje nacionalizado). Como a diferença faz fronteira com a semelhança, as milícias de hoje ecoam as de antigamente na função de polícia, na opressão aos descendentes daqueles mesmos escravos e no apoio discreto — ou nem tanto — recebido de um Estado degradado que acha boa ideia abrir franquias daquilo que, como ensinou Weber, é sua própria razão de ser.

D S T Q 5 S Antonio Prata | Antonia Pellegriño e Manoela Miklos | Vera Iaconelli | Ilona Szabó, Jairo Marques | Sérgio Rodrigues | Tati Bernardi | Oscar Vilhena Vieira, Luis Francisco Carvalho P

PF prende suspeitos de explorar transexuais no interior de SP

Marcelo Toledo

RIBEIRÃO PRETO Dez mandados de prisão preventiva foram cumpridos nesta quarta-feira (13) numa operação que apura um esquema de exploração sexual de transexuais em Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo).

As vítimas eram, conforme a Polícia Federal, o MPT (Ministério Público do Trabalho) e o MPF (Ministério Público Federal), encaminhadas à cidade do interior paulista para se prostituírem, com a promessa de que teriam os corpos transformados e de que receberiam hospedagem e alimentação.

De acordo com a investigação, o que acontecia na prática era que as transexuais se endividavam com os aliciadores e sofriam castigos e multas. Algumas foram até mortas, de acordo com a operação, batizada de Cinderela.

A maioria era proveniente das regiões Norte e Nordeste do país. Um dos dez alvos de mandados de prisão da operação já estava preso devido a outro processo. Ele é investigado pelo desaparecimento de três transexuais — uma delas adolescente —, além de outros dois homicídios.

Ao chegar a Ribeirão Preto em busca de melhores condições de vida, as transexuais já iniciavam atividades repletas de dívidas. Os valores pagos pelas passagens e os gastos de viagem eram adiantados pelos investigados alvo da operação, para serem cobrados posteriormente das vítimas.

No município, além de serem exploradas sexualmente e empregadas no mercado do sexo, eram obrigadas a consumir drogas. Cada uma atuava numa região da cidade, defnida pelos aliciadores. Com a dependência econômica desses aliciadores, as vítimas passavam a sofrer a transformação do corpo, com a aplicação de silicone industrial e a realização de procedimentos cirúrgicos ilegais. Isso fazia com que a dívida aumentasse cada vez mais.

Quem não pagasse os valores devidos por meio da prostituição ou desrespeitasse as regras do local em que estava era julgada numa espécie de "tribunal do crime", segundo o MPT, e sofria punições que iam de castigos físicos a multas e confisco de pertences.

Há, ainda conforme o órgão, registro de castigos físicos com pedaços de madeira com pregos e homicídios por causa das dívidas. Existe o registro também de um caso de suicídio. A ação que resultou na operação teve início quando duas das vítimas conseguiram fugir dos locais em que eram exploradas e fi-

zeram a denúncia. Além dos dez mandados de prisão, estão sendo cumpridos outros 18 de busca e apreensão, determinados pela 5ª Vara Federal de Ribeirão Preto.

No total, 90 agentes da PF foram às ruas na manhã desta quarta. Os presos responderão por tráfico de pessoas, redução à condição análoga à de escravo, exercício

ilegal da medicina, rufanismo (quando uma pessoa luta por meio da exploração de prostituição alheia) e organização criminosa. Se os aliciadores forem con-

denados, as penas podem ultrapassar 34 anos de prisão. A operação ocorreu em diversas regiões da cidade, entre elas os bairros de Salgado Filho e Quintino Facci, na zo-

na norte — este o ponto mais frequente de prostituição em Ribeirão Preto, onde é possível ver a movimentação de profissionais e clientes a qualquer hora do dia.

ENTRADA FACILITADA NO CHEQUE PRÉ OU EM ATÉ 10X NO CARTÃO
ACEITAMOS SEU USADO MESMO FINANCIADO
FAZEMOS TROCA COM TROCO (VOCÊ DE FIAT OKM E DINHEIRO NO BOLSO)

MOBI LIKE
1.0 FLEX 2019
COMPLETO

ENTRADA DE R\$ 11.990,
+ PARCELAS DE
R\$ 699,

A PARTIR DE
R\$ 37.990,



IPVA 2019 GRÁTIS

ISENÇÃO DE IPI E ICMS
MOBI DRIVE GSR À VISTA:
1.0 2019 **R\$ 35.990,**
COMPLETO

ARGO 2019
COMPLETO
1.0 FLEX

ENTRADA DE R\$ 12.990,
+ PARCELAS DE
R\$ 799,

A PARTIR DE
R\$ 43.990,



IPVA 2019 GRÁTIS

ARGO 2019
COMPLETO
1.3 FLEX

ENTRADA DE R\$ 14.990,
+ PARCELAS DE
R\$ 899,

A PARTIR DE
R\$ 49.990,

CRONOS
DRIVE 1.3 FLEX 2019
COMPLETO

SUPER OFERTA
A PARTIR DE
R\$ 59.990,



IPVA 2019 GRÁTIS

ISENÇÃO DE IPI E ICMS
CRONOS DRIVE GSR 1.3 2019
COMPLETO **R\$ 45.880,**

STRADA
WORKING 1.4 FLEX 2019

A PARTIR DE
R\$ 38.990,

OFERTA CNPJ

TORO ENDURANCE
1.8 FLEX 2019
AUTOMÁTICA COMPLETA

A PARTIR DE
R\$ 79.990,

TAXA ANUAL 0%

ACEITAMOS CARTA DE CONSÓRCIO. WhatsApp: (13) 97419-5467

Santos/SP | Av. Conselheiro Rodrigues Alves, 279
TELEVENDAS: (13) 3519-4000 **acesse: WWW.ATRI.COM.BR**

Fotos ilustrativas. Veículos zero km e pintura sólida. Mobi Like 1.0 Flex 18/19, a partir de R\$ 37.990,00 à vista ou entrada de R\$ 11.990,00 + 60 parcelas de R\$ 699,00 com taxa de 1,69% a.m. + impostos. Valor total com financiamento: R\$ 69.990,00. Argo 1.3 Flex 18/19, a partir de R\$ 49.990,00 à vista ou entrada de R\$ 14.990,00 + 60 parcelas de R\$ 899,00 com taxa de 1,69% a.m. + impostos. Valor total com financiamento: R\$ 68.990,00. Cronos Drive 1.3 Flex 18/19, a partir de R\$ 59.990,00 à vista. Cronos Drive GSR 1.3 Flex 18/19, a partir de R\$ 45.880,00 à vista, na condição para PCJ, somente com apresentação da documentação necessária. Strada Working 1.4 Flex 18/19, a partir de R\$ 38.990,00 à vista, apenas na condição para CNPJ. Toro Endurance 1.8 Flex 18/19, R\$ 79.990,00 à vista. Os custos e despesas que forem negociados deverão compor o CET e serão informados antes da contratação da operação. Crédito sujeito a aprovação. Caso o cadastro não seja aprovado pelo banco nomeado pela concessionária será enviado para outras financeiras que praticam outros planos, taxas e tarifas e as parcelas e condições sofrerão alterações. Garantia de 3 anos de acordo com o manual de fábrica, para componentes do motor e do câmbio. Ofertas válidas apenas para o estado de São Paulo até 10/03/2019 ou enquanto durar o estoque. No trânsito, a vida vem primeiro.

esporte



À esquerda, autódromo de Interlagos, que atualmente recebe a F-1; ao lado, projeto do autódromo do Rio, a ser construído em Deodoro

Rodolfo Bührer - 21.fev17/La Imagem/ Fotoarena/Folhapress e Reprodução



Histórico de circuitos utilizados no GP Brasil



EM 40 ANOS.
OS DETALHES DEFINEM SUA HISTÓRIA. E QUEM VOCÊ É.

Quando se completa 40 anos, é inevitável fazer um balanço. Olhar para dentro, em volta e adiante. É o que a gente vê? Em essência, somos todos parecidos. Nossos valores e particularidades são o que nos tornam diferentes. O olhar atento a tudo, os pequenos gestos, cada detalhe que pode transformar um momento. Sem medo de sonhar, ousar, confiar. Olhar as pessoas nos olhos. Valorizar o tempo, o nosso e o dos outros. Jamais parar de aprender e melhorar. E foi assim que a vida nos trouxe até aqui. Prontos para os próximos 40 anos. Talvez falte apenas um detalhe: você, aqui. Quer vir com a gente?

Imóveis residenciais, comerciais e hoteleiros.

SETIN 40 ANOS
INCORPORADORA
Construção de valor
setin.com.br

Diego Hypolito assume ser homossexual e fala de abusos na ginástica

SÃO PAULO O ginasta Diego Hypolito, 32, assumiu ser homossexual em entrevista ao UOL, publicada nesta quarta-feira (8). Medalha de prata no solo na Olimpíada do Rio-2016, o atleta falou abertamente sobre sua sexualidade pela primeira vez e contou sobre como foi difícil para ele manter isso em segredo por anos. "Quero que as pessoas saibam que eu sou gay e que eu não tenho vergonha disso. E não é porque eu sou que outras pessoas vão querer ser. Isso não tem nada a ver. Já vivi muitos anos pensando no julgamento que os outros fariam sobre mim. Hoje só aceito ser julgado por Deus", afirmou. Hypolito afirmou que tinha 19 anos quando assumiu para si mesmo que era homossexual, mas que só teve coragem de contar para sua família aos 28 anos, às vésperas do Mundial da China, em 2014. "Quando passei a entender melhor a minha sexualidade, meu maior problema sempre foi como iria contar para a minha família. As pessoas não sabem, mas a gente tinha uma origem humilde, do interior e religiosa. Eles nunca entenderiam", disse. "Nem sempre tinha o que comer, chegamos a ficar meses sem energia elétrica. Como é que eu ia levar mais um problema para eles?" O medo de revelar o segredo fez o ginasta conviver com insegurança, privando-se de sua liberdade. Ele chegou a usar disfarces para frequentar baladas e shows voltados ao público LGBT, como fez na noite em que foi a uma casa noturna acompanhado do também ginasta Michel Conceição. "Ele [Michel Conceição] me levou a uma balada gay, mesmo sendo proibido sair à noite na seleção. Eu fui todo disfarçado: bonê, óculos escuros, capuz. Isso se repetiria nos anos seguintes, era ridículo. Meus amigos livres, leves e soltos e eu lá, cheio de roupas, suando no calor, virando a cara quando alguém fixava o olhar", contou. O ginasta afirmou, ainda, que só recentemente teve coragem para ir a uma balada LGBT sem se esconder. "Há uns dias fui à Tokka,

uma festa gay em São Paulo. Aos 32 anos, fui pela primeira vez de cara limpa, sem disfarce, sem ter vergonha de ser quem eu sou, de viver o que eu quero viver. Para mim é uma libertação. Foi a primeira vez que realmente me diverti numa festa gay." A relação do atleta com a família também voltou ao normal, segundo ele. No início, houve um estranhamento, principalmente por sua mãe. "Minha mãe me aceita como eu sou. Minha mãe me ama. E eu amo meus pais e tudo o que eles fizeram para que eu, minha irmã e meu irmão chegássemos até aqui", disse. "Não escolhi ser gay, porque ser gay não é uma escolha. É simplesmente o que eu sou." Hypolito revelou ainda que sofreu abusos na ginástica artística que o fizeram ganhar coragem para assumir sua homossexualidade como forma de tentar combater isso. "Já me prenderam em um equipamento de treino apelidado de 'caixão da morte', já me fizeram segurar uma pilha com o ânus e já me deixaram pelado, junto com outros dois atletas, para escrever no nosso peito a frase 'Eu', 'sou', 'gay'. Uma palavra em cada um para nos humilhar", desabafou. "Eu preciso falar sobre essas coisas para que elas nunca mais se repitam. Ninguém precisa passar pelo que eu passei para ser campeão".



Diego Hypolito, 32 Iniciou carreira na ginástica artística em 2001. Participou das Olimpíadas de Pequim-2008 e Rio-2016, tendo conquistado uma prata no solo nos Jogos de Rio. Além disso, tem dois ouros em Mundiais, também no solo

Ataque homofóbico violento em PE deixa jovem com sequelas

Família conseguiu arrecadar R\$ 123 mil em vaquinha virtual para pagar pelo tratamento de Jefferson, 22

Dhiego Maia

SÃO PAULO Você quer voltar para casa? Se sim, pisque o olho. Você ama a mãe? Se sim, pisque o olho. Está sentido dor? Se sim, pisque o olho, por favor.

São nos olhos do filho que a dona de casa Etiene Feijó de Melo, 50, guarda a esperança de se comunicar com o cacula, mas o olhar dele parece perdido. Jefferson Anderson Feijó da Cruz, 22, não anda, não fala e perdeu as funções cognitivas — não discerne fatos e nem expressa emoções. Respira com a ajuda de uma traqueostomia e se alimenta por meio de sonda.

"Eu chorei muito nesse último Dia das Mães. Foi a primeira vez que não escutei ele dizendo: 'mãinha, te amo'", afirma Etiene.

Faz seis meses que o estudante está preso a uma cama de hospital após ter sido espancado, apedrejado e espancado a pauladas por um agressor. O motivo: Jefferson é gay. O crime chocou a pesquisa na Moreno, cidade dormitório da região metropolitana do Recife (PE), e jogou luz na demora da Justiça em prender o acusado identificado no inquérito policial e na denúncia do Ministério Público. A defesa do acusado, um jovem de 25 anos, não foi localizada pela Folha.

Naquele 7 de dezembro de 2018, Jefferson estava com o sorriso largo, lembra Gabrielle Maria da Conceição, 19. Ela e mais cinco amigos foram convidados por ele para uma noite regada a cachaça na praça da Bandeira, lugar mais descolado da cidade de 62 mil habitantes.

Jefferson tinha motivos para comemorar. Havia concluído o ensino médio e planejava com a ajuda do pai entrar na universidade. Contou aos amigos que queria ser fotógrafo e também pensava em cursar direito.

A amiga diz que o encontro avançou pela madrugada, porque a cidade também estava em festa. Era dia de Nossa Se-



Acima, Jefferson no hospital com a mãe, Etiene; ao lado, o estudante antes do ataque
Fotos Divulgação

nhora da Conceição, santa padroeira de Moreno.

Entre um gole e outro, a adolescente conta que viu o acusado, um homem que ela conhecia apenas de vista, se aproximar aos poucos do amigo. Na primeira investida, ele pediu

um gole de cachaça. Um tempo depois, quis beijar Jefferson. "Dá para a gente ficar?", teria perguntado o acusado.

Segundo Gabrielle, Jefferson respondeu: "Oxe, eu tenho namorado e não preciso disso, não". Ao longo daque-

la madrugada, a adolescente diz que Jefferson reclamou muito que o acusado estava "encharcando", uma gíria local que significa "insistindo".

Em uma das idas ao banheiro com o amigo, Gabrielle diz que Jefferson contou que se sentia ameaçado sendo gay e vivendo no interior do Brasil. "Eu ia ficar tão mal se separasse por ser gay que nem teria coragem de sair de casa", disse ele, segundo a amiga.

Minutos depois de revelar o medo, ele entraria nas estatísticas de violência contra os LGBTs no país. De acordo com o Atlas da Violência do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), cresceu 10% o número de notificações de agressão contra gays e 35% contra bissexuais de 2015 para 2016, chegando a um total de 5,930 casos — de abuso sexual a tortura.

Jefferson foi espancado quando saiu da praça para urinar pela segunda vez em um beco do prédio do Detran (Departamento de Trânsito) de Moreno. Ele foi segurado pelo acusado, que depois foi visto pelos amigos da vítima com as mãos ensanguentadas, além de ter sido gravado por câmeras de segurança deixando o local do crime.

"Eu perguntei: cadê o Jefferson? Ele me empurrou e disse que o Jeff estava vindo", conta a amiga Gabrielle.

Não se sabe quanto tempo durou a sessão de tortura. A maioria dos golpes, segundo a Polícia Civil, atingiu a cabeça da vítima.

Jefferson foi encontrado banhado de sangue e desacordado. Estava de bruços, com a cueca deslizada até os joelhos e a camiseta levantada.

Russeau Vieira de Araújo, promotor responsável pelo caso, disse que o acusado teve duas intenções. "A primeira foi a de estuprar o rapaz e, a segunda, mediante violência física, de subtrair o celular dele", diz.

Jefferson foi socorrido pelos amigos e levado a uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento), mas deixou o local rapidamente devido ao agravamento de sua saúde. "Ele estava desfigurado", diz o tio George Dean de Oliveira, 49.

No Hospital da Restauração, no Recife, foi para a UTI, onde ficou um mês em coma. Com um quadro mais estável, foi transferido ao Hospital Tricentenário, em Olinda (PE), onde está internado hoje.

O episódio mudou os rumos da família Feijó de Melo. Etiene se mudou para Olinda com o marido, Marcos, para uma casa colada ao Tricentenário. "Toda a atenção é para ele. Espero ver meu filho sair disso um dia", diz a mãe.

A família deve contratar em breve uma equipe composta por enfermeira, fisioterapeuta e fonoaudiólogo para prestar assistência ao filho em casa.

"Sem esse apoio multiprofissional, eu não posso liberar o paciente, que apresenta sequelas neurológicas graves", afirma o médico Antonio Neto.

Assistência só será possível porque uma vaquinha virtual arrecadou R\$ 123 mil, com o apoio de 1.941 doadores.

Izabella Oliveira, prima de Jefferson e idealizadora da iniciativa, diz que o recurso trouxe alívio. "Sabemos que o Jeff vai precisar dessa assistência, talvez pela vida inteira. Estamos mais tranquilos, porque a nossa família não tem recurso para esse custeio".

Uma segunda vaquinha está em curso e prevê arrecadar mais R\$ 70 mil.

Etiene diz que a família é evangélica e sabia que Jefferson é gay, mas nunca havia tocado no assunto. "O máximo que eu podia era que ele não levasse nenhum homem para dentro de casa". Mas nada explica a violência que o filho sofreu, diz ela. "Queremos Justiça. Queremos que o rapaz que fez isso com ele seja preso. É o mínimo".

O promotor vê no episódio uma conotação homofóbica clara. "O acusado manteve um intenso assédio contra o Jefferson. E mesmo tendo recusada a prática sexual, esperou o estudante se colocar em posição de fragilidade para agredir e violentá-lo sexualmente a força", explica.

"O acusado é conhecido na cidade como 'papa frango', uma expressão usada para homens que fazem sexo com homens em troca de dinheiro", completa o promotor.

Apesar disso, diz Russeau, o acusado não foi denunciado por homofobia, mas por estupro com agravante de lesão corporal grave, além de roubo. "Ainda não havia previsão legal para tipificar a homofobia".

Foi no dia 23 de maio que o STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria dos ministros para enquadrar a homofobia como um dos crimes de racismo, até o Congresso aprovar lei sobre o tema.

Agora, diz o promotor, caberá à Justiça aceitar ou não o pedido de prisão preventiva do acusado.

Em nota, o Tribunal de Justiça de Pernambuco afirma que o processo está sob sigredo de Justiça por se tratar de crime sexual. O tribunal acrescenta que o juiz João Ricardo da Silva Neto, da Vara Criminal de Moreno, analisa o processo, que está na fase de instrução, desde 28 de fevereiro.

Pai e filha são achados mortos no interior de SP

SÃO PAULO | AGORA Um empresário de 57 anos e sua filha, de 9, foram encontrados mortos dentro de casa, na manhã de sábado (8), em Campos do Jordão (SP). A suspeita da polícia é que ambos tenham morrido após vazamento de gás.

Luiz Manoel Vasconcelos Rosa era proprietário de um comércio de couros na cidade. Uma funcionária dele relatou à polícia que estranhou o atraso do empresário e, por isso, resolveu ir até a casa de Rosa, no bairro Vila Laguaribe. Funcionários do condomínio onde ele residia abriram o imóvel. Dentro do local, as testemunhas ouviram um barulho e constataram que era de gás vazando. Um botijão caseiro estava acoplado ao sistema de aquecimento da casa e, por motivos ainda a serem esclarecidos, vazou.

Rosa e a filha estavam em cômodos diferentes, e os bombeiros constataram que estavam mortos.

O empresário era separado e a garota passava o fim de semana com o pai.

Alfredo Henrique

Ator de 'Chiquititas' e pais são mortos a tiros em São Paulo

SÃO PAULO | AGORA O ator Rafael Henrique Miguel, 22, que interpretou o personagem Bafoca na novela infantil "Chiquititas", do SBT, e os pais foram mortos a tiros na tarde deste domingo (9) no bairro Pedreira (zona sul da capital).

Segundo o boletim de ocorrência, o ator, acompanhado de seus pais, João Alcísio Miguel, 52, e Miriam Selma Miguel, 50, foi até a casa de sua namorada por volta das 14h para conversar com o pai dela sobre o namoro.

Enquanto aguardavam no portão da residência, o pai da garota, um comerciante de 48 anos, teria se aproximado e atirado contra os três, que morreram no local.

O suspeito fugiu, segundo a polícia. A motivação do crime é investigada pelo 8º DP (Jardim Miriam). Miguel também ficou conhecido por ter participado de um comercial em que pedia para a mãe comprar brócolis no supermercado. **AH**

Folha estreia novo podcast sobre diversidade sexual

SÃO PAULO A Folha estreia nesta segunda (10) o podcast "Todas as Letras", dedicado à diversidade sexual.

Estarão em pauta temas ligados ao universo LGBTQI+. A ideia é se dedicar às principais questões e demandas dessas letras da sigla que identifica lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers, intersexo e outros mais. O podcast discutirá ainda as discordâncias sociais e políticas sobre o tema.

O primeiro episódio narra a história de pessoas transgênero: do processo de descoberta e aceitação até a transição, que pode incluir hormônios e cirurgias.

A condução do podcast será feita por Renan Subeivicius, que também é responsável por roteiro e edição de som. O "Todas as Letras" é quinzenal e estará disponível no site da Folha e em todas as plataformas que disponibilizam podcasts, como Spotify, Deezer, Apple Podcasts, Google Podcasts, Castbox, entre outras.

Ministério de Cidadania apresenta

VOCÊ SÓ ESCOLHE O MELHOR PARA A SUA FAMÍLIA

TV Cultura. Formação, compromisso e qualidade por meio da Lei de incentivo à Cultura e do patrocínio de grandes marcas.

Patrocínio: CULTURA, GrupoBoticário, CPFL, amil

Realização: SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, REATORES DA PESQUISA, FÓRUM AMADA BRASIL

cotidiano



Participantes do 1º Congresso Igrejas e Comunidade LGBTI+, que discutiu religião e homossexualidade. Julio Cesar Silva/Divulgação

Evento critica 'comunidade de fé' que oprime diversidade

Congresso aconteceu em São Paulo entre Marcha para Jesus e Parada LGBTI+

Anna Virginia Balloussier

SÃO PAULO Quem eles querem enganar? Muita gente que foi à Marcha para Jesus era para estar lá. "Não vem porque está no armário", diz Wellington Santos. E aí você já viu: muitos evangélicos que foram, três dias depois, à Parada LGBTI+ diziam que lá iam para

evangelizar. "Vai naaaaaaada." Estamos numa paróquia católica, Wellington é pastor evangélico, e todos aqui defendem que é possível sair do armário sem deixar a igreja. O 1º Congresso Igrejas e Comunidade LGBTI+ começou em 20 de junho, dia de Marcha para Jesus, e terminou com um "bloco de fé" no domingo da

Parada LGBTI+, quando milhares lotaram a avenida Paulista. O evento ocorreu na Paróquia paulistana da Santíssima Trindade. São religiosos de vários credos, do monge budista ao padre católico, todos de linha progressista. Entre eles, há muitos pastores que são minoria entre evangélicos, segmento que apoia em peso

o presidente Jair Bolsonaro. Daí a receptividade a falas como a da pastora transexual Alexya Salvador: "Cada travesti, mulher trans, quando assassinada, ela só está recebendo as mesmas chicotadas que Cristo recebeu". A bancada evangélica fez lobby para evitar que o Supremo Tribunal Federal crimina-

lizasse a homofobia e a transfobia, o que acabou ocorrendo em maio. Contrariado pela corte, o bloco emitiu nota para criticar "o menosprezo à parcela heteroafetiva da sociedade", que teria sua liberdade religiosa restringida. Com colarinho d'heraldica e casaco nas cores do arco-íris, o reverendo Cristiano Valério diz ser comum ouvir que "Deus tem um plano para a sua vida". O que Ele estaria querendo dizer ao fiel: "O plano de Deus é você ficar quietinho aí. Não tem problema ser gay, só não dê muita pinta".

Para Cristiano, essa proposta não é verdadeiramente cristã: "Isso é deixar de existir: ficar dentro das denominações esperando que elas mudem... Para muita gente isso é morrer". Ele é líder na Igreja da Comunidade Metropolitana, que se define como protestante, ecumênica e inclusiva.

Wellington, da alagoana Igreja Batista do Pinheiro, diz que evangélicos tradicionais não querem papo. "Há três anos não sou convidado nem para batizado de boneca. Muitos fiéis compram a ideia de que um LGBTI+ pode contaminar todos ao redor. Nessas horas, gosta de lembrar do que ouviu de uma senhora de sua igreja: 'Se [um homossexual] der em cima do meu José, e José ceder, é porque é um viado 'véio'".

Essa feezir, mas foram várias as histórias de terror compartilhadas na sexta (2), quando a Folha acompanhou o debate. Uma delas foi contada pelo padre Paulo Sérgio Bezerra, da paróquia Nossa Senhora do Carmo (zona leste de São Paulo): o rapaz que o procurou, pois todos à sua volta, da Igreja Católica à família, recriminavam sua homossexualidade.

Matou-se no banheiro de um shopping. No bolso, um bilhete do pai com

indicação de um psicólogo. Não dá para "passar pano" para passagens bíblicas de fato homofóbicas, diz a trans Kasumi Takara, na plateia. Como está: "Se um homem se deitar com outro homem como quem se deita com uma mulher, ambos praticarão um ato repugnante. Terão que ser executados, pois merecem a morte" (Levítico 20:13).

Por isso é importante pôr a Bíblia sob escrutínio histórico, diz o pastor Will Barros, da paulistana Igreja Betesda. Afinal, se for levá-la ao pé da letra, há um trecho que proíbe mulheres de liderarem um culto religioso. Os evangélicos estariam dispostos a isso?

"Precisamos olhar a Bíblia não mais como um livro único de conduta, fé e prática. As narrativas podem ser muito produtivas para a vida, mas precisa ter um óculos, que é o do cristianismo. Se você não for cristão, vou usar outra expressão: o óculos do amor". Will saca então uma ideia do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984): a comunidade LGBTI+ deve "não somente se defender, mas também se afirmar, e não somente como identidade, mas também como força criativa", inclusive nos espaços de fé.

O congresso termina com uma carta aberta que critica as "comunidades de fé, sobretudo entre as cristãs, que se tornaram espaços de silenciamento, opressão, humilhação, exclusão e abuso espiritual, psíquico, econômico e sexual". Máximas como "Deus ama o pecador, mas odeia o pecado" e "macho e fêmea os criou", segundo o documento, produzem "medo, vergonha, culpa e silenciamento".

Contribuem, afirma o texto, para "reflexões familiares violentas, sofrimentos psíquicos, no limite, muitos casos de depressão e suicídio".

PM que pediu namorado em casamento é ameaçado na internet

Dhiego Maia

SÃO PAULO "Vou te caçar e vou te ensinar a virar homem na porrada." Essa é apenas uma das dezenas de ameaças recentes sofridas pelo soldado da Polícia Militar Leandro Prior, 28, gay militante pelos direitos LGBTI+ em São Paulo. A mensagem de um homossexual contra Prior teria sido escrita e enviada pelas redes sociais por um colega de farda da vítima, um sargento aposentado da Polícia Militar. Nas quatro mensagens do mesmo autor —todas repletas de palavras de baixo calão—, Leandro é convidado a "dar baixa" da corporação e é ameaçado de ser espancado, um corretivo para ele "não de-

sonhar a minha gloriosa PM". O soldado não pode dar entrevistas sobre o caso sem autorização. Em uma carta aberta publicada na internet, o PM disse que vai buscar reparação na Justiça. "Quanto às ameaças e injúrias recebidas, seja por membros da instituição ou não, todas elas já estão encaminhadas e sendo rigorosamente acompanhadas. Para os que destilam todo o seu ódio com seus discursos moralistas na internet, contando com a boa e velha impunidade à brasileira, aguardem o que está por vir, pois a Justiça virá", escreveu. Por meio de nota, a PM informou que "a Corregedoria investiga as ameaças contra o soldado PM Prior. O autor das

ameaças já foi identificado e será chamado para depor". Prior vem sendo alvo de um ataque homofóbico orquestrado desde que tentou pedir seu namorado em casamento na avenida Paulista durante a 23ª edição da Parada do Orgulho LGBT, realizada no dia 23 de junho na capital paulista. Na ocasião, o soldado foi impedido pela corporação de fazer a surpresa fardado por que as normas da instituição "não preveem o uso do fardamento por policial militar em folga durante manifestações", segundo nota da Polícia Militar. A instituição ressaltou que, também negou, há cinco anos, o pedido do grupo PMs de Cristo, que queria utilizar o uniforme na Marcha para Jesus.



O soldado Leandro Prior pede o namorado em casamento. Divulgação

Leandro cumpriu o seu plano, e no dia da parada, pediu a mão do olho de agência de modelos Elton da Silva Luiz, 26, no largo Coração de Jesus, no centro da capital paulista. No local, há uma base comunitária da PM. Após a repercussão do gesto, o militar diz que as ameaças só aumentaram. Em uma das mensagens, um internauta escreveu: "Você é uma vergonha para a organização da PM. Farei de tudo para destruir sua vida dentro dela". Em outra, um homem desejou que o soldado fosse expulso da instituição apenas por ser gay. "Esse cara tem que ser expulso da corporação. Como eu conheço bem a PM, a cama dele tá pronta.

É só a poeira baixar". Antonio Alexandre Dantas de Souza, advogado do soldado, disse que comunicou a Polícia Civil sobre as ameaças sofridas pelo seu cliente. "A polícia vai identificar, por meio de seus canais de inteligência, os autores das ameaças e, partir daí, apurar as responsabilidades cabíveis num inquérito policial". Na denúncia, o advogado quer que a autoridade policial investigue o crime como homofobia. Sobre a ameaça feita por um sargento aposentado da PM, o advogado afirmou que já sabe o nome do suspeito e que as mensagens escritas por ele também foram levadas ao conhecimento da Polícia Militar.

MORTES

coluna.obituário@grupofolha.com.br

Último líder da ALN, foi livro aberto dos anos de chumbo

CARLOS EUGÊNIO SARMENTO DA PAZ (1950-2019)

Caroline Amaral Coutinho

SÃO PAULO Carlos Eugênio Sarmento da Paz não foi um revolucionário comum por dois motivos: primeiro, porque foi um dos poucos que falou abertamente sobre seus anos

de luta armada contra a ditadura militar, segundo, porque sobreviveu para contar. Nascido em Maceió, em 1950, Eugênio conheceu Carlos Marighella, idealizador do movimento revolucionário, aos 15 anos, no Rio de Janeiro,

e se uniu a sua organização no ano seguinte. Em seguida, o comandante Clemente, como era conhecido, participou do assassinato de um capitão de assalto infiltrado na guerrilha e do militante da ALN Márcio Leite de Toledo. Também foi Eugênio quem disparou e matou Henning Bollesen, executivo que financiava as ações do DOI-Codi, órgão do Exército de repressão contra dissidentes. Começou uma fase de exílio em Havana, em 1973, e de-

pois viveu na França, onde estudou e compôs jazz. Quando voltou ao Brasil, em 1981, Eugênio trocou as armas pelas palavras. Começou a falar publicamente sobre sua experiência em diversas palestras e entrevistas. Com sua característica voz rouca e barba farta, era conhecido pelas pessoas próximas como um contador de histórias. Nunca foi preso, mas até hoje carrega a imagem de terrorista por militares e ex-membros do DOI-Codi, que ques-

tionaram sua anistia em 1982. Apesar da vida cercada de controvérsias, Eugênio sempre deixou claro que nunca se arrependeu. Como ele mesmo admitia: "Tenho profundo orgulho do que fiz. E faria de novo, tentando ser mais competente. Lutei pelo meu país". Morreu no último sábado (29), em Ribeirão Preto (SP), aos 69 anos. A notícia foi dada por sua esposa, a historiadora Maria Cláudia Badian Ribeiro, que afirmou que ele teve uma parada respiratória.

LUIZ CARLOS BARTUNEK
Aos 85, Solteiro. Crematório de Vila Alpina, av. Francisco Falconi, 437.
FORTUNE HAIM REABOI
Aos 61, casado. Cemitério Israelita do Butantã, av. Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia, 5.530.
LEAZ ZILBERMAN BULIS
Aos 93, viúva. Cemitério Israelita do Butantã, av. Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia, 5.530.
MILTON PEDRO DE ARAÚJO CINTRA
Aos 90, casado com Eunice de Araújo Cintra. Cemitério Jardim do Pêssego, rua Lososuke Okave, 911.



Os filhos Horácio, Eduardo e Regina, noras Martha e Verena, genro Célio, netos Carolina, Rodrigo,

Gabriel, Maria e Antonio, participam do falecimento da querida

SYLVIA LAFER PIVA

O velório está sendo realizado HOJE, dia 03/07, a partir das 07 horas, no Funeral Home,

à Rua São Carlos do Pinhal, 376, Bela Vista, com saída às 12 horas para Crematório do Horto da Paz.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3390-9100 e central 955; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.
Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3324-4000. Seg. a sex.: 8h às 20h. Sáb. e dom.: 10h às 17h.
Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (pelo sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3324-3305 do meio-dia às 19h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

'Sincericídio' bolsonarista

Seríamos nós covardes e insinceros?

Vera Iaconelli

Diretora do Instituto Gerar autora de "O Mal-estar na Maternidade". É doutora em psicologia pela USP

Na nova série inglesa "Years and Years" (2019), vemos Emma Thompson interpretar Vivienne Rook, personagem-síntese dos políticos atuais, pesado de vários países do mundo. Sua ascensão se dá a partir de falas indecentes que provocam diferentes efeitos em ingleses atônitos.

Trata-se de candidatura inexpressiva, que deveria ter suas pretensões políticas abortadas pela ignorância que demonstra durante os debates.

Mas a lógica não é o forte entre humanos. A personagem

chama a atenção do público ao dizer que não dá "a mínima", digamos assim ("I don't give a shit"), para os refugiados. O escândalo causado pela ultrajante frase tem o efeito desejado: tira o foco de sua incompetência para o cargo e faz com que todos queiram saber quem é essa mulher que tem a "coragem" de dizer o que pensa publicamente.

O desfecho dessa ficção é bem conhecido por nós: vencer o pior. Com a diferença que aqui, na versão colonial, o candidato Bolsonaro nem se dig-

nou a ir aos debates. Justificava a ausência com a falta de tempo, enquanto, na verdade, dava entrevista para mídias parceiras no horário dos programas.

Dizer tudo o que vem à cabeça tem um efeito catártico sobre nós. Afinal, são anos de aprendizado para nós tornarmos educados uns com os outros. Para não desprezitar, não magoar, mas também para não ser processado, não apunhalado, não ser morto. Anos de educação para evitar o pior tipo de interação social:

a violência.

O que cada um de nós pensa dos outros é de foro íntimo — e não costuma ser muito melhor do que Rook ou Bolsonaro revelam —, mas o que cada um de nós está autorizado a expressar publicamente é uma questão ética. Você pode falar o que quiser, na condição de assumir as sanções decorrentes.

Esse é o pacto que sustenta o laço social, e sem ele estamos perdidos. É só acompanhar os efeitos nefastos que falas violentas e injustas têm na esco-

la, na família, no trabalho e no país. O que é o bullying senão a "coragem" de expressar o ódio ao outro livremente?

A luta contra o bullying não se baseia na pretensão de garantir a mudança de opiniões, mas em exigir que elas sejam devidamente guardadas para si. O "sincericídio" é o oposto da assertividade, pois esta última revela a capacidade de nos implicarmos nas opiniões que emitimos.

Frases como "Pergunta para as vítimas [dos presidiários decapitados] o que elas acharam" dizem pouco sobre os presidiários de Altamira e suas vítimas, mas muito sobre Jair Messias. Não importa se as vítimas de assumir as sanções seriam mortas — certamente, algumas o desejavam. O que importa é que, entre nós e nossos desejos incestuosos e homicidas, existe o parco ver-

niz da civilização, conquista a duras penas.

Não podemos ter a fantasia de erradicar em nós mesmos nossa violência, pois ela é fruto da nossa dificuldade estrutural de lidar com a alteridade e com partes nossas que desconhecemos. Mas é imperativo que não imputemos ao outro nossas limitações.

A perversidade está em apre-sentar aquilo que é interdito como sendo uma virtude, o sadismo que nos habita como sinal de coragem e valor. A perversidade, contra a qual lutamos em nós mesmos, foi alcançada à política de Estado.

É como se o valentão da escola — que, na verdade, é um covarde — se tornasse o diretor. Quanto mais Bolsonaro manipula o pior em nós, mais revela sua intenção de tirar o foco de sua incompetência espetacular e sem precedentes. E de permanecer no poder, é claro.

DOM. Antonio Prata | SEG. Tabata Amaral, Antonia Pellegrino e Manoela Miklos | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabo, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tatá Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho P*

Oito meses após o crime, polícia prende suspeito de ataque homofóbico em PE

SÃO PAULO A Polícia Civil de Pernambuco prendeu um suspeito de estuprar e espancar o estudante Jefferson Anderson Feijó da Cruz, 23.

Robson da Silva Alexandre, 25, foi preso preventivamente após decisão judicial. O nome dele já constava na denúncia policial e na denúncia do Ministério Público, mas a prisão, no dia 1º, só se deu quase oito meses após o crime.

A folha não localizou a defesa de Robson. A polícia ele negou participação no crime. O suspeito vai responder pelo crime de tentativa de homicídio, que, segundo as investigações do Ministério Público, foi motivado por homofobia.

Jefferson é gay. O crime, em 7 de dezembro de 2018, chocou a cidade de Moreno, no Grande Recife. Jefferson ficou com graves sequelas: não anda, não fala, se alimenta por sonda e perdeu as funções cognitivas.

"Recebi a notícia da prisão e senti um grande alívio. Vivi esses meses todos com muita angústia. O meu medo era que ele [suspeito] fizesse a mesma



O estudante Jefferson Feijó da Cruz em divulgação

coisa com outra pessoa", disse a dona de casa Etienne Feijó de Melo, mãe de Jefferson. O suspeito foi levado ao Cotel (Centro de Observação Criminológica e Triagem Professor Everardo Luna), em Abreu e Lima, para cumprir a prisão preventiva — que não tem prazo fixado para acabar.

Na noite em que foi agredido, Jefferson estava na festa do dia de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Moreno. Após sair da praça onde be-

bia com amigos, Jefferson foi seguido pelo suspeito, que depois foi visto com as mãos ensanguentadas — ele foi gravado por câmeras de segurança deixando o local do crime.

Não se sabe quanto tempo durou a sessão de tortura. A maioria dos golpes, segundo a Polícia Civil, atingiu a cabeça da vítima. Jefferson foi encontrado banhado de sangue e descorado. Estava de bruços, com a cueca descida até os joelhos e a camiseta levantada.

Ele ficou um mês em coma. Hoje, Jefferson responde bem ao tratamento, segundo a mãe. "Ele já mexe os pés e parece estar ouvindo tudo o que a gente fala. Para todos nós, isso é um grande avanço."

A assistência em casa, com enfermeira, fisioterapeuta e fonoaudiólogo, só foi possível porque uma vaquinha virtual arrecadou R\$ 123 mil, com o apoio de 1.941 doadores. Em nota, o Tribunal de Justiça de Pernambuco afirmou que o processo está sob segredo de Justiça por se tratar de crime sexual. Dhiego Maia

Terremoto é registrado na costa do Nordeste

MACEIÓ (UOL) Um terremoto de 5,8 graus na escala Richter foi registrado às 22h40 deste domingo (4), a 163 km do arquipélago de São Pedro e São Paulo.

O conjunto de dez ilhotas fica a 972 km de Natal (RN).

O suposto risco de tsunami não entra nos assuntos mais comentados do Twitter nesta segunda. Segundo o Laboratório Sismológico da UFRN, porém, esse tipo de terremoto não gera tsunamis, por causa do tipo de movimento das placas — a magnitude também não teria sido suficiente.

Justiça decreta prisão preventiva de 6 suspeitos de roubo de ouro

SÃO PAULO | AGORA A Justiça de Guarulhos decretou nesta segunda (5) as prisões preventivas de seis suspeitos envolvidos no roubo de 720 kg de ouro em um carro-forte no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em 25 de julho. O material é estimado em R\$ 120 milhões.

Segundo a 5ª Delegacia de Investigações de Crimes Contra o Patrimônio, responsável pelas apurações, as informações reunidas até aqui permitiram identificar e prender quatro envolvidos, além de indicar outras duas pessoas, agora procuradas. Durante a ação dos bandi-

dos, que durou menos de cinco minutos, não houve tiros e ninguém ficou ferido. Para a polícia, ao menos dez pessoas participaram do crime.

Dos seis suspeitos, quatro estavam com prisão preventiva decretada. Outros dois estão em local desconhecido. Eles responderão por roubo de associação de criminosos. O Ministério Público tem 15 dias para se manifestar.

Na quinta (1º), agentes do Deic encontraram peças de uma ambulância que teria sido usada pela quadrilha. O veículo foi achado em um matagal na zona rural de Ferraz de Vasconcelos.

Dia dos Pais LAFER

40% de desconto em **10x** no cartão

Patrona reclinável Kiri

interdomus LAFER

R. da Lavagem 6 | 3208.4722 • Shop Moema Av. Ibirapuera 3303 T. 5535.4193
R. Teodoro Sampaio 1709 T. 3812.2296 • Shop D&D 3043.9239 www.lafer.com.br

classificados | Para anunciar acesse folha.com/classificados

SAIBA COMO ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA

- 1 ANÚNCIO PADRÃO**
- 2 DESTAQUE NO TÍTULO**
- 3 DESTAQUE NO TELEFONE**
- 4 DESTAQUE NO E-MAIL**
- 5 ANÚNCIO COM LOGOTIPO**
- 6 MÓDULOS**
- 7 ANÚNCIO COM FOTO NA INTERNET**

FORMAS DE PAGAMENTO: Cartão de Crédito, Débito em Conta, Boleto Bancário ou pagamento à vista. Ligue e anuncie: **11 3224-4000**

Os anúncios com este símbolo têm fotos, para vê-las digite o código que acompanha o sinal no site folha.com/classificados

MAIS OFERTAS NO SITE [FOLHA.COM.BR/CLASSIFICADOS](http://folha.com.br/classificados)

IMÓVEIS

PRODUTOS E SERVIÇOS

AG-COMPRO-MOEDAS -MOEDAS -CANETAS -SELOS

COMUNICADOS

DETERVELUZ

ACOMPANHANTES

CLÍNICA E MASSAGENS

FRANCE-BEL

EMPREGOS

EMPREGADOS PROCURADOS

MASSAG TERAPÊUTICA

MASS. CLÁSSICA TERAPÊUTICA

ESPAÇO VERDEIRO

CLÍNICA KAHNAN

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA

11/3224-4000

www.folha.com.br/acervo

FOLHA

Os últimos 98 anos, exatamente como foram impressos, agora na tela do seu computador.

marina dias

Brasileira se recusa a depilar trans e é acusada de discriminação no Canadá

Outras 15 profissionais são alvo de ações movidas por Jessica Yaniv, que alega ser vítima de preconceito

WASHINGTON

Quando decidiu abrir uma sala de depilação em sua casa, Márcia da Silva não imaginava que seria acusada de discriminação em um tribunal de direitos humanos no Canadá. A brasileira, que vive com o marido e os filhos em Vancouver, recusou-se a depilar Jessica Yaniv, uma mulher transexual que alega ter sido vítima de preconceito e agora exige indenização que pode chegar a US\$5 mil (cerca de R\$ 60 mil).

Em julho, durante audiência acalorada no British Columbia Human Rights Tribunal, Yaniv associou a brasileira a neonazistas e disse que a corte inauguraria um precedente perigoso se não decidisse em seu favor.

O caso abriu discussão entre especialistas sobre até que ponto um prestador de serviço pode se recusar a atender um cliente baseado em sua identidade de gênero. Mas o debate foi além.

Feministas acusam Yaniv de se aproveitar da sensibilidade do tema para prejudicar imigrantes e ganhar dinheiro às custas de pessoas que estão no país em busca de melhores condições de vida.

Silva é uma das 16 mulheres processadas pela transexual somente neste ano. Ela diz que precisou fechar as portas de seu negócio diante da repercussão negativa do episódio.

A maioria das acusadas por Yaniv tem ascendência do Sudeste Asiático, região que abriga algumas das nações islâmicas mais populosas do mundo.

As mulheres negam qualquer tipo de comportamento discriminatório e argumentam que se recusaram a atender a por questões de ordem religiosa e cultural.

Em sociedades que seguem interações conservadoras do Islã, a interação entre diferentes gêneros é tabu. Casos de transexualidade desafiam

regras sociais e são recebidos muitas vezes com rejeição.

A brasileira, por sua vez, diz não ter a técnica necessária para depilar uma virilha masculina e que não quis prestar o serviço também por questões de segurança, porque, após a recusa, Yaniv teria mandado mensagens intimidatórias a Silva.

"A posição não é sobre gênero, é sobre técnica", afirmou à Folha Jay Cameron, advogado de Silva. "Ela se recusou a fazer depilação em uma pessoa que se identificou como mulher mas tem genitália masculina. Ela não depila genitália masculina, não se sente confortável fazendo isso, e não era um serviço que ela oferecia."

O advogado é integrante do Centro de Justiça para Liberdades Constitucionais, que defende outras quatro mulheres contra Yaniv — três delas imigrantes.

"Não posso especular sobre a motivação [da transexual]. O que posso dizer é que um número significativo de pessoas contra quem ela foi ao tribunal é de estrangeiras. Muitas são pobres e só prestavam serviços no bairro. Silva precisou fechar o negócio e outras tantas estão com problemas como depressão e ansiedade."

Durante a audiência no mês passado, Yaniv disse que as esteticistas estavam "forçando suas crenças na sociedade" ao se recusarem a atender a por justificativa cultural ou religiosa.

Sobre a brasileira, explica o advogado, a acusadora chamou de neonazistas aqueles que não prestavam serviços a pessoas que têm órgãos reprodutivos masculinos mas se reconhecem como mulher.

"Não foi especificamente sobre Silva, mas ela fez uma comparação, e minha cliente tinha se recusado a atender a nesse sentido", afirmou.

Yaniv seria o primeiro atendimento de caráter profissional da brasileira. Antes de



Jessica Yaniv acusa principalmente mulheres do Sudeste Asiático

“ Ela se recusou a fazer depilação em uma pessoa que se identificou como mulher mas tem genitália masculina. [...] Ela não se sente confortável fazendo isso, e não era um serviço que oferecia

Jay Cameron
advogado da brasileira acusada

abrir a sala ao público, costumava fazer o serviço apenas para amigos e familiares.

No ano passado, decidiu colocar um anúncio dos atendimentos no Facebook e foi contactada pela mulher transexual que hoje a processa.

Segundo Cameron, a foto do perfil na rede social não mostrava Yaniv e, somente com a

troca de mensagens via celular, Silva percebeu que se tratava de uma pessoa biologicamente definida como homem.

"O contato inicial era de alguém que seria biologicamente mulher, mas, depois que Silva deu seu número de telefone, percebeu que a pessoa era biologicamente homem, então informo que não era um serviço que ela fazia", disse.

Ainda de acordo com o advogado, após o cancelamento da sessão, Yaniv continuou enviando mensagens para constranger a brasileira.

"Pela minha segurança, disse não [ao serviço]", afirmou Silva durante audiência em julho, no tribunal canadense. Cameron diz esperar uma resolução para o caso até dezembro — as alegações finais serão apresentadas no tribunal em 27 de agosto.

As cortes de direitos humanos são responsáveis por revisar casos relativos a possíveis discriminações e não exigem que o reclamante pague por um advogado. Dessa forma, Yaniv pode representar a ela mesma no tribunal e levar sua mãe como testemunha, enquanto as acusadas precisam contratar um profissional para acompanhá-las.

As imigrantes têm tido dificuldade para pagar os advogados — nem todos atuam pro bono, como é o caso de Cameron — e encontrar quem aceite tratar do tema de identidade de gênero, considerada bastante delicada.

Mesmo com seus pronunciamentos nas redes sociais, Jessica Yaniv entrou na justiça para que seu nome não fosse divulgado pela imprensa local, que poderia usar o nome "J" para se referir a ela.

Na audiência de julho, porém, um integrante do tribunal de direitos humanos citou o interesse público pelo caso e a atividade online da transexual para julgar o pedido improcedente.

Identificada com nome e sobrenome, Yaniv se define como ativista de direitos humanos e da causa LGBTQ, mas tem tido que responder a críticas quase diárias sobre uma atuação que pode ser danosa a outras minorias.

A Folha tentou entrar em contato com Yaniv por meio do endereço de e-mail indicado em seu site, mas ela não respondeu às solicitações de entrevista.

ATIVISTAS PEDEM PERDÃO POR CONFRONTO EM AEROPORTO DE HONG KONG



A polícia entrou em confronto com manifestantes de Hong Kong em mais um dia de protestos no território nesta quarta-feira (14). Em Sham Shui, bombas de gás lacrimogêneo foram arrojadas contra os ativistas. O aeroporto do território, no entanto, teve sua operação normalizada após manifestações no local levarem ao cancelamento de voos por dois dias

seguidos. Por causa de confrontos com policiais no terminal, o oitavo mais movimentado do mundo, os ativistas pediram desculpas. "Estávamos apenas muito assustados", afirmaram, em uma publicação em um canal usado por eles em redes sociais. "A nossa polícia nos atacou, o governo nos traiu, as instituições sociais nos decepcionaram. Por favor, nos ajude." AFP

Após filas e mortes, apenas alpinistas experientes poderão escalar o Everest

KATMANDU | REUTERS Para escalar o Everest e outras montanhas do Nepal, será necessário comprovar experiência em escalada em altitudes elevadas, determinou nesta quarta-feira (14) uma comissão formada pelo governo do país.

A mudança ocorre após a morte ou desaparecimento, em maio, de 11 alpinistas na montanha de 8.850 m — 9 no lado nepalês e 2 no tibetano. A imagem da fila de pessoas esperando sua vez de chegar ao cume rodou o mundo.

"Alpinistas de Sagarmatha [nome nepalês do Monte Everest] e outras montanhas de 8.000 metros devem passar por treinamento básico e de altitude elevada", apontou a comissão, em um relatório enviado ao governo.

O documento determina que aqueles que querem escalar o Everest deverão subir antes ao menos um pico nepalês acima de 6.500 metros para então obter a permissão.

Os alpinistas precisarão ainda apresentar atestado de boa saúde e condicionamento físico e devem ser acompanhados por guia nepalês treinado.

Ghanshyam Upadhyaya, alto funcionário do Ministério do Turismo, disse que as recomendações ainda serão implementadas. "O governo fará agora as mudanças necessárias nas leis e regulamentos que guiam o alpinismo."

Mira Acharya, membro da comissão, afirmou que "os alpinistas morreram devido a doenças favorecidas pela altitude — ataque cardíaco, exaustão ou fraqueza —, e não devido a engarrafamentos".

Ela ainda disse que a provisão compulsória de guias para cada escalador deve desencorajar tentativas individuais que colocam vidas em risco.

Outras medidas incluem aprimorar o sistema de previsão do tempo e a fixação de

cordas de segurança ao longo do trajeto, para que alpinistas tenham mais tempo para fazer a escalada.

A comissão, formada por funcionários do governo, especialistas em escalada e agências de alpinistas, foi criada depois que escaladores e guias criticaram as autoridades devido às mortes na montanha. Pelas regras anteriores, qualquer pessoa que pagasse US\$ 11 mil (cerca de R\$ 44 mil) poderia escalar o Everest.

O Nepal emitiu 381 licenças para subir a montanha na temporada de escalada deste ano, que costuma ter seu auge em maio, quando há mais horas de luz do dia e o clima é mais tolerável.

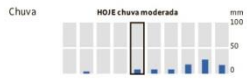
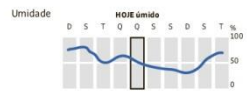
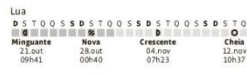
A grande quantidade de pessoas que tentaram subir o Everest gerou uma aglomeração na chamada zona de morte, onde o ar é muito rarefeito. A fila chegou a ter cem pessoas, que colocaram suas vidas em risco, pois a espera consumia as reservas dos tanques de oxigênio além do previsto.

O Nepal possui 8 das 14 montanhas mais altas do mundo e a escalada de montanhas é uma fonte importante de emprego e renda para o país. Desde que as autoridades locais liberaram a subida ao Monte Everest na década de 1990, as expedições comerciais aumentaram e, portanto, o número de alpinistas.



cotidiano

ATMOSFERA

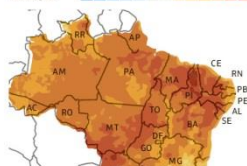


NO ESTADO



	Hoje	Amanhã	Sábado
Araçatuba	19 33	21 34	21 35
Avare	16 31	18 31	18 31
Bauri	18 32	20 32	20 32
Campinas	18 30	19 32	19 32
C. do Jordão	12 24	14 23	13 24
Catanduba	18 32	20 33	20 34
Franca	17 29	19 31	20 31
Guape	16 27	18 26	18 25
Itapeva	13 26	14 28	15 30
Marília	17 31	19 31	19 31
Pracaba	18 31	19 33	19 33
Pres. Prudente	18 33	20 35	21 35
Ribeirão Preto	20 33	21 34	21 35
Santos	18 27	19 28	20 26
São Carlos	17 30	18 31	19 33
S. J. do R. Preto	20 33	22 34	22 35
S. J. dos Campos	22 35	24 36	24 36
Sorocaba	15 28	16 30	17 32
Ubatuba	17 27	19 30	20 30
Votuporanga	19 34	21 35	21 36

NO BRASIL



	Hoje	Amanhã	Sábado
Araçuaí	24 30	24 30	23 31
Belém	24 35	24 34	24 34
Belo Horizonte	20 32	21 32	21 33
Boa Vista	23 33	24 32	23 33
Brasília	19 25	19 26	19 29
Campo Grande	19 33	21 35	22 35
Coahuá	22 35	24 36	24 36
Curitiba	14 27	15 28	16 24
Florianópolis	19 28	19 25	18 26
Fortaleza	24 33	24 33	24 33
Goiania	20 31	20 32	21 32
José Pessoa	23 33	23 30	23 30
Macapá	22 33	22 33	24 33
Maceió	21 30	21 30	22 30
Manaus	24 33	24 34	24 34
Natal	23 30	23 30	23 30
Palmas	23 33	23 34	24 33
Porto Alegre	15 27	14 26	14 31
Porto Velho	24 34	24 32	24 33
Recife	20 30	20 31	21 29
Rio Branco	22 32	23 31	22 32
Rio de Janeiro	18 30	19 32	20 30
Salvador	23 31	23 32	24 31
São Luís	24 32	24 33	24 33
São Paulo	20 30	16 30	17 38
Teresina	23 38	22 38	23 37
Vitória	20 26	20 28	21 27

Veja dados atualizados em: folha.com.br/tempo. Fonte: Climatempo (climatempo.com.br)

Dona de patente nega abuso em tratamento para hepatite

Representação da Defensoria mostra aumento de 1.422% no preço de remédio

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO A farmacêutica americana Gilead negou na terça (22) as acusações de abuso de direito decorrente da patente na venda do medicamento sofosbuvir, que cura a hepatite C em 95% dos casos. A acusação foi feita em uma representação ao Cade, órgão que regula a concorrência no Brasil, protocolada pela Defensoria Pública da União, pelos Médicos sem Fronteiras e por outras sete entidades. Na representação, as entidades afirmam que a Gilead aumentou em 1.421,85% o preço médio do medicamento sofosbuvir em vendas a órgãos públicos desde que passou a valer a patente concedida pelo Inpi (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), em janeiro deste ano.

Em nota, a Gilead afirmou que a acusação causa estranheza, porque a empresa não fornece medicamento ao Ministério da Saúde desde 2017. No entanto, a representação levou em conta 56 compras públicas entre 2016 e 2019 não apenas do governo federal, mas também de governos estaduais e municipais.

No período em que a Gilead teve a concorrência em pregões do sofosbuvir genérico fabricado pela Blauer Farmanguinhos, de julho de 2018 a janeiro de 2019, o preço médio da cápsula caiu de R\$ 639,29 para R\$ 64,84, segundo a representação. Após a concessão da cartapente à Gilead, em janeiro de 2019, o preço médio do me-

dicação passou de R\$ 64,84 para R\$ 986,57, segundo a representação —ou seja, aumento de 1.421,85%.

A Gilead afirma que a venda a governos estaduais e municipais se dá através de distribuidores autorizados, e não diretamente pela empresa. E diz que "a concessão da patente, em janeiro do corrente ano, foi absolutamente irrelevante no estabelecimento de preços de medicamentos para o tratamento da hepatite C".

Para embasar seu argumento, a Gilead afirma que no início deste ano foi realizado pregão número 105/2018 pelo Ministério da Saúde, visando a aquisição de medicamentos para o tratamento da hepatite C. Participaram a Gilead, uma empresa oferecendo medica-

mento genérico e outras que possuem produtos com princípio ativo diferente. A Gilead venceu apresentando o menor custo por tratamento.

De fato, a Gilead venceu oferecendo o tratamento de menor custo. No entanto, a empresa omite que nesta ocasião ainda tinha a concorrência do genérico.

O pregão dessa compra foi realizado em 16 de janeiro de 2019, um dia após a concessão da patente à Gilead, mas o edital de abertura do pregão foi publicado em 27 de dezembro de 2018, o que permitiu que a Blauer Farmanguinhos participasse da licitação e que houvesse concorrência de preços. Em dois pregões após a patente estar em vigor, a Gilead foi a única a oferecer o medicamento: em 28 de fevereiro de 2019, pregão municipal de São Vicente (SP); e em 22 de abril de 2019, pregão do estado de São Paulo 107/2019.

Nesses dois pregões, em que não havia concorrência no sofosbuvir, o preço médio por cápsula ficou em R\$ 986,57 —ou seja, aumento de 1.421,85%.

No ano passado, o sofosbuvir ficou no centro de uma batalha judicial sobre a patente do medicamento. Em setembro de 2018, a Folha mostrou que a Gilead estava barrando a compra de um medicamento genérico para hepatite C que geraria uma economia de cerca de R\$ 1 bilhão ao ano para o governo brasileiro.

O sofosbuvir é um antiviral que revolucionou o tratamento de hepatite C desde 2014. Antes dele, a terapia mais efica-

z disponível curava em apenas 26% dos casos. No Brasil, estima-se que existam 700 mil pessoas com hepatite C.

Em 2018, o Ministério da Saúde anunciou um plano para eliminar a hepatite C até 2025, e o SUS passou a tratar todos os pacientes com os novos antivirais, e não apenas os mais graves. Mas o aumento de preços dos medicamentos limita o número de pessoas tratadas. Em audiência pública na segunda-feira (21) o Ministério da Saúde anunciou que fará uma nova licitação na segunda quinzena de novembro para reabastecer a rede pública, com compra de 50 mil tratamentos. As entidades temem que, sem concorrência, o preço do sofosbuvir seja altíssimo, limitando o número de tratamentos que o governo poderá comprar.

A representação foi embasada no estudo "Abuso de direito patrimonial e prática de preços abusivos no caso hepatite C e sofosbuvir", coordenado pelo professor Calixto Salomão Filho, professor da Faculdade de Direito da USP.

"Esse é um caso clássico de abuso de posição dominante que tem tido implicações sociais graves", diz Salomão Filho. "Será o sofosbuvir um medicamento essencial no tratamento da hepatite C, e não podendo ser substituído por outro, a empresa detentora da patente abusou de sua posição dominante no mercado, praticando preços que atentaram contra a capacidade do Estado de garantir o direito fundamental à saúde."

R\$ 64,84

preço médio da cápsula de sofosbuvir da Gilead de jan.18 a jan.19, quando havia a concorrência com o genérico

R\$ 986,57

preço médio da cápsula do remédio após jan.19, quando a Gilead obteve a patente, um aumento de 1.421,85%

700 mil

pessoas têm hepatite C no Brasil, segundo estimativa, sendo que 30% não sabem



Destroços dos carros e da moto após batida na Radial Leste. Marcelo Gonçalves/Sigmapress/Folhapress

Sem CNH, motorista de 18 anos em carro de luxo mata motociclista em SP

SÃO PAULO Sem habilitação, em alta velocidade, no volante de um carro de luxo, um homem de 18 anos provocou um acidente que atingiu três veículos e matou um motociclista de 27 anos na avenida Alcântara Machado, a Radial Leste, na capital paulista, na noite de terça-feira (22).

Omotorista, Gustavo Amaro da Silva, foi preso em flagrante e autuado por homicídio culposo —quando não há intenção de matar— na direção de veículo automotor e por dirigir sem a CNH (Carteira Nacional de Habilitação).

Ele teria completado a maioridade este mês e estaria dirigindo a BMW X1 do pai. O carro, que é avaliado em cerca de R\$ 200 mil, foi apreendido para perícia.

A Secretária da Seguradora Pública, do governo João Dória (PSDB) não informou se Silva realizou o teste do bafômetro e se o resultado foi positivo ou negativo para

consumo de álcool. Testemunhas afirmaram que ele conduzia o automóvel em alta velocidade no sentido centro quando perdeu o controle, invadiu o canteiro central, derrubou uma árvore e colidiu contra outros dois carros e uma motocicleta na pista contrária.

O motociclista morreu no local. Era o empresário, produtor audiovisual e fotógrafo Leandro Caproni, 27. Ele estava a caminho de casa na Vila Matilde. Caproni era dono da produtora de vídeo Sem Cortes Filmes e videomaker oficial da Batekoo, um movimento da comunidade negra.

Os condutores dos outros dois carros sofreram ferimentos leves e não precisaram de atendimento.

Segundo a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), o acidente aconteceu no sentido bairro da Radial, próximo ao cruzamento com a rua Wanderkolk, na Mooca, por volta

das 22h35. Equipes bloquearam duas faixas da Radial, no sentido bairro, o que deixou só uma pista liberada. Ainda assim, em razão do horário, não houve grande retenção de fluxo. O trânsito foi completamente liberado às 23h30.

Número de mortes no trânsito na cidade de São Paulo voltou a subir depois de três anos de queda, segundo dados da CET. No ano passado, a cidade registrou 849 mortes, contra 797 em 2017, uma alta de 6,5%.

No país, são cerca de 37 mil mortos em ruas e estradas por ano —número que equivale a uma morte a cada 12 minutos ou à queda de um jato lotado a cada dois dias.

O topo do ranking de vítimas no trânsito é ocupado pelos motociclistas (naturalmente mais expostos a riscos). Em 2016, segundo o Ministério da Saúde, 23% das mortes eram de motociclistas —ocupantes de carros são 24% e pedestres, 21%.

Homem leva 4 tiros após beijar namorado na BA

SÃO PAULO Um homem de 33 anos foi agredido e levou quatro tiros depois de beijar o namorado em um bar na cidade de Camaçari, na região metropolitana de Salvador, na noite do último domingo (23).

O suspeito fugiu. O caso está sendo investigado como suposto crime de homofobia. O Supremo Tribunal Federal decidiu, em junho, que a homofobia e a transfobia equivalem ao crime de racismo.

Segundo a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia, Marcelo Macedo beijava o namorado quando um indivíduo não identificado se aproximou e fez comentários homofóbicos.

Houve discussão e, em seguida, o homem sacou uma arma e disparou contra a vítima.

A Globo, a delegada que investiga o caso, Thais Siqueira, disse que conversou com Macedo e ele confirmou que o crime teve como motivação sua orientação sexual.

A vítima teria afirmado que, no momento da discussão, ele foi agredido por várias pessoas e caiu. Ao se levantar, levou quatro tiros. Os disparos atingiram um de seus braços e o abdômen, ferindo baço, fígado e rins.

Socorrido, Macedo está internado no Hospital Geral de Camaçari. De acordo com a delegada, ele passou por uma cirurgia e não corre risco de vida.

Relatório do GGB (Grupo Gay da Bahia) contabilizou mais de uma morte de pessoas LGBT por dia de janeiro a maio deste ano, com 141 casos. Em 2018, no mesmo período, houve 140 mortes.

Na BA, alvo de tiros por homofobia diz ter medo de sair de casa

Ajudante de cozinha de 33 anos foi baleado por beijar homem em bar em Camaçari, na região de Salvador

Franco Adailton

SALVADOR Sobrevivente de uma tentativa de homicídio motivada por homofobia, após levar quatro tiros na cidade de Camaçari, região metropolitana de Salvador, o ajudante de cozinha Marcelo Macedo dos Santos, 33, diz com medo de sair de casa depois do ataque.

Marcelo foi atingido no braço e no abdômen, após beijar um homem no bar onde estava entre amigos, no último dia 20. Devido aos disparos, perdeu o braço, teve um pulmão perfurado e, por pouco, não entrou para as estatísticas de mortos por homofobia no Brasil.

Somente neste ano, 23 pessoas foram assassinadas na Bahia por ataques homofóbicos, segundo o presidente do Grupo Gay da Bahia, Marcelo Cerqueira. A Secretaria da Segurança Pública não discrimina crimes de homofobia nas ocorrências.

Marcelo diz que, aos poucos, está se recuperando fisicamente, mas que toma duas medicações para amenizar as fortes dores no corpo. "Eu passei por cirurgia para retirar o braço, usei dreno e sonda. Mas o pior é o medo, por mim, por minha família. Medo de que pode acontecer".

O receio maior, diz, é saber que os três agressores, um deles apontado como um policial militar, estão soltos. O trio



Marcelo Macedo dos Santos, 33, com os curativos após levar quatro tiros em Camaçari. Arquivo pessoal

se apresentou na 18ª Delegacia (Camaçari), foi ouvido e liberado. Responsável pelo caso, a delegada Thais Siqueira, tem dito que só vai se manifestar após concluir o inquérito. A reportagem não conseguiu ouvir os suspeitos.

Para superar o trauma, Marcelo tem contado com o apoio da família e dos amigos, que fizeram uma manifestação pública na cidade para cobrar agilidade na investigação. "Esse apoio tem sido fundamental para minha recuperação, que é o principal por agora". Do pouco que se recorda

"Não estávamos fazendo nada de explícito. Eles também trocaram beijos com as moças que estavam com eles. É a mesma coisa".

Depois de ser interpelado, diz, se levantou, o que fez os outros dois agressores saírem da mesa para espantá-lo junto com o terceiro. "Dai eu não consegui pensar mais em nada, a não ser que ia morrer. Tentei levantar depois dos tiros, mas não consegui".

Marcelo foi levado para o Hospital Geral de Camaçari, onde permaneceu internado até sábado passado (26). Foi da unidade de saúde que ele escreveu um desabafo nas redes sociais, que se espalhou pelo país e que passou de 3.300 comentários.

"Jamais imaginaria que um simples beijo geraria tanto ódio no coração de uma pessoa que se diz um ser humano", lamentou. "Nunca pensei que um policial, que é quem deveria nos proteger, faria uma coisa dessas".

Para o presidente do Grupo Gay da Bahia, Marcelo Cerqueira, crimes como esses refletem o pensamento machista do homem que se julga superior às pessoas que são diferentes dele, quer seja mulher, que sejam pessoas LGBTQI+.

Para ele, o caso ganhou repercussão tamanha a brutalidade dos agressores, diante de uma demonstração pública de carinho não tolerada pelos criminosos, que não aceitaram o momento de felicidade da vítima.

"A raiz de toda a homofobia reside no machismo ainda impregnado na sociedade, cujo homem se julga superior às mulheres, às pessoas LGBTQI+, pois, na avaliação dele, essas demonstrações de afeto são uma afronta à sua masculinidade", disse Cerqueira.

Jovens LGBT periféricos buscam apoio dentro da Igreja Católica

Daniel Freitas

SÃO PAULO | **AGÊNCIA MURAL** Homossexual, o estudante Gabriel Jádson, 23, se sentia diferente de seus dois irmãos e de outros meninos no Jardim Elisa Maria, bairro da Brasilândia, na zona norte de São Paulo, na infância.

"Quando tomei coragem para falar, minha mãe partiu para me bater, mas começou a chorar em seguida. Meu pai me viu como grande decepção para a família", diz.

O caminho para lidar com a situação ele encontrou na igreja. "Se não fosse a PJ, não sei onde estaria hoje. Poder dialogar com o grupo de jovens foi fundamental para o meu processo de aceitação".

A PJ é a Pastoral da Juventude da Igreja Católica, que tem atuação nas periferias de São Paulo. Os grupos tratam de políticas públicas e temas ligados à juventude. E passaram a incluir a situação vivida por LGBTs na capital.

Segundo a Arquidiocese de São Paulo, há cerca de 20 grupos de base instalados nas comunidades periféricas da cidade formados por jovens voluntários. Entre os objetivos está formar cristãos e cidadãos capazes de reconhecer a imagem de Cristo no outro, respeitando as diferenças de gênero, etnia, crença ou sexualidade.

No espaço, debatem o preconceito contra LGBTs na cidade onde 4 a cada 10 moradores já viram ou sofreram discriminação.

"É difícil quando não fazemos parte do conceito heteronormativo imposto. Com a pastoral, percebi que a pessoa pode, e deve, ser quem ela é em qualquer lugar, até na igreja", diz a estudante de enfermagem Samantha Souza, 22, que vive no Jardim Teresita, também na Brasilândia.

Mas até dentro da igreja o paulista Franklin Ferreira, 25, também da Vila Brasilândia, sofreu preconceito por parte de um membro do clero, que o expulsou por tê-lo visto de mãos dadas com o namorado.

A coordenadora regional da Pastoral da Juventude na Arquidiocese de São Paulo, Mônica Moreno, 23, diz que o coletivo busca a "civilização do amor" e uma sociedade mais igualitária. "Temos que acolher as pautas de diversidade e tratá-las como prioridade, pois fazem parte da vida da juventude. Jesus prega sobre o amor e o respeito ao próximo".

O coletivo tem como base a Teologia da Libertação, que prioriza os pobres. O movimento promove hoje uma campanha nacional para debater o enfrentamento dos ciclos de violência contra as mulheres nas comunidades.

Apesar da PJ estar na Igreja Católica há mais de 40 anos, a questão LGBT foi incluída na discussão há pouco tempo por demanda dos jovens que participam dos grupos — atuação do papa Francisco foi importante para a escuta feita com jovens.

MORTES

coluna.obituário@grupofolha.com.br

Desembargador, adotou a justiça como princípio de vida

ANTÔNIO SAPUCAIA DA SILVA (1938-2019)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO A frase "tem juiz que não sabe diferenciar um despacho judicial de um despacho de macumba", dita durante discurso de posse do cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas, em 2003, define corretamente a personalidade de Antônio Sapucaia da Silva, segundo a opinião do filho, o engenheiro mecânico Antônio Sapucaia da Silva Júnior, 54 anos.

"Meu pai sempre foi muito reservado, introspectivo, não gostava de ostentar, mas tinha um lado, de certa forma, brincalhão". De acordo com o filho, em meio aos comentários, soltava algumas frases de efeito, e esta ficou marcada em sua história.

Silva nasceu em Murici (AL), mas foi registrado em Rio Largo e adotou Pilar como sua cidade, porque mudou-se para lá ainda criança. O seu ídolo, o escritor Arthur Ramos, era pilarense.

O primeiro emprego foi na Mesbla, como auxiliar de escritório. Entrou para a magistratura em 1971 e atuou nas comarcas de Água Branca, Colônia Leopoldina, Atalaia, Viçosa e Macaíba.

Ele foi desembargador durante quatro anos e depois, em 2007, assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

Aposentou-se do judiciário no ano seguinte e aceitou convite para dirigir o Detran de Alagoas, onde ficou por 18 meses.

Era apaixonado pelo jornalismo, além de pela justiça. Foi repórter, redator, cronista e secretário de redação da Gazeta de Alagoas. Também escreveu alguns livros jurídicos.

Nas horas vagas, tinha a televisão e os livros como companheiros.

Antônio Sapucaia da Silva morreu no dia 3 de outubro, aos 81, de infarto. Deixa esposa, um filho e um neto.

1 MÊS

JORGE ALBERTO FONSECA CALDEIRA Neste sábado (2/11) às 12h15, Paróquia de São Domingos, Rua Caiubi, 164, Perdizes

SHLOSHIM

Cemitério Israelita do Butantã - av. Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia, 5.530 Jardim Educandário

CHANA DRUKIER Neste domingo (3/11) às 11h30, setor R, quadra 371, sepultura 76

MOYSES SNITCOVSKY Neste domingo (3/11) às 09h30, setor R, quadra 371, sepultura 79

ROBERTO ISRAEL STUCKGOLD Neste domingo (3/11) às 09h30, setor R, quadra 403, sepultura 148

ZELMO DIAMANTE LEIDERMAN Neste domingo (3/11) ao meio-dia, setor R, quadra 371, sepultura 80

Cemitério Israelita do Embu - estrada Keishi Matsumoto, 7, Jardim Santa Luzia

ARNALDO TALEISNIK Neste domingo (3/11) às 11h, setor B,

quadra 29, sepultura 33

MOUSSA SALEH HARARI Neste domingo (3/11) às 10h, setor B, quadra 29, sepultura 37

MATZEIVA

Cemitério Israelita do Butantã - av. Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia, 5.530 Jardim Educandário

ALBERTO GLEBOCKI Neste domingo (3/11) às 10h30, setor R, quadra 374, sepultura 86

ANITA MIASKOSKI KOCHEN Neste domingo (3/11) às 10h30, setor R, quadra 377, sepultura 03

JOHANA MOSCOVICI Neste domingo (3/11) às 11h30, setor I, quadra 106, sepultura 48

RUTH HOCHMAN KEILA Neste domingo (3/11) às 11h, setor R, quadra 372, sepultura 26

SALOMAO SCHWARTZMAN Neste domingo (3/11) ao meio-dia, setor M, quadra 243A, sepultura 14

SANDOR SZEGO Neste domingo (3/11) às 11h, setor R, quadra 373, sepultura 65

Cemitério Israelita do Embu - estrada Keishi Matsumoto, 7, Jardim Santa Luzia

ROSELY CONCEIÇÃO RECUPERO SOLTAK Neste domingo (3/11) às 11h, setor B, quadra 28, sepultura 141

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3366-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario. Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex., 10h às 18h. Sáb., 8h e dom., 10h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (9h de sosta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3395 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.



RIO PINHEIROS

*1554 †2019

É com profundo pesar que notificamos que o Rio Pinheiros está morto.

Hoje, Dia de Finados, relembremos esse grande amigo que agonizava havia décadas e, lamentavelmente, nos deixou. Ele, que nasceu do encontro do Rio Guarapiranga com o Rio Grande e que tanto abraçou nossa São Paulo, já banhou muitos de nossos cidadãos.

Brutalmente esmagado pelo asfalto que sufoca suas margens, pelo nosso descaso, e atropelado pela ambição política, o Rio Pinheiros teve sua recuperação negada em forma de promessas vazias de inúmeras autoridades cujas palavras valem menos que os dejetos que hoje habitam suas águas sem vida.

Lembremo-nos todos de sua saga: enquanto a cidade crescia, o rio morria. Convoquemos todos a renascer em luto e nos colocar em vigília por sua volta. Nossos sinceros sentimentos. Movimento Volta Pinheiros.



cotidiano

Maníaca

Um ar pesado de luzes e vozes e pedaços de lugares e tudo que a gente sente e pensa

Tati Bernardi

Escritora e roteirista de cinema e televisão, autora de "Depois a Louca Sou Eu"

São três e alguma coisa da manhã e estou maníaca remendo para enxaqueca me deixa eu fôrica caféina com relaxante muscular e u sou vasovagal seja lá o que isso queira dizer escrever me organiza e diminui a vontade de dançar nua na paulista embaixo da chuva soltando uros guturais começo a mandar áudios com ideias de seriados e podcasts e livros e filmes e viagens e soluções imobiliárias e aplicações mais rentáveis e perfões e provocações secuais acho que misturei muito remédio para enxaqueca e

enjoo e labirintite penso em todas as pessoas que dependem de mim então não posso passar mal e então passo ainda mais mal preciso de espaço só nessa madrugada já coloquei meu apartamento para alugar e já agendei visitas a sete apartamentos maiores e já fiz as cinco listas de sempre (tudo que preciso fazer até final do ano, metas para o ano que vem, 20 passos para ser mais culta, 10 passos para ser mais espiritualizada e 12 projetos que preciso negar porque apes do dinheiro o que eu preciso mesmo

é de ficar bem de cabeça e terminar meu livro eu não quero ser figurinha midática eu quero ser misteriosa e fina e erudita mas tenho horror de intelectual sem grana que por isso se acha superior. Fecho os olhos porque qualquer luz e qualquer movimento e qualquer cheiro me disparariam vômito eterno e crise de pânico mas escuto do fundo da minha solidão enxaqueca que meus pais têm mais de 70 anos e moram sozinhos e preciso trazê-los para morar no quarto ao lado e preciso dar

um irmão para a Rita no quarto ao lado e preciso mudar para o quarto ao lado para que eu possa não me sentir casada umas duas vezes por semana ou mais porque o segredo do casamento é você ser sozinha em companhia mas sem traição daquele tipo que se apaixonou mas eu acho saudável outro tipo de liberdade que ainda não descobri porque estou ocupada e cansada e preciso de tantos quartos e isso no Brasil não pode porque preciso pensar em como está o mundo e quem diria eu tão melhor

ser humano eu senti esperança com o Lula mas não posso enganar com ele e nem comigo na verdade eu gosto mesmo é de roupa cara e apartamento com janelas enormes e o capitalismo me abraça mas tudo bem só gente burra acha que não dá para curtir as duas coisas e nossa como melho rei aos 20 anos eu era machista demais que vergonha por favor obrigada eu melhorei se aos 40 anos eu chamar minha mãe e ficar agarrada nela com medo pelo? Fecho os olhos como eu amo a minha filha nossa Senhora eu agradeço tudo desse universo porque ontem quando eu estava suada da academia ela ficou me cheirando feito um bichinho feliz que achou seu lugar no mundo e eu queria ajoelhar e pedir a santa Rita que essa menina seja tão feliz e tão satisfeita com a vida e tenha saúde plena até 200 anos e eu

daria cada órgão meu e cada respiração e cada desejo e eu estudo psicanálise e sei que eu preciso ter meu desejo essa palavra importa tanto mas meu Deus Rita obrigada por esse amor que me faz rir mesmo estando vasovagal achando que vou morrer de enxaqueca maníaca e caféina e relaxante muscular e eu tomaria Rivotril mas imagina misturar mais um. Fecho os olhos para vomitar mas eu golfo um ar pesado de luzes e vozes e pedaços de lugares e tudo que a gente sente e pensa e guarda e minha analista falou que não precisamos digerir tudo e lembrei que a minha filha muda o desenho de canal quando se emocionou e eu digo que é aos poucos e que estou perto como eu amo terapia e tudo que construí profissionalmente em minha filha e vou ficar bem até que eu não fique de novo e tudo bem.

DOM, Antonio Prata | SEG, Tabata Amaral, Thiago Amparo | TER, Vera Iaconelli | QUA, Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI, Sérgio Rodrigues | SEX, Tati Bernardi | SÁB, Oscar Vilhena Vieira, Luis Francisco Carvalho Filho

Advogado faz fala homofóbica durante julgamento em SP

Promotora lésbica afirma ser alvo dos comentários; defensor representa dois PMs acusados de matar suspeitos de roubo

Júlia Zaremba

SÃO PAULO Uma promotora de Justiça de São Paulo relata ter sido alvo de comentários de cunho homofóbico por parte de um advogado durante julgamento realizado na última semana, nos dias 6 e 7.

Os réus eram dois policiais militares acusados de matar dois suspeitos de roubo e de plantar duas armas perto deles para simular uma troca de tiros. O caso ocorreu em julho de 2017 na Brasília, na zona norte de São Paulo. Ambos foram absolvidos na sessão do 2º Tribunal do Juri, na Barra Funda, na zona oeste.

Durante as falas em defesa dos clientes, Celso Vendramini, ex-PM da Rota que foi candidato a deputado federal pelo PSL em 2018, afirmou que é fã do presidente russo Vladimir Putin (conhecido por promover uma agenda antigays), defendeu a "família tradicional" e

acusou a comunidade LGBT de inserir crucifixos na vagina e no ânus durante manifestações.

"As colocações não tinham nada a ver com a discussão do caso. Não havia vítima ou testemunha homossexual", diz a promotora Cláudia Mac Dowell. "Ele falou isso porque é só fazer uma busca na internet que é possível ver que sou assumidamente lésbica."

Em uma das primeiras menções à promotora, Vendramini indagou se era casada. "Não conheço a doutora promotora. Não sei se é casada ou não mas vejo uma aliança na mão esquerda dela, deve ser casada."

Mais adiante, disse ser contra ditaduras, criticou comunistas e declarou ser fã de Putin. "Não tem passeata gay na Rússia, não", disse, referindo-se ao país como "uma democracia séria". "Vai ser viado em Cuba, para ver o que acontece. Vai ser gay na Rússia para ver o que acontece". Em 2012, a Jus-

tiça da Rússia proibiu passeatas gays por cem anos.

Ele também mostrou indignação "com quem faz filme dizendo que Jesus é homossexual", o que classificou como uma ofensa, e criticou manifestações LGBT na avenida Paulista.

"Depois acham ruim quando proibem suas manifestações", disse. "Aí vai uma mulher na Paulista enfiar crucifixo com a imagem de Jesus na vagina, isso é normal? Vão lá os gays enfiar crucifixos no ânus, isso é normal? Será que ser hetero hoje é pecado?"

A fala ecoa declarações da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, de que feministas estariam introduzindo crucifixo na vagina e se masturbando com imagens cristãs. Não há evidências de atos do tipo tenham ocorrido.

Apesar das declarações, o advogado disse que não é contra homossexuais. "Não sou

contra quem quer que seja. Mas me respeite que te respeito. A coisa é recíproca. Quando não há reciprocidade, ninguém ganha, porque vira uma contenda. E esse pessoal ligado a esse movimento é totalmente contra policiais".

A promotora conta que as provocações foram inéditas em 27 anos de carreira: "Nunca tinha sido alvo de preconceito direto. Parece que todas as dores de todas as pessoas discriminadas e diminuídas bateram nos meus ombros, e chorei bastante".

No fim da sessão, ela agradeceu ao advogado por "externar de maneira tão clara um pensamento obscurantista e retrógrado contra a comunidade LGBT, demonstrando a necessidade premente de que pessoas homossexuais

que ocupem cargo de autoridade, como eu, venham a público exigir que seus direitos sejam respeitados".

Segundo ela, o advogado alegou que não tinha a intenção de ofendê-la e que ficou surpreso ao saber que ela é homossexual.

A Associação Paulista do Ministério Público divulgou uma nota de repúdio contra o incidente. "É inaceitável que uma agente do sistema de Justiça, no cumprimento constitucional de suas funções, sofra qualquer tipo de ofensa. Muito pior quando se configura discriminação relacionada à sua orientação sexual", escreveram.

A entidade abriu uma representação na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e ingressará com uma ação de danos morais contra Vendramini, segundo Mac Dowell.

Um ato público de desagravo foi marcado para o dia 16 de dezembro no Fórum da Barra Funda, em São Paulo.

Questionado sobre a conduta da juíza Paula Marie Konno, que conduziu o julgamento, e se tomara medidas a respeito da sessão, o TJ-SP afirmou, em nota, que não cabe ao órgão "se manifestar prematuramente sobre questões que podem ser por ele analisadas".

Afirmou também que "aquele que se sentiu lesado poderá representar junto à Corregedoria Geral da Justiça para que possa ter a manifestação sobre o caso após análise minuciosa dos fatos".

A Folha não conseguiu contato com o escritório de advocacia de Vendramini.

Cidade de São Paulo elimina transmissão de HIV da mãe para o bebê

SÃO PAULO A cidade de São Paulo foi certificada pelo Ministério da Saúde como município que eliminou a transmissão vertical do HIV, que é aquela de mães que vivem com o vírus para seus bebês. Outras duas cidades, ambas no Paraná, haviam obtido a certificação: Curitiba e Umuarama.

Segundo Cristina Abbate, coordenadora do Programa Municipal de DST/Aids de São Paulo, a realização do pré-natal de forma adequada é o principal fator de prevenção à transmissão vertical, por permitir o diagnóstico precoce e o início imediato do tratamento. A disponibilização do teste de HIV, o monitoramento das gestantes e a capacitação dos profissionais estão entre as ações realizadas pelo município.

De acordo com o ministério, municípios com mais de 120 mil habitantes são elegíveis para a certificação. Para isso, devem atender a critérios da Opa (Organização Pan-Americana de Saúde) e da OMS (Organização Mundial da Saúde), como a qualidade dos programas e serviços de saúde e de vigilância epidemiológica, entre outros critérios.

A certificação leva em conta também indicadores epidemiológicos dos últimos três anos: é preciso ter taxa de incidência (casos novos) menor que 0,3 crianças a cada 1.000 nascidos vivos e proporção anual de crianças infectadas pelo HIV, entre as crianças expostas ao vírus acompanhadas pelo SUS, menor que 2%.

Ainda é exigido que, nos últimos dois anos, mais de 95% das gestantes tenham realizado pelo menos quatro consultas de pré-natal; que mais de 95% das grávidas tenham realizado pelo menos um teste de HIV; e que o menos 95% das gestantes diagnosticadas com HIV e das crianças expostas ao vírus estejam em uso de terapia antirretroviral.

Para além das relações sexuais sem preservativo, compartilhamento de seringas e acidentes com materiais biológicos, o HIV também pode ser transmitido diretamente da mãe que vive com o vírus para o bebê. Esse tipo de transmissão pode ocorrer durante a gestação e também na amamentação.

UMA PESSOA MORRE EM QUEDA DE AVIÃO EM RESORT NO SUL DA BAHIA

Uma pessoa morreu e outras oito ficaram feridas, entre elas uma criança, após a queda de um jatinho durante o pouso na pista de um resort de luxo no distrito de Barra Grande, em Marau, no sul da Bahia. Segundo a Prefeitura da Marau e a Polícia Militar, que confirmou a morte de um dos ocupantes da aeronave, o acidente ocorreu por volta das 14h desta quinta (14). De acordo com a prefeitura, as vítimas foram socorridas para um posto de Barra Grande. Os feridos aguardam a chegada de uma aeronave do Grupoamento Aéreo da Polícia Militar (Graer) para transferi-los para Salvador, de acordo com a prefeitura local, que não divulgou mais informações sobre o quadro de saúde dos sobreviventes, nem seus nomes e idades. Conforme a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), o avião é um bimotor Cessna AirCraft, de prefixo PT-LTI, modelo 550, de 1981, que está registrado em nome do empresário José João Abdalla Filho.

Barra Grande 24hrs



cotidiano

Sensações de família

Há um poder humano fantástico gerado pelos retratos mentais do convívio

Jairo Marques

Jornalista, especialista em jornalismo social pela PUCSP e cadeirante desde a infância

Deve ser coisa da idade, da mente mais madura e um tanto mais alucinada pelo ritmo da vida. Tenho frequentemente congelado momentos cotidianos na cabeça, como se fossem quadros de Monet, cujos detalhes e textura a gente fica observando com admiração. E essas minhas pinturas mentais são monotemáticas, abordam situações em família.

Há algumas semanas, montando o árvore de Natal, minha filha biscoito ficou mais empolgada que as renas de Papai Noel no dia 23 de dezem-

bro. Ela olhava com fascínio para os enfeites, sorria largou cada nova coroa que se erguia no ornamento, vibrava em estar ali, com o papai e a mamãe num ato que simbolizava o início de um "tempo bom".

"Mãe, mas cadê a estrela da ponta da árvore?". Nunca havíamos pensado — muito menos sentido falta —, do raio da estrela. Dias depois, ao chegar do trabalho, Elis me pede para cerrar os olhos, me empurra até a varanda e, numa alegria de primavera, grita: "Olha que linda a nossa árvo-

re, pai! Agora tem uma estrela lá!"; disse a menina após um passeio de comprinhas básicas no shopping.

Ainda por esses dias, cateti uns trapos e, numa marquete voadora, dei o cabelo lá para Três Lagos, minha cidade natal, de surpresa, para visitar minha velha mãe, que sempre reclama, com razão, de minhas ausências.

Era tarde de uma quarta-feira quando bati palmas em frente à casa de número 32. Mamãe saiu de lá meio cambaleante, displicente.

Foi um susto, um chocalhão nas ideias, uma aparente ruptura na lógica do tempo e da monotonia por ali. Minha velha demorou ao menos meia ampulheta para se dar conta de que estava acontecendo, de que era eu mesmo e minhas quatro rodas ali em casa, vindo da "cidade grande", assim, num repente.

A reação que vi da minha mãe foi inédita. Ela tremia, chorava, me abraçava e procurava lógica naquele momento que parecia tão improvável. "Mas como você apareceu assim?". Foi tomado por um conforto e uma acolhida e criei um self portrait mental à la Van Gogh de nosso abraço.

Por fim, tive a chance de ver Caetano se apresentando com os filhos Zeca, Moreno e Tom, no encerramento da delicada turnê de "Ofertório".

Para um fã como eu, é um desbunde poder degustar quase de pé de ouvido "Trem das Cores", "Recomeço", "Oração ao Tempo", "Boas Vindas"; mas o melhor foi mesmo a nova pintura que gravei.

Em diversas ocasiões, o cantor e compositor baiano ficou hipnotizado diante da desenvoltura de seus meninos no palco, diante da reprodução, por eles, de suas obras-primas da música popular brasileira.

Quase bábava de satisfação com a dança de um, sorria largo com o desempenho vocal do outro, parecia se orgulhar com os olhos depois dos dize-

res afirmativos do mais velho, Moreno.

Existe um poder humano fantástico gerado pelas — boas — sensações criadas em família. São restauradoras do enfado da rotina, ligeiramente hilariantes, gostosas de relembrar.

Talvez seja algo ligado à natureza de nos manter unidos para enfrentar as intempéries do mundo lá fora ou uma espécie de lição divina para que consigamos nos fortalecer depois das discussões das festas de final de ano.

Seja o que for, já há organizações sociais do Brasil e do exterior se preparando para fomentar iniciativas que retomem a importância do convívio, do momento em família, como mecanismo de proteção, acolhimento e fortalecimento, principalmente, das crianças. Faz todo o sentido.

jairo.marques@grupofolha.com.br

DOM: Antonio Prata | SEG: Tabata Amaral, Thiago Amparo | TER: Vera Iaconelli | QUA: Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI: Sérgio Rodrigues | SEX: Tati Bernardi | SÁB: Oscar Vilhena Vieira, Luis Francisco Carvalho Filho

Referência no ensino de violino, escola é saqueada 4 vezes no Rio

Milicianos e traficantes disputam local; comunidade diz que ataques chegam a 7

Cátia Seabra

RIO DE JANEIRO Referência no ensino de violino na rede municipal de educação do Rio de Janeiro, o Ciep Maestro Francisco Mignone é palco de uma disputa entre milicianos e traficantes.

Localizada em Olaria, às margens do Complexo do Alemão e vizinha à favela do Saco, a escola sofreu quatro invasões neste ano, sendo duas delas no período de cinco dias. As últimas invasões ocorreram na terça-feira (19) e na segunda-feira (25).

Segundo informações da Secretaria Municipal de Educação, houve também duas tentativas de arrombamento em 2019. Segundo integrantes da comunidade, o número de invasões é maior do que o registrado oficialmente, chegando a sete ocorrências. Na segunda-feira (25), foi furtado um notebook durante a invasão, ocorrida antes do horário de entrada dos alunos.

"O problema foi mais de vandalismo. Muitos objetos e documentos foram retirados de armários e derrubados no chão", diz nota da 4ª Coordenadoria Regional de Educação, responsável pela região.

Além de já terem levado computadores, uma TV, liquidificadores, câmeras fotográficas, cafeteiras e uma máquina de xerox, os ladrões também quebraram dois projetores, câmeras e a base do alarme. Eles furtaram até latas de salsichas e outros alimentos destinados à merenda escolar.

Em uma das invasões, chegaram a jogar os violinos no chão, mas não os levaram.

Na última segunda-feira (25), saquearam a administração. Fincaram uma tesoura na porta da sala. Em vermelho, pintaram as iniciais TCB em referência ao Terceiro Comando Puro, facção criminosa que se uniu a milícias para derrotar o concorrente Comando Vermelho.

Ao encontrar o prédio deitado, a direção suspendeu a aula e espera dos peritos, que chegaram pouco depois das 14h. Nesta terça-feira (26), ocorreu uma reunião entre representantes da prefeitura, da coordenação regional, da diretoria e de pais de alunos. O retorno às aulas será nesta quarta (27).

Entre 19 e 27 de novembro, os alunos do Ciep ficaram quatro dias sem aula. O local foi fechado para o feriado da



Salas vandalizadas no Ciep Maestro Francisco Mignone, em Olaria, no Rio de Janeiro. Fotos: Divulgação

“Minha filha não quer ir para a escola mais. Fica chorando. Hoje viu as fotos e começou a chorar”

Francisca Jacinta Soares Correa
mãe de Iris, 11, aluna do Ciep
Maestro Francisco Mignone

quarta-feira (26) e teve as aulas suspensas nos dois dias seguintes, devido ao saque ocorrido na véspera, dia 19. A previsão era de reinício das aulas na segunda-feira (25), data do último ataque.

Imagens obtidas por câmeras mostram que os ladrões são adultos. Sem segurança, os pais chegaram a pernoitar na escola na tentativa de afastar saqueadores, mas foram desaconselhados de continuar com a prática.

Mãe de Iris, 11, de casa e faxineira Francisca Jacinta Soares Correa, 38, chama de vandalismo a ação dos saqueadores. Iris cursa a quinta série e, segundo a mãe, chorou na segunda-feira ao ver as imagens da escola publicadas

em redes sociais. "Minha filha não quer ir para a escola mais. Fica chorando. Hoje viu as fotos e começou a chorar", relata a faxineira, em referência às fotos, que foram retiradas do site da escola após a Folha procurar as autoridades.

A Secretaria Municipal de Educação afirma que "o fato, assim como nas ocorrências anteriores, foi comunicado à polícia, com pedido de providências". Para reforçar a segurança interna da escola, a escola foi contemplada recentemente com sistema de segurança, câmeras, grades e sensores", diz a nota do órgão.

Procurada desde segunda-feira (25), a Secretaria de Polícia Civil do Estado do Rio não se manifestou.

Estudante é chamado de macaco e veado em colégio em Belém

Anna Virginia Balloussier

RIO DE JANEIRO Macaco, gorila e veado. É o que um adolescente teria ouvido de dona Zuca, uma septuagenária conhecida entre alunos como a dona da Disneylândia, escola particular no Conjunto Maguari, periferia de Belém.

A Polícia Civil diz que um adolescente de 16 anos fez a acusação de injúria racial e prestou depoimento na Divisão de Atendimento ao Adolescente nesta segunda-feira (25). O caso foi registrado, e o garoto, atendido por uma equipe com psicólogo e assistente social.

O episódio aconteceu na quinta (21), um dia após a data que celebra a Consciência Negra. O jovem estava na sala de aula, com colegas e dois professores, quando dona Zuca, que só teve o apelido e o primeiro nome (Dora Célia) revelados, entrou. Quem reproduz seu relato é um primo, o psicólogo Diego Ferreira Machado, 26.

"Ela começou a fazer insinuações, dizia estar satisfeita que um aluno não estaria mais na escola [no ano seguinte]. Ele começou a rebater, perguntando se era dele que ela estava falando. Ai chamou de macaco, gorila e veado".

Segundo Diego, o primo pegou suas coisas para se retirar, mas dona Zuca não deixou que fosse. "Nisso ela deu um tapa nele [na cabeça], puxou a gola da camisa para ele voltar e chegou a puxar o cabelo, como ele falou. Disse que, como estava em sala, não podia ir embora. Ainda bem que ele não reagiu. Sei que é difícil ficar calado, se conter, até por conta da idade dela."

Machado afirma que o ado-

lescente, "o único negro rento, mais escuro", da turma do 9º ano do ensino fundamental, foi suspenso e chegou a ter seu desligamento anunciado pela direção da escola. Ele poderia ter ido até fazer as provas de fim de ano.

A Folha tentou falar com a instituição, que cobra mensalidades de até R\$ 500, mas não teve retorno. Não está claro se a idosa acusada de injúria racial é, como dizem estudantes, proprietária do colégio ou só uma funcionária, como a direção afirmou após a denúncia viralizar.

Um site de notícias local, o Roma News, conversou com Dagnar Valente, identificada como assessora pedagógica do colégio. De turbante, ela, que tem a pele negra, diz que nada foi comprovado e destacou que o colégio estava desenvolvendo trabalhos para celebrar o Dia da Consciência Negra.

Valente diz que o jovem supostamente atacado por dona Zuca está bem e que foi acolhido pela classe. A idosa está afastada da escola, segundo ela.

Alunos, ex-alunos e familiares convocaram um ato para esta quarta (27), em frente à Disneylândia, em desagravo ao jovem. Muitos endossam a ideia de que Zuca seria agressiva e reincentado no preconceito racial.

Izabel Estumano é uma delas. A Folha ela conta que sua filha, que estudou ali, já foi chamada de "negrinha gorda" e "baleia preta" pela senhora. O pai da menina estava devendo mensalidades atrasadas, e a adolescente teria pago o pato. "Ela entrava na sala ofendendo minha filha". A garota tinha 12 anos à época, em 2016.

Ouidor do Ministério Público do PA culpa índios por escravidão

RIO DE JANEIRO

Ouidor geral do Ministério Público do Pará, o procurador Ricardo Albuquerque da Silva disse nesta terça (26) que "esse problema da escravidão aqui no Brasil foi porque o índio não gosta de trabalhar, até hoje".

Anunciando que falaria "algo que muita gente talvez não goste", Silva afirmou em palestra a estudantes de direito de uma faculdade particular que, na sua opinião, ninguém ali precisava se sentir em dívida com quilombolas. "Nenhum de nós aqui tem navio negroiro. [...] Tenho

certeza que nenhum de nós criou um navio cheio de pessoas da África para serem escravizadas aqui", disse.

Na sequência, desenvolveu a ideia de que, se o Brasil importou mão de obra escrava da África no passado, foi porque "o índio preferia morrer do que cavar mina, do que plantar por portugueses".

O áudio da fala vazou nas redes sociais, e as declarações de tom discriminatório foram rechaçadas pelo Ministério Público do Pará. A Folha não conseguiu contato com Silva.

cotidiano

Revalida terá etapa digital e participação de faculdade privada

Modelo online será aplicado na fase teórica do exame para a revalidação de diplomas estrangeiros de médicos

Natália Cancian

BRASÍLIA O Ministério da Educação anunciou nesta quinta-feira (28) mudanças no Revalida, exame aplicação para revalidar diplomas de médicos formados no exterior.

Entre as medidas, está a aplicação da prova duas vezes por ano e a possibilidade de que a primeira fase ocorra de forma digital. Também haverá mudanças no custo para os candidatos e na lista de instituições que podem participar do processo, o qual poderá ser feito também por faculdades privadas.

O exame continuará a ser aplicado em duas etapas. A primeira é teórica, composta por questões objetivas. Já a segunda é uma fase prática, em que os médicos passam por avaliação de habilidades clínicas.

A previsão, porém, é que essa primeira fase passe agora a ser feita pelo computador, em datas e locais predeterminados. A prova também passará a incluir questões de saúde mental, devido às mudanças recentes nas diretrizes curriculares.

O candidato que passar na primeira fase também terá direito a ir direto para a segunda etapa numa segunda tentativa, caso não seja aprovado — nos mesmos moldes do que hoje ocorre em exames da OAB.

Parte dessas medidas já haviam sido divulgadas em julho pelo MEC. A pasta, porém, aguardava a aprovação de um projeto de lei pelo Congresso para que as mudanças pu-

dessem passar a valer. O texto ainda aguarda sanção do presidente Jair Bolsonaro.

O anúncio das medidas, no entanto, ocorre após uma polêmica no Congresso junto às entidades médicas, para quem o projeto não deixa claro qual será o papel das faculdades privadas e o ministério não tem condições de fiscalizar essas instituições.

Já o ministério afirma que a participação será restrita às faculdades mais bem ranqueadas em avaliações do ensino superior. Diz ainda que, em caso de fraudes na emissão de diplomas, as instituições podem ser punidas com redução da nota ou serem descredenciadas pelo MEC.

Ainda não há data para a aplicação do novo exame. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, diz esperar que isso ocorra ainda no primeiro semestre de 2020.

As mudanças são anunciadas em um contexto de atrasos na aplicação do Revalida. A última edição do exame ocorreu em 2017. Desde então, o aumento de ações judiciais e pressões para mudar o exame atrasaram a abertura de novas edições.

A estimativa do MEC é que cerca de 15 mil médicos foram revalidados no exterior participando das provas em 2020.

Os custos, no entanto, devem ficar mais altos para os candidatos. Segundo o MEC, o valor da primeira etapa será previsto em R\$ 330. Já a segunda, em R\$ 3,300. Em edições anteriores, esse valor era de cerca de R\$ 150 a primei-

ra etapa e R\$ 450, a segunda.

Na prática, a mudança indica uma tentativa do MEC em repassar parte dos custos da prova aos médicos. "Vamos reduzir a despesa ao pagador de imposto e fazer com que seja custeado pelos alunos", diz Arnaldo Lima, secretário de Ensino Superior.

Haverá também mudanças na confecção das provas. Até então, eram feitas pelo Inep, instituto vinculado ao Ministério da Educação.

Agora, a pasta planeja fazer um convênio para que as provas sejam realizadas em parceria com a Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), UFC (Universidade Federal do Ceará) e hospital Sírio-Libanês, em conjunto com o National Board Medical Examiners, órgão dos Estados Unidos que aplica exames a estudantes de medicina. O Conselho Federal de Medicina acompanhará o processo.

De acordo com Lima, o ministério avalia ainda a possibilidade de que, no futuro, as provas de revalidação sejam integradas às provas de residência médica.

Outra medida em estudo pela pasta é rever uma portaria que suspende a abertura de novos cursos de medicina no país. Publicada em abril de 2018, ainda no governo Michel Temer (MDB), a portaria congelou a oferta de novas graduações na área por cinco anos.

De acordo com Weintraub, a pasta avalia voltar a permitir a abertura de novos cursos em faculdades mais bem avaliadas. Ele não deu prazos.

Exame confirma que corpo achado em lago é de garoto desaparecido no ABC

Alfredo Henrique

SÃO PAULO | AGORA Um exame de DNA confirmou nesta quinta-feira (28) que o corpo encontrado no último dia 15, em um lago no Parque Natural Municipal de Pedrosa, em Santo André (ABC), é de Lucas Eduardo Martins dos Santos, de 14 anos.

O jovem desapareceu por volta de 16h do dia 13, quando saiu para comprar um refrigerante, também em Santo André. Pais e parentes acusam policiais militares pelo sumiço. A PM afastou dois agentes preventivamente enquanto o caso é investigado.

A reportagem apurou que a causa da morte do garoto ainda não foi confirmada oficialmente pelo IML (Instituto Médico Legal). Porém, segundo policial envolvido nas investigações, a suspeita é a de que o menino tenha sido afogado.

O ouvidor das polícias, Benedito Mariano, afirmou que, com a confirmação de que o corpo encontrado é de Lucas, as investigações devem se concentrar sobre a forma como o jovem foi raptado e, em seguida, morto.

"Estamos aguardando mais um laudo de sangue encontrado em uma viatura [da PM]. Temos confiança na apuração do órgão corregedor da PM que investiga indícios de participação de policiais militares na morte do garoto Lucas", afirmou.

Uma tia do menino afirmou que Lucas estava na sua casa, no Jardim Santa Cristina, no último dia 12, antes de desaparecer. O adolescente ia diariamente ao local para brincar com o primo de 12 anos. Por volta das 23h40, ela disse que ele devia voltar para casa.

"Ele foi para casa, pediu um dinheirinho [ao irmão] para comprar um refrige-



Lucas dos Santos, 14, que desapareceu dia 13. Arquivo pessoal

rente e saiu de novo". O menino não foi mais visto depois disso, segundo ela.

O irmão do garoto, de 22 anos, afirmou à polícia que, por volta da 1h40, ouviu o barulho da polícia em frente à sua casa, onde vive com o Lucas e com a madrasta.

Ela atendeu aos policiais que, segundo disse, perguntaram os nomes das pessoas que vivam na residência. Os PMS acabaram não entrando na casa e foram embora. Segundo boletim de ocorrência, a madrasta afirma ter ouvido alguém falar "eu moro nessa casa", pouco antes de abrir a porta.

Como Lucas não aparecia, parentes começaram a procurar por ele no bairro. Ainda durante a madrugada de quarta, eles encontraram um morador de rua que usava o moleton do jovem. Indagado pelos parentes do garoto, o arдилheiro afirmou ter achado a roupa perto da Escola Estadual Antônio Adib Chammas, que fica pouco menos de um quilômetro de distância da casa do jovem.

"Quando fomos para atrás da escola, encontramos o bonê do Lucas", afirmou a tia do garoto.

Depois do desaparecimento do garoto, moradores do bairro fizeram uma série de protestos cobrando respostas sobre o paradeiro de Lucas.

O corpo do adolescente foi encontrado somente de cuca, botando de barriga para baixo, às margens do lago. Um policial afirmou na ocasião, em condição de anonimato, que o cadáver não apresentava sinais de violência.

Para a realização do exame, foram coletadas amostras de DNA do pai e de um dos irmãos de Lucas para serem confrontadas com o material genético do corpo encontrado no lago. A PM já havia instaurado um procedimento para apurar o caso e, preventivamente, afastou do serviço operacional dois agentes que foram apontados por testemunhas como supostos participantes da aborçagem do garoto.

A corporação e a Secretaria da Segurança Pública, sob gestão João Doria (PSDB), foram questionadas sobre o atual andamento da investigação e medidas tomadas sobre os PMS suspeitos. Ambas não se manifestaram até a publicação desta reportagem.

Universitária quilombola é morta a tiros na Bahia; ex é suspeito

SALVADOR A estudante universitária e líder quilombola Eliânia de Souza da Hora, 25, foi morta nesta quarta (27) em Cachoeira, no Recôncavo Baiano, a 120 km de Salvador. Eliânia, que era aluna da UFRB (Universidade Federal do Recôncavo Baiano), foi baleada por volta das 22h40, quando chegava em casa, no bairro Currais Velhos.

Segundo a Polícia Civil, o principal suspeito do crime é o ex-namorado da estudante, que não aceitava o fim da relação. A polícia não revelou o nome do suspeito, mas a Folha apurou que se trata de Alexandre Passos Silva Góes. Ele está foragido desde a morte de Eliânia. Ela tinha, inclusive, uma medida protetiva que impedia a aproximação do suspeito.

O nome dele consta no boletim de ocorrência no qual Eliânia denunciou as ameaças e no depoimento de uma colega dela, que testemunhou o

crime. A colega foi retirada da cidade e deve entrar no programa de proteção a testemunhas do governo da Bahia.

Aluna do 7º semestre do curso de serviço social da UFRB, Eliânia se preparava para defender seu trabalho de conclusão de curso, que tem como tema central "Mulheres do Quilombo do Tabuleiro da Vitória e Adjacências, entidade que presta apoio a oito comunidades quilombolas da zona rural de Cachoeira.

Presidente da entidade, a advogada Maria das Graças Brito, conhecida como Maria de Tó, afirmou que o crime chocou toda a comunidade. Semanas antes, ela havia acompanhado a estudante em seu depoimento à polícia, no qual denunciou agressões e ameaças do ex-namorado. João Pedro Pitombo



Eliânia de Souza da Hora, 25. Reprodução/Facebook

Mãe é condenada a 25 anos de prisão por morte de filho gay

RIBEIRÃO PRETO A Justiça condenou a 25 anos e oito meses de prisão Tatiana Ferreira Lozano Pereira, acusada de matar a facadas o filho, Itaberly Lozano, 17, em Cravinhos, região de Ribeirão Preto (SP). De acordo com a Promotoria, a motivação do crime seria homofobia.

O caso ocorreu em 12 de dezembro de 2016, mas o corpo do jovem só foi encontrado, em um canal, em 7 de janeiro de 2017.

O júri também condenou Victor Roberto da Silva, 21, e Miller da Silva Barissa, 20, acusados de participarem do plano para assassinar o jovem, a 21 anos e oito meses de reclusão cada um.

As defesas dos três disseram que vão recorrer.

Uma adolescente que teria participado do crime cumpre medida socioeducativa na Fundação Casa. O padrasto de Itaberly, o

tratorista Alex Canteli Pereira, foi dispensado do júri porque o advogado Hamilton Paulino Pereira Júnior, o mesmo de Tatiana, renunciou à defesa dele, alegando conflito de interesses. Alex será julgado em nova data.

Ele é o único dos réus que está em liberdade — o crime pelo qual ele responde tem pena máxima de três anos e ele já havia cumprido nove meses em prisão preventiva.

A investigação apontou que Tatiana amou com Victor, Miller e a então adolescente, de 16 anos, para atrair Itaberly de volta para casa — ele estaria morando com a avó.

Os dois acusados teriam espancado Itaberly na garagem da casa, mas a mãe o matou com uma facada no pescoço. Alex teria ajudado a levar Itaberly até um canal, na Rodovia José Fregonzei, em Cravinhos, onde ateu fogo no corpo.

MORTES

coluna.obituuario@grupofolha.com.br

Mais antigo jornalista da Amazônia, trabalhou por 63 anos

EURO TOURINHO (1922-2019)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Pés no chão, um caderno azul e uma caneta marcaram a simplicidade com a qual o jornalista Euro Tourinho contou suas histórias ao longo de mais de 63

anos de jornalismo.

As balas e o largo sorriso distribuídos aos repórteres vão fazer falta aos colegas.

Amigo há 42 anos, o jornalista Montezuma Cruz, 66, o considerava o patão do qual o jornalismo precisava. "En-

quanto chefe, nunca alterou sua voz, corrigia os textos dos repórteres pacientemente e dava conselhos como ninguém", afirma.

Problemas respiratórios tiraram Euro Tourinho da pauta da vida no dia 25 de novembro, aos 97 anos. Ele era o mais antigo jornalista da Amazônia.

Nascido em Corumbá (MS), comprou e dirigiu por décadas o jornal Alto Madeira, cuja circulação foi interrompi-

da em outubro de 2017.

O veículo noticiou fatos importantes da história, como a construção da BR-29 (mais tarde BR-364). Na época, entrevistou o presidente Juscelino Kubitschek. Ético, não publicava nada sem ouvir os dois lados da notícia.

Além do legado no jornalismo, Tourinho deixou sua marca com seu compromisso com causas nobres e com a solidariedade. Uma das netas, a juíza Eu-

ma Tourinho, 48, conta que o jornalismo era a vida dele.

"Meu avô deixou como legado o amor que cultivou pela vida e pelas pessoas. Gostava de olhar nos olhos e estreitar laços, e transmitia

o fluido vital do gosto pela vida. Ele ainda dirigia o próprio carro e fazia exercícios físicos diariamente", relata. Viúvo, Euro Tourinho deixou seis filhos, 27 netos, 24 bisnetos e um tataraneto.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3361-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção folha.com/mortes até às 18h para publicação no dia seguinte (0h em sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3105, até às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

cotidiano

Alcance de planos de saúde deve ser debatido, diz diretor da ANS

Para Leandro Fonseca da Silva, conceito de integralidade precisa ser discutido

Cláudia Colucci

SÃO PAULO Prestes a deixar a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), o diretor-presidente Leandro Fonseca da Silva, 45, afirma ser favorável à proposta das operadoras de saúde de mudanças nas regras do setor que permitam a entrada no mercado de produtos com diferentes formatos e menor preço. "A população quer plano de saúde, a oferta de planos ambulatoriais quase não existe, seria uma segmentação mais barata", afirma ele, que encerra o mandato nesta sexta (20). Na agência desde 2016, ocupava a presidência interinamente desde 2017 e, no início deste ano, foi efetivado. Mas não existe orisco de que planos com menor cobertura, sem a oferta de hospitais, por exemplo, empurrem esse usuário para o SUS quando houver necessidade de tratamento mais complexo, ou de que aumente a judicialização?

"Tem que ficar claro para o contratante o que ele está comprando, qual o limite de cobertura. A sociedade precisa discutir o conceito da integralidade da assistência no pú-

blico e no privado. É tudo para todo mundo? O setor privado tem que dar integralidade? Qual é o limite?", questiona.

Planos ambulatoriais já estão previstos na lei atual, mas acabam não sendo ofertados por boa parte das operadoras — dos 47 milhões de usuários, só 1,5 milhão têm esse produto. "A gente vê surgindo no mercado as clínicas populares, que acabam pegando esse nicho". Porém, ele pondera que é preciso cuidado para não se "voltar ao capitalismo selvagem do mundo pré-regulação [antes da lei 9.656/98 que regulou os planos]".

Para Silva, um aspecto relevante na sua gestão foram decisões judiciais que endossaram o trabalho técnico da ANS. Em uma recente, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) negou o recurso de uma seguradora que pretendia que o plano cobrisse tratamento não incluído na lista da ANS.

Entre os argumentos, o tribunal diz que o rol da ANS propicia a previsibilidade econômica necessária à precificação de planos e que decisões judiciais que impõem coberturas sem amparo legal causam distorções no custeio das

operadoras, o que encarece os planos e restringe ainda mais o acesso a eles.

A decisão preocupa os entes de defesa do consumidor, por eventual risco de reversão de sentenças favoráveis ao consumidor.

"O Judiciário vem tomando várias decisões em deferência ao trabalho técnico da ANS, a várias medidas que adotamos". No início deste ano, o STJ também decidiu que a operadora não é obrigada a fornecer plano de saúde individual se atua somente com coletivos. Antes, havia considerado válido reajuste de plano por mudança de faixa etária. Os três são temas que levam muitos usuários a planos à Justiça.

"A gente avançou muito em termos de transparência e de processos de trabalho, e isso teve reflexo numa maior legitimidade pela sociedade e pelo Judiciário", afirma.

Outro tema que Silva se orgulha de ter pautado foi uma maior aproximação da agência com as empresas contratantes de planos de saúde, no intuito de incentivá-las a adotar programas de promoção de saúde e prevenção de doenças e, assim, reduzir custos

com planos de saúde. Hoje, dois terços dos planos no país são coletivos empresariais.

"Ter trabalhadores ativos, reduzir o absenteísmo, é fundamental. E o setor pode contribuir. Ter essas empresas engajadas em fazer uma gestão de saúde populacional em parceria com as operadoras pode ajudar muito na mudança do modelo assistencial".

Hoje, há pelo menos 70 grandes empresas, como Am-

“A sociedade precisa discutir o conceito da integralidade da assistência no público e no privado. É tudo para todo mundo? O setor privado tem que dar integralidade? Qual é o limite?”

Leandro Fonseca da Silva
diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar

bev, GE e Pirelli, que adotaram programas nessa linha. Uma delas, por exemplo, identificou que na base de funcionários havia muitas mulheres com endometriose, doença que provoca dor e infertilidade, e solicitou à operadora um programa específico para tratar o problema. A adesão das mulheres foi de 100%.

"Em todos os casos, as empresas passaram a gastar menos com planos de saúde. É possível entrar num ciclo virtuoso com cada vez mais empresas se engajando no processo de olhar o que a sua população está precisando e, em parceria com operadoras, criar programas".

O êxito dessas experiências e o fato de que os gastos com planos de saúde respondem hoje por 20% a 25% da folha de pagamento têm feito com que as empresas se organizem em grupos para fazer a gestão da saúde dos funcionários. Contam com apoio da CNT (Confederação Nacional da Indústria), do Sesi (Serviço Social da Indústria) e da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), por exemplo.

"É um gasto relevante. Nesses anos de crise, muitas empresas optaram por fazer 'downgrade' [redução] do plano, aumentar coparticipação, mas muitas observam que os resultados são de curto prazo, depois retornam à trajetória de crescimento [de gastos]. Não basta fazer [redução] em cima do fornecedor do plano de saúde, é preciso se engajar na mudança do modelo assistencial".

Por outro lado, um tema que

pouco avançou na agenda da ANS foi a discussão sobre desperdícios no setor suplementar. Um estudo do IESS (Instituto de Estudos de Saúde Suplementar) mostrou que procedimentos desnecessários e fráguas correspondem a quase R\$ 28 bilhões dos gastos das operadoras de planos de saúde do país em 2017, ou 19% das despesas assistenciais.

"Falta uma reorganização dessa oferta de serviços, que hoje é muito fragmentada. Muitas vezes o beneficiário caminha sozinho na rede e fica perdido. Ele faz consulta num lugar, vai para outro especialista, ouve um terceiro, faz um exame num lugar, faz procedimento em outro. Existe uma série de ineficiências no setor de saúde que poderiam ser evitadas se houvesse uma centralidade de informações do paciente".

Para ele, uma das saídas poderia estar na proposta do Ministério de Saúde de implantar o Conjunto Mínimo de Dados (CMD), que reunirá informações de estabelecimentos de saúde públicos e privados, entre elas sobre atendimentos ambulatoriais e hospitalares.

"Falta organizar melhor a porta de entrada do usuário. Deviam ter diversas portas de entrada [no SUS, é a atenção básica]. Muitas vezes, o paciente está com determinada necessidade, vai bater no hospital direto. No setor privado, algumas operadoras já entenderam isso e estão colocando os melhores profissionais médicos no PS. Depois engajam o paciente numa determinada linha de cuidado."



Favela Chácara Três Meninas, no Jardim Helena, na zona leste de São Paulo, que sofre com enchentes e esgoto a céu aberto

Zanone Fraissat - 23.set.2019/Folhapress

Câmara encerra votação de novo marco do saneamento

Thiago Resende, Angela Boldrini e Danielle Brant

BRASÍLIA A Câmara concluiu nesta terça-feira (17) a aprovação do projeto para que a iniciativa privada tenha mais abertura para atuar na área de saneamento básico, um dos maiores gargalos do país.

Agora, o texto irá para o Senado, que só deve analisar as novas regras do setor de saneamento em 2020.

Na tentativa de reverter os baixos índices de acesso a água e esgoto tratados, o governo avalia que, sem a participação de empresas privadas, não será possível atingir a meta de universalização dos serviços de saneamento até 2033.

A proposta teve amplo apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR). O texto-base foi aprovado no semana passada por 276 votos a 124.

Nesta terça, o plenário da Casa analisou cinco destaques — pedidos de partidos políticos para que trechos do projeto sejam votados separadamente. Todos foram rejeitados.

A maioria dos deputados aprovou, na semana passada, uma manobra para que a palavra final sobre o tema seja da Câmara, e não do Senado, que,

em junho, aprovou uma versão que desagrada ao governo. Dados do Ministério de Desenvolvimento Regional referentes a 2018, mostram que pouco mais de metade da população, ou 53,2%, tem acesso à rede de esgoto. Do total de esgoto gerado, só 46,3% é efetivamente tratado.

O centro da discussão no Congresso são os chamados contratos de programa, firmados entre municípios e companhias estaduais de água e esgoto — sem licitação. Atualmente, são raros os casos de prefeituras que já abriram esse setor para a iniciativa privada.

O projeto substituiu esse modelo por contratos de concessão, que exigem concorrência com o setor privado. Técnicos do Ministério da Economia estimam que, para se atingir a universalização em 2033, seria necessário investir R\$ 700 bilhões.

A versão aprovada prevê que, até o fim de março de 2022, companhias estaduais que já operaram no saneamento de um município poderão renovar o contrato com a prefeitura por até 30 anos. Isso dá uma sobriedade a estatais de água e esgoto. Além disso, o objetivo é permitir a

valorização e estruturação de companhias que podem ser privatizadas futuramente.

O governo queria impedir logo a assinatura de novos contratos sem concorrência, mas reconhece que o acordo foi necessário para que o projeto avançasse no Congresso.

Essa brecha fragiliza um dos pilares do projeto que facilita a entrada da iniciativa privada no setor de saneamento, avalia a diretora-presidente da ANA (Agência Nacional de Águas), Christianne Dias.

"Se renova, a gente não está trazendo a competição pelos próximos 30 anos. Então comprometo a própria essência do modelo novo que está sendo proposto", afirmou Dias, em entrevista concedida à Folha antes da aprovação final do texto na Câmara.

Pelo projeto aprovado na semana passada, a ANA assumirá a função de coordenação e uniformização das regras de saneamento. Como o município é independente nessa área, o governo federal quer dar alguns benefícios a quem aderir às normas, como melhores condições de acesso a financiamento público.

Para aprovar o texto, o governo teve de ceder em rela-

ção ao fim gradual dos contratos de programa, mas manteve a previsão de que as empresas — públicas ou privadas — tenham metas para universalizar o serviço.

Essas metas devem ser declaradas a partir de março de 2022, o que também não agrada à equipe econômica de Jair Bolsonaro. A empresa que não atingir os objetivos poderá ter o contrato cancelado.

"Assanções devem estar previstas no próprio contrato. Quem não cumpre a meta tem de sair do jogo. De que maneira e em qual prazo? Isso são regras que vão constar do contrato de cada um", explicou Dias.

A ANA caberá desenhar a metodologia de tarifa, de indenização de ativos e elaborar regras de governança para as agências reguladoras locais. Serão criadas duas superintendências na autarquia para cuidar do saneamento. A prestação de contas à ANA será feita em caráter declaratório. A partir disso, a agência fará um ranking para verificar quais municípios e regiões estão cumprindo as metas.

Ao uniformizar as regras, o governo busca atrair o investidor estrangeiro que quer saber o risco de injetar dinheiro

no negócio. "É que tenha regras claras, que sejam transparentes, que ele conheça o risco dele, para poder entrar e ficar. Porque a pior coisa que existe no mundo da regulação é você mudar a regra do jogo no meio do jogo", disse.

Para evitar que municípios menos atrativos fiquem para trás, o modelo adotado foi o mesmo de aeroportos: licitação em blocos regionais, que uma dessas cidades com outras mais rentáveis.

"Há um incentivo na lei para que esses municípios se agrupem. A gente pode ter em um grupo um município que seja rentável, que já esteja mais estruturado, e um município, menos. Se eles fizerem parte de um mesmo grupo, vai ser bom para todos", avaliou.

Ainda assim, Dias não descarta que municípios mais pobres continuem a precisar de subsídio do governo. "Ainda vai ter um pouco, porque tem município pequeno que não dá conta. Município pequeno que não quiser se agrupar pode ser que tenha um aporte".

Para que as novas regras passem a valer, o projeto precisa passar pelo Senado. Se for alterada, a proposta deve voltar para a Câmara.

Youtuber lésbica pró-Bolsonaro sofre ataque no Rio

SÃO PAULO Defensora do governo de Jair Bolsonaro, a youtuber Karol Eller foi agredida no último domingo (15), de acordo com o colunista Leo Dias, do UOL e Jornal de Brasília.

Karol é lésbica e foi, segundo o colunista, vítima de um ataque homofóbico na praia da Barra da Tijuca, no Rio. Ela se tornou conhecida por vídeos em que tenta afastar a sombra de homofobia do presidente.

A youtuber teria sido abordada por um homem em um quiosque e tomado socos e pontapés por estar acompanhada da namorada. Ele teria dito: "Como você consegue namorar um mulherão desses, hein?". Na sequência, a provocação virou agressão.

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, lamentou em redes sociais o ataque homofóbico.

Pensão maior para zika vai para o Senado

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça (17) medida provisória que concede pensão vitalícia às crianças afetadas pela epidemia de zika no Brasil.

O texto tem que ser votado pelo Senado. A medida afeta crianças nascidas entre janeiro de 2015 e dezembro de 2018 que sejam beneficiárias do BPC (Benefício de Prestação Continuada). O Congresso ampliou o escopo da medida assinada em setembro pelo presidente Jair Bolsonaro, que dava o benefício às crianças nascidas com microcefalia.

O texto aprovado muda o termo para abarcar todas as doenças congênitas causadas pelo vírus. A medida provisória foi editada porque, ao contrário do BPC, a pensão não é extintiva e a família não precisa passar por renda máxima. O valor será de um salário mínimo.

